

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Vinicius Tejedas Maia

**PROTAGONISMO E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: traçando nos papéis de atuação
parlamentar as motivações para a troca de partido no Brasil (1999-2023)**

**Brasília
2026**

VINÍCIUS TEJADAS MAIA

PROTAGONISMO E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: traçando nos papéis de atuação parlamentar as motivações para a troca de partido no Brasil (1999-2023)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.
Orientador: Prof. Dr. Adrián Albala Young

Brasília

2026

VINÍCIUS TEJADAS MAIA

PROTAGONISMO E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: traçando nos papéis de atuação parlamentar as motivações para a troca de partido no Brasil (1999-2023)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adrián Albala Young
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Frederico Bertholini
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pedro Neiva
FACE - Universidade de Brasília

*Aos meus pais, Marco e Silvia, por serem minha
inesgotável fonte de amor, cuidado e
inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Certa feita, enquanto ainda era bolsista de iniciação científica nos corredores da Faculdade de Direito da UFRGS, ouvi de uma querida professora que “a pesquisa é uma jornada muito solitária”. Ela não estava errada: de fato, são incontáveis horas junto à escrivaninha, acompanhado apenas de uma xícara – grande – de café e o computador. A afirmação, todavia, também não é totalmente verdade: na pesquisa, contamos também com uma extensa rede de apoio, que inclui nossos revisores, instigadores, inspirações e suportes emocionais. Sem essa rede, sem dúvidas, a jornada se tornaria não apenas solitária, mas muito empobrecida, não apenas na construção científica, mas também humana.

Aqui, portanto, reservo algumas páginas para agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse trabalho fosse pensado, repensado, escrito, reescrito e, enfim, apresentado à comunidade.

Em especial, agradeço aos meus pais, Silvia e Marco, pelas abdições, conversas instigantes, suporte financeiro e emocional durante esse período de mestrado. Quando decidi cursar o mestrado – e fora do Rio Grande do Sul –, vocês foram importantes incentivadores para que eu conseguisse, enfim, trilhar o caminho acadêmico que desde os primeiros anos de graduação me encantou, mesmo com seus desafios. Mais importante, me deram todo o suporte para que, longe de casa, eu conseguisse me sustentar e focar na minha formação. À Silvia, não poderia deixar de agradecer pelos inúmeros trabalhos e artigos que, sempre com atenção e carinho, revisou, sugeriu e contribuiu. Vocês são pedra fundamental de quem sou, como pesquisador e pessoa, e agradeço imensamente por todo o amor e compreensão que sempre recebi.

Ao meu amigo e orientador, Adrián, agradeço imensamente pelas perguntas instigantes – e cujas respostas, geralmente, eu não sabia –, pelas oportunidades de desenvolvimento que me proporcionou e, claro, pelos puxões de orelha, sempre certos. Também preciso agradecer a generosa compreensão que sempre teve comigo nos momentos de exaustão, sumiço ou “juridiquês”. Tua orientação acolhedora e afetiva foi indispensável nesse percurso e faço votos de que nossa parceria siga firme, agora rumo ao doutorado.

Aos amigos que fiz no IPOL, em especial à Larissa, João e Gabriel, agradeço por serem minha “casa longe de casa” – por nossas noites de vinho, discussões acadêmicas e suporte dentro e fora das páginas do word. Vocês são três pesquisadores que me inspiram profundamente e que me empurram, diariamente, em frente. Que entre uma taça e outra de

vinho, possamos seguir trilhando juntos o desafiador universo da ciência. À Duda, também minha “casa longe de casa”, agradeço por tornar Brasília um lar – não apenas onde trabalho, mas onde vivo e me sinto feliz.

Ao Matheus, meu fiel amigo e “companheiro de trabalho”, agradeço a ajuda nas revisões da dissertação e, em especial, pelos inúmeros dias que passamos em ligação, tornando as tardes e noites de escrita menos solitárias e, também, mais divertidas. Ao Bruno, agradeço por sempre estar de portas abertas a ouvir meus desabaços e, também, por me dar os *quase sempre justificáveis* puxões de orelha. Aos meus queridos amigos de Porto Alegre, em especial Letícia, Juliana, Ricardo e Júlia, agradeço por compreenderem minhas ausências e distâncias, mas também por estarem presentes e próximos nos momentos de necessidade.

O mesmo vale para a minha família – minha avó Maria, dindos Roberto e Juliana, prima/irmã Ana Clara, entre tantos outros. Obrigado por serem minha base – sinônimos de amor, carinho e diversão. Por compreenderem a ausência sempre com afeto. Esse trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

Por fim, não posso deixar de agradecer à Universidade de Brasília e ao Instituto de Ciência Política, organização pública, gratuita e de qualidade, representada pelos seus brilhantes docentes e servidores, pelos anos de incontáveis aprendizados. A transição do direito para a ciência política nunca seria possível sem a incontestável qualidade da formação acadêmica proporcionada pelo IPOL e pelos seus professores, fundamentais nesse trabalho.

Obrigado por tanto!

RESUMO

Entre 1999 e 2023, cerca de 25% dos deputados federais eleitos trocaram de partido no Brasil. Os números, que se destacam em perspectiva comparada, situam o Brasil como uma das democracias contemporâneas com maior incidência de migrações partidárias, revelando mudanças significativas na composição das bancadas a partir trocas empreendidas pelos representantes. Inserido no marco da democracia representativa, esta pesquisa busca entender de que modo as diferenças na atuação legislativa dos parlamentares afetam a probabilidade de migração partidária durante o exercício do mandato eletivo. Para tanto, desenvolvo dois índices que buscam captar diferentes dimensões dos papéis legislativos desempenhados pelos parlamentares: protagonismo posicional, que identifica a inserção do deputado junto ao núcleo de poder da Câmara dos Deputados; e protagonismo programático, que indica a afeição do representante à defesa de interesses e políticas públicas. A partir da análise de seis Legislaturas na Câmara dos Deputados brasileira, testei, a partir de modelos de regressão logística, as duas principais hipóteses de pesquisa: (a) deputados com altos níveis de protagonismo posicional migram menos; e (b) parlamentares em altas posições no índice de protagonismo programático tem menores chances de trocar de legenda. Os resultados mostram que a boa inserção junto à estrutura de tomada de decisões do Parlamento reduz fortemente as chances de migração, enquanto variações no índice de protagonismo programático não apresentam efeitos significativos sobre o fenômeno.

Palavras-chave: migração partidária; partidos políticos; poder legislativo.

ABSTRACT

Between 1999 and 2023, approximately 25% of elected federal deputies in Brazil changed their party affiliation. These figures, striking in comparative perspective, place Brazil among the contemporary democracies with the highest incidence of party switching, revealing significant changes in the composition of legislative caucuses resulting from the moves undertaken by representatives. Within the framework of representative democracy, this research seeks to understand how differences in legislators' parliamentary behavior affect the probability of party switching during their elected terms. To this end, I develop two indices designed to capture distinct dimensions of legislative roles: positional protagonism, which identifies a deputy's insertion into the core power structure of the Chamber of Deputies; and programmatic protagonism, which reflects a legislator's engagement in the defense of specific interests and public policies. Drawing on data from six Legislatures in the Brazilian Chamber of Deputies, I test, using logistic regression models, two main research hypotheses: (a) deputies with high levels of positional protagonism are less likely to switch parties; and (b) legislators with higher scores on the programmatic protagonism index have lower chances of changing party affiliation. The results show that strong integration into the Parliament's decision-making structure substantially reduces the likelihood of switching, whereas variations in programmatic protagonism do not exhibit significant effects on the phenomenon.

Keywords: *party switching; political parties; legislative politics.*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Termos de busca e artigos encontrados.....	22
Figura 1 – Protagonismo posicional e protagonismo programático à luz da teoria da escolha de Muller e Strøm (1999)	31
Quadro 2 – Hipóteses de pesquisa	33
Figura 2 – Alterações institucionais com impacto na migração partidária brasileira.....	38
Quadro 3 – Variáveis para a construção do índice de protagonismo posicional e programático.....	45
Quadro 4 – Variáveis para teste das hipóteses.....	56
Quadro 5 – Variáveis de controle.....	58
Tabela 1 – Dados descritivos das variáveis articuladas na pesquisa.....	58
Tabela 2 – Índice de Gini e distribuição de protagonismo posicional ao Top 10% por Legislatura.....	70
Quadro 6 – Modelos sequenciais com efeitos fixos e clusterização por deputado.....	77
Tabela 3 – Modelos sequenciais de regressão logística com efeitos fixos para partidos e Legislaturas.....	79
Tabela 4 – Modelo de regressão logística com efeitos fixos para partidos de origem e Legislaturas relacionado à hipótese H1.1.....	85
Tabela 5 – Modelo de regressão logística com efeitos fixos para partidos de origem e Legislaturas relacionado à hipótese H2.1.....	87
Quadro 7 – Classificação ideológica dos partidos brasileiros	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por categoria de variável independente.....	23
Gráfico 2 - Dispersão de casos de migração partidária em relação ao percentual médio de migrações na legislatura e o número médio de parlamentares migrantes por legislatura.....	34
Gráfico 3 - Dispersão dos casos em relação à quantidade de assentos na Câmara baixa e a média de migrações por legislatura.....	36
Gráfico 4 – Percentual de titulares migrantes por Legislatura.....	39
Gráfico 5 – Percentual de titulares migrantes por Legislatura com linha de tendência.....	40
Gráfico 6 – Evolução da migração por sessão legislativa (agregado).....	43
Gráfico 7 – Variância explicada para o Índice de Protagonismo Posicional com PCA.....	50
Gráfico 8 – Matriz de correlação dos indicadores que compõem o Índice de Protagonismo Posicional.....	51
Gráfico 9 – Variância explicada para o Índice de Protagonismo Programático com PCA.....	54
Gráfico 10 – Cargas fatoriais do componente de protagonismo programático (<i>loadings</i> do primeiro componente)	55
Gráfico 11 – Média percentual de migrações por campo político de origem do migrante (51ª à 56ª Legislatura)	61
Gráfico 12 – Campo político do partido de origem do migrante em relação ao total de migrações por Legislatura	62
Gráfico 13 – Fluxo de migrações entre os campos ideológicos (51ª à 56ª Legislatura) .	63
Gráfico 14 – Fluxo de migrações com origem em partidos de esquerda	65
Gráfico 15 – Saldo de migrações dos cinco partidos que mais perderam ou ganharam deputados por Legislatura	67
Gráfico 16 – Histograma de distribuição média dos deputados em relação ao índice de Protagonismo Posicional por Legislatura	69

Gráfico 17 – Histograma de distribuição média dos deputados em relação ao índice de Protagonismo Programático por Legislatura	72
Gráfico 18 – Disciplina partidária média entre migrantes e não migrantes por sessão ...	74
Gráfico 19 – Probabilidade de migração na sessão por nível de protagonismo posicional	80
Gráfico 20 – Efeitos estimados sobre as chances de migração partidária (<i>odds ratios</i>)..	84
Gráfico 21 – Percentual de titulares migrantes por sessão legislativa com linha de tendência	98
Gráfico 22 – Fluxo de migrações entre campos ideológicos distintos por Legislatura ...	101
Gráfico 23 – Sentido ideológico das migrações por Legislatura (escala 0-10)	102
Gráfico 24 – Diferença média na posição ideológica do partido de origem e de destino por Legislatura (escala 0-10)	103
Gráfico 25 – Violino e boxplot de comparação entre migrantes e não migrantes quanto ao índice de protagonismo posicional por Legislatura	104
Gráfico 26 – Média de protagonismo posicional entre migrantes e não migrantes por sessão legislativa	105
Gráfico 27 – Violino e boxplot de comparação entre migrantes e não migrantes quanto ao índice de protagonismo programático por Legislatura	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA LITERATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA	20
2.1.	<i>OFFICE, VOTE</i> OU <i>POLICY-SEEKING?</i> BUSCANDO EXPLICAÇÕES PARA A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA	20
2.2.	A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA LITERATURA SOBRE BRASIL.....	27
2.3.	<i>LEGISLATIVE ROLES</i> E SUAS POTENCIALIDADES PARA O ESTUDO DA MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA	29
3	DADOS E MÉTODO	33
3.1.	BRASIL EM FOCO: CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE CASO	33
3.2.	CASO BRASIL: A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NO MARCO DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS.....	37
3.3.	METODOLOGIA	43
3.4.	INDICADORES E CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE PROTAGONISMO POSICIONAL	47
3.5.	INDICADORES E CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO	52
3.6.	CONTROLES E HIPÓTESES DERIVADAS	56
3.7.	TESTE DAS HIPÓTESES	59
4	PARTIDÁRIOS APARTIDÁRIOS: A TROCA DE LEGENDAS ENTRE ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL	60
5	PROTAGONISMO POSICIONAL E PROGRAMÁTICO: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PAPÉIS LEGISLATIVOS DOS PARLAMENTARES	68
5.1.	PODER E INFLUÊNCIA: O PROTAGONISMO POSICIONAL NO PARLAMENTO BRASILEIRO	69
5.2.	IDEOLOGIA E AÇÃO: O PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO NO PARLAMENTO BRASILEIRO	72
6	PROTAGONISMO E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: OS PAPÉIS DE ATUAÇÃO LEGISLATIVA E A TROCA DE PARTIDOS	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE A – PERCENTUAL DE TITULARES MIGRANTES POR SESSÃO LEGISLATIVA COM LINHA DE TENDÊNCIA	98
	APÊNDICE B – CRITÉRIOS DE CODIFICAÇÃO DO INDICADOR DE OCUPAÇÃO DE CARGOS .	99

APÊNDICE C – FLUXO DE MIGRAÇÕES ENTRE CAMPOS IDEOLÓGICOS DISTINTOS POR LEGISLATURA	101
APÊNDICE D - SENTIDO IDEOLÓGICO DAS MIGRAÇÕES POR LEGISLATURA (ESCALA 0-10)	102
APÊNDICE E – DIFERENÇA MÉDIA NA POSIÇÃO IDEOLÓGICA DO PARTIDO DE ORIGEM E DE DESTINO POR LEGISLATURA (ESCALA 0-10)	103
APÊNDICE F – VIOLINO E BOXPLOT DE COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES QUANTO AO ÍNDICE DE PROTAGONISMO POSICIONAL POR LEGISLATURA.	104
APÊNDICE G – MÉDIA DE PROTAGONISMO POSICIONAL ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES POR SESSÃO LEGISLATIVA.....	105
APÊNDICE H - VIOLINO E BOXPLOT DE COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES QUANTO AO ÍNDICE DE PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO POR LEGISLATURA	106
ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Entre 1999 e 2023, em média 25% dos deputados titulares de mandato¹ na Câmara dos Deputados brasileira trocaram de legenda ao longo da Legislatura – valores que situam o Brasil entre os países com maior instabilidade nas bancadas eleitas ao Parlamento entre as democracias liberais. Ancorado no marco da democracia representativa, e, em especial, da democracia de partidos (Manin, 1995), em que as agremiações partidárias assumem importantes funções quanto à representação política dos cidadãos, neste trabalho busco compreender de que modo as diferenças na atuação legislativa dos parlamentares afetam a probabilidade de migração partidária durante o exercício do mandato eletivo.

Nos sistemas eleitorais de representação proporcional, como no adotado pelo Brasil, a tradução de votos em cadeiras busca representar a diversidade de opiniões na sociedade, garantindo, portanto, a correspondência entre os votos recebidos por cada partido ou lista e sua parcela devida de poder parlamentar (Nicolau, 2004). Embora, sob essa ótica, a disputa eleitoral seja a principal fonte de poder legislativo dos partidos políticos, não é a única (Nicolau, 2017). Isto porque, em muitas democracias, a composição partidária do parlamento passa por reconfigurações durante a legislatura, a partir das migrações realizadas pelos eleitos.

Nessa linha, o objeto da pesquisa – a migração partidária – pode ser conceituado como a mudança de filiação partidária empreendida por pessoa regularmente filiada a uma sigla. Neste trabalho, entretanto, darei ênfase à mudança de filiação operada por titular de mandato eletivo, durante o curso de seu mandato – isto é, aos Deputados Federais que alteram sua fidelidade partidária entre as eleições e o último dia da Legislatura em que foram investidos. Quando avaliada no curso das legislaturas, a migração partidária é fenômeno que se manifesta de diferentes modos. Nesse contexto, me filio parcialmente à perspectiva adotada por Heller e Mershon (2008), que consideram como migração partidária toda mudança de filiação que envolva: (a) a migração entre dois partidos pré-existentes; (b) a fissão, em que um partido se divide entre dois ou mais; e (c) a criação, em que os parlamentares migram para um partido recém-constituído. Da abordagem de Heller e Mershon (2008), entendo que a fusão, em que dois ou mais partidos se unem sob a mesma sigla, não pode ser entendida como um ato deliberado de migração partidária, na medida em que o político não age intencionalmente para alterar sua filiação partidária.

¹ Foram considerados os registros de migração partidária fornecidos pela Câmara dos Deputados via Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

O fenômeno da migração partidária, apesar de já assimilado à realidade política brasileira, tem implicações em diferentes ramificações do regime democrático. Em destaque, o fenômeno macula os alicerces da democracia representativa, que se desenvolveu a partir da crescente complexidade dos assuntos públicos e da especialização da produção econômica, que obstaculizou a participação política ativa da maioria da população (Boix, 2007). Os partidos, inseridos nesse contexto, assumiram função primordial na representação, intermediando as relações entre representantes e representados e aglutinando certos interesses sociais, frequentemente relacionados à classe social e aos conflitos daí decorrentes (Manin, 1995).

Essencial à emergência dos partidos enquanto núcleo da representação é a ideia de identidade e pertencimento que permeou as interações entre os eleitores e as agremiações (Manin, 1995). De acordo com Dalton, McAllister e Wattenberg (2003, p. 295), a identidade constitui-se como elemento central da política partidária, pois “concede estrutura e significado aos sistemas de crenças individuais; e proporciona um conjunto de percepções que ajudam os indivíduos a organizarem as complexidades da política”. Nessa linha, não se criaram apenas laços de identidade entre eleitores e partidos, mas também entre os políticos e suas legendas. Manin (1995), nesse sentido, destaca que com a emergência da democracia de partidos, os eleitos são independentes em relação aos eleitores, mas se submetem aos partidos e aos seus programas, emergindo, em decorrência, os deveres de disciplina e fidelidade partidária, que consagram o partido enquanto ponto focal da representação.

A centralidade dada aos partidos na democracia representativa implicou, também, na construção de um conjunto de instituições que cimentaram o papel das agremiações, tanto nas arenas eleitorais, quanto nas parlamentares. Do ponto de vista eleitoral, muitos sistemas passaram a dirigir os votos aos partidos – e não aos candidatos –, conferindo às agremiações, também, a titularidade dos mandatos. Na arena parlamentar, Bowler (2000) aponta que, mesmo com mudanças no nível eleitoral, relacionadas aos laços de identidade entre partidos e eleitores, grande parte dos parlamentos ainda garante vantagens procedimentais às legendas, em detrimento da atuação individual dos parlamentares. Essas vantagens denotam a manutenção dos partidos como atores centrais nos Legislativos e garantem a disciplina e a fidelidade partidária daqueles eleitos sob o guarda-chuva das legendas, já que a atuação individual é mitigada pelas normas de organização parlamentar.

Inserida nesse contexto, a migração partidária engendra uma série de consequências aos sistemas partidários. Entre elas, o fenômeno tem como importante efeito alterar a correspondência entre o resultado eleitoral e o sistema partidário dentro do parlamento (Melo,

2004). Nesse diapasão, o voto do eleitor, que conta para fins de distribuição de cadeiras aos partidos, acaba sendo deturpado a partir das escolhas dos agentes políticos, alheios às escolhas eleitorais. Para Heller e Mershon (2008), a migração pode ser abordada, substantivamente, a partir do seu potencial para impactar as negociações por políticas nas legislaturas, assim como para transformar a composição dos governos e a distribuição de assentos no parlamento. Ainda, cogita-se sua repercussão em termos decisórios, no tocante às políticas públicas e às linhas de enfrentamento a temas caros à sociedade, afetos, por exemplo, à segurança pública, à saúde e à educação.

Nessa linha, busco colaborar, com este trabalho, à literatura que enxerga as motivações para a migração partidária como complexas e interconectadas, mesmo em contextos institucionais similares – isto é, sob a mesma rede de incentivos e desincentivos. Nesse sentido, pretendo trazer à tona o papel de atuação legislativa dos deputados como um significativo elemento a revelar os diferentes padrões de migração partidária - relacionados à ideologia, às pretensões eleitorais ou ao acesso a cargos e recursos – em situações contextuais e institucionais similares. Ainda, considera-se que a pesquisa pode contribuir para área dos estudos partidários ao investigar como fatores próprios da dinâmica legislativa podem impactar o sistema de partidos de forma mais ampla.

A literatura em ciência política, nos últimos anos, vem buscando entender as causas da migração partidária, dando especial enfoque ao parlamentar e suas motivações para a escolha de migrar. Instrumentalizando a teoria da escolha de Müller e Strøm (1999), em que os partidos, instados por seus líderes, agem a partir de motivações relacionadas à busca por cargos (*office-seeking*), votos (*vote-seeking*) ou políticas específicas (*policy-seeking*), muitos autores exploraram as motivações por trás da migração partidária a partir do posicionamento dos parlamentares em relação a uma dessas três categorias.

Focalizando no comportamento individual dos parlamentares, alguns autores dão especial importância ao comportamento individual dos políticos. Desposato (2006), por exemplo, pontua que os acessos a cargos, votos ou políticas específicas interagem em um mesmo contexto – os deputados instrumentalizam partidos para maximizar suas chances de reeleição, seu acesso a cargos e recursos e, também, para afinar sua posição ideológica em relação a do seu partido. Isso se daria em razão de serem os partidos as figuras centrais na representação, distribuindo recursos, melhorando ou piorando prognósticos eleitorais e indicando como devem se portar seus parlamentares.

Nesse sentido, é relevante a teoria sobre os papéis legislativos (*legislative roles*) dos parlamentares. Wahlke (1962, p. 16) aduz que os representantes, não raro, se posicionam no Parlamento a partir de diferentes orientações comportamentais (*role orientations*), que se referem às “diferenças sistemáticas nas concepções dos legisladores em relação a componentes particulares do papel de legislador”. Sustenta, assim, que os atores podem desempenhar papéis distintos dentro de uma mesma organização – nesse caso, o Parlamento. Na perspectiva de Strøm (2012, p. 87), os papéis legislativos desempenhados pelos políticos são estratégias rotinizadas, motivadas pela razão (preferências) e constrangidas pelas regras. Fazem, portanto, parte de uma estratégia racional, que busca maximizar as chances de se atingir determinado objetivo político.

Nesta pesquisa, busca-se situar o fenômeno da migração partidária dentro do parlamento, relacionado às diferenças nos papéis legislativos desempenhados pelos representantes. Este objetivo está assentado na compreensão de que as motivações *office, vote* e *policy-seeking* podem coexistir em um mesmo contexto institucional. Nesse sentido, traço como pergunta de pesquisa: em que medida os papéis de atuação parlamentar (*legislative roles*) afetam a probabilidade e os padrões de migração partidária no Parlamento brasileiro?

A partir do problema de pesquisa, identifico como objetivo geral de investigação entender de que modo as diferenças nos padrões/níveis de exposição de atuação legislativa de um parlamentar afetam a probabilidade e os padrões de migração partidária durante o exercício de mandato eletivo, sobretudo em relação às motivações que informam as trocas de partido. Especificamente, busco (a) compreender os diferentes papéis de atuação legislativa dos parlamentares; (b) delinear tipologia de protagonismo a partir dos papéis de atuação dos deputados; (c) identificar os padrões sobre a migração partidária na Câmara dos Deputados; (d) compreender a relação entre nível de protagonismo dos parlamentares e a migração partidária na Câmara dos Deputados.

Considerando os objetivos de pesquisa e os aportes da literatura para o estudo da migração partidária, proponho a criação de dois índices – protagonismo posicional e protagonismo programático -, capazes de captar as diferenças nos papéis legislativos desempenhados pelos deputados, abrangendo oito indicadores relacionados ao acesso a cargos e posições de destaque (*office-seeking*) e à proeminência de suas atuações programáticas (*policy-seeking*). Com a construção dos índices e tendo como unidade de análise o parlamentar em cada sessão legislativa (ano do calendário legislativo), traço duas hipóteses principais, das quais decorrem outras duas, relacionadas diretamente às variáveis de protagonismo posicional

e programático. A H_1 traz a perspectiva de que parlamentares com altos níveis de protagonismo posicional tem menos chances de migrar de partido; a H_2 , por sua vez, sugere que parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem menos chances de migrar de partido.

O trabalho se organiza em seis seções. A primeira seção sintetiza o *estado da arte* em relação ao fenômeno da migração partidária na literatura em Ciência Política. A segunda traz os critérios utilizados para a seleção do Brasil enquanto caso de estudo, com perspectiva comparativa do fenômeno em outras democracias, e explica a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, justificando as escolhas feitas durante o tratamento dos dados e testes das hipóteses. A terceira seção discute a migração partidária no Brasil, com especial atenção aos padrões que permeiam as migrações na esquerda e na direita. Na quarta seção, são apresentados os principais achados relacionados à construção dos índices de protagonismo. Por fim, a quinta seção discute os resultados dos testes das hipóteses e os modelos explorados ao longo da investigação. A conclusão retoma os principais aportes da pesquisa, ao mesmo tempo em que explora possíveis novas agendas de pesquisa e as lacunas ainda persistentes no estudo da migração partidária.

2 A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA LITERATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA

2.1. OFFICE, VOTE OU POLICY-SEEKING? BUSCANDO EXPLICAÇÕES PARA A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA

Ao discorrer sobre as transformações do governo representativo nas democracias liberais, Bernard Manin (1995) indica que um dos princípios constitutivos da representação é a independência parcial dos eleitos em relação aos eleitores. Essa característica basilar, entretanto, passou por transfigurações ao largo dos três tipos históricos de governo representativo traçados pelo autor – o governo representativo de tipo parlamentar; a democracia de partidos; e a democracia do público –, assumindo sua faceta atual apenas a partir da emergência do que denominou de democracia de partidos, superando os mandatos imperativos, em que os deputados não se vinculavam a legendas e, tampouco, às demandas dos eleitores. Não obstante, é a partir da centralidade dada aos partidos na representação política – e como consequência natural da vinculação do voto às listas partidárias – que surgem os deveres de fidelidade e disciplina partidárias – vinculando o representante eleito aos mandamentos da sua legenda e ao controle das bases partidárias.

Nessa senda, o papel preponderante dos partidos na representação manifestou-se não apenas no campo eleitoral, com a adoção, em muitas democracias, do voto proporcional, vinculado às legendas e que objetiva refletir fielmente as relações de força dentro do eleitorado (Manin, 1995), mas também nas dinâmicas próprias do Parlamento. Se antes o representante atuava sob o crivo da própria consciência, agora os legislativos organizavam-se em termos partidários, de modo que suas regras de funcionamento e processo legislativo passavam a emular as relações conflitivas e cooperativas entre as agremiações (Melo, 2018). O parlamentar, nesse contexto, continuava independente em relação ao eleitor, mas agora se submetia ao partido político e ao seu programa.

Apesar da aparente deterioração das relações de identidade entre partidos e eleitores a partir do que cunhou como democracia de público, Manin (2013) pondera que as legendas são multifacetadas e atuam em diferentes arenas – a erosão de uma das suas características clássicas, portanto, não implica na sua obsolescência enquanto organização política. Na arena eleitoral, os partidos seguem como as principais forças que moldam as alternativas fornecidas aos eleitores, desenhando o mapa cognitivo ao qual os eleitores se defrontam (Manin, 2013, p. 118); no campo parlamentar, os legislativos seguem se organizando em termos partidários, tanto quanto à constância das disciplinas partidárias quanto em relação às vantagens institucionais que os Parlamentos conferem às agrupações partidárias. A esse respeito, Bowler (2000) sustenta que, mesmo com mudanças no nível eleitoral, grande parte dos parlamentos ainda garante vantagens procedimentais aos partidos, em detrimento da atuação individual dos parlamentares. Essas vantagens denotam a manutenção dos partidos como atores centrais nos Legislativos e garantem a disciplina partidária daqueles eleitos sob o guarda-chuva das legendas, já que a atuação individual é mitigada pelas normas de organização parlamentar.

A manutenção dos partidos como centrais à representação política se manifesta, também, no campo do governo. Manin (2013) aponta que os gabinetes em sistemas parlamentares são mantidos ou depostos por agrupamentos partidários, e não pela atuação individual dos parlamentares, denotando a permanência das decisões políticas nas mãos dos partidos. Essa característica ainda reforça o *accountability* político, na medida em que os eleitores seguem identificando nas legendas a responsabilidade pelas políticas de governo.

Esse conjunto de proposições, para Manin (2013), culmina na relativa estabilidade das bancadas partidárias, sendo, para as democracias industriais avançadas avaliadas pelo autor, também um indicativo da importância dos partidos em muitas arenas da atividade política. Mas

o que motiva a mudança de partido, mesmo em contextos em que as legendas ainda protagonizam uma série de funções importantes, tanto eleitorais quanto legislativas?

A literatura em Ciência Política vem buscando a resposta para essa pergunta a partir de diferentes abordagens e contextos institucionais. Em atenção a essa indagação, utilizo o ferramental metodológico da revisão sistemática de literatura para perquirir quais variáveis independentes a literatura teorizou como explicações ao fenômeno da migração partidária. O objetivo da revisão sistemática de literatura, nesse sentido, é apresentar o *estado da arte* em relação à migração partidária. Para Cooper (2010), a vantagem da revisão sistemática é, justamente, reduzir o viés, padronizando e explicitando os procedimentos utilizados para a coleta, catalogação e combinação das pesquisas primárias.

Nesse sentido, para sistematizar as obras que tratam de migração partidária, utilizo as ferramentas de busca de três indexadores de artigos acadêmicos – *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science* –, coletando todos os resultados encontrados a partir da utilização de palavras-chave em português, inglês e espanhol. Para serem coletados, os artigos deveriam trazer, necessariamente, a migração partidária como objeto de estudo, isto é, como variável dependente em relações causais. Também foram excluídos artigos que tratassem da migração partidária de filiados em geral, mantidos apenas os que tratassem da migração durante o exercício do mandato eletivo. Só foram coletados artigos publicados em periódicos revisados por pares, descartados capítulos de livros, livros, teses e dissertações. A coleta dos artigos foi realizada no segundo semestre de 2023. O quadro a seguir discrimina os termos de busca utilizados e o número de artigos sobre migração partidária encontrados para cada termo.

Quadro 1 – Termos de busca e artigos encontrados

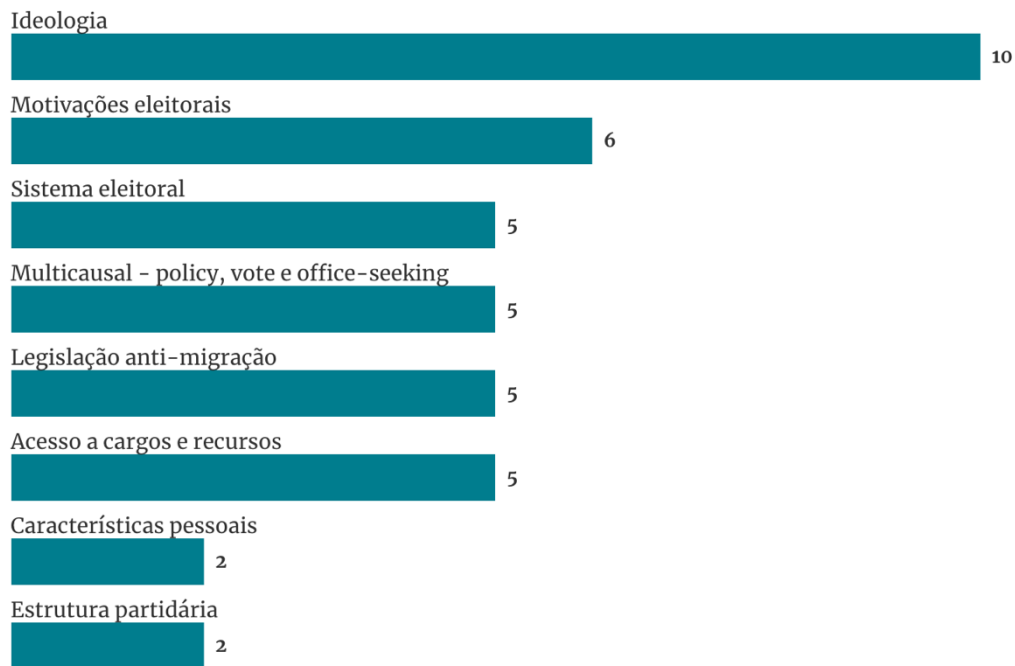
Termo	N	%
<i>Party Switching</i> /Migração partidária	36	90
<i>Transfuguism</i> /Transfugismo	2	5
<i>Party Defection</i> /Defection	1	2,5
<i>Cross-Carpeting</i> /Floor-Crossing	1	2,5
Total	40	100

Fonte: elaboração própria.

Apesar de ter diversos sinônimos, o termo mais difundido para se referir ao fenômeno é, na literatura internacional, *party switching*, que aglutina a maioria das obras escritas sobre

migração partidária. No total, foram identificados 40 artigos em que a migração partidária foi empregada como variável dependente – a ser explicada –. Nessa amostra, há grande diversidade de variáveis independentes, condensadas, para fins de análise, em oito categorias. O Gráfico 1 traz a quantidade de artigos por categoria de variável independente².

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por categoria de variável independente



Fonte: elaboração própria

Dentre as obras perscrutadas, há grande destaque à operacionalização da teoria da escolha de Muller e Strøm (1999), separando as motivações dos políticos migrantes em três categorias: *office-seeking*, *policy-seeking* e *vote-seeking* – ou seja, filiando-se à corrente da escolha racional, grande parte dos trabalhos trata os migrantes como agentes racionais, que buscam maximizar sua utilidade a partir de objetivos concernentes ao acesso a cargos e a recursos – sobretudo os auferidos pelo governo –, à promoção de políticas específicas e ideologicamente alinhadas, e à busca por votos e reeleição.

Muller e Strøm (1999, p. 6), ao abordarem a tomada de decisão de lideranças partidárias – tendo como foco os objetivos organizacionais –, indicam que as motivações *office-seeking* podem ser identificadas como aquelas “que objetivam aumentar o controle partidário sobre

² Alguns artigos trazem mais de uma variável independente – o gráfico 3, entretanto, explicita as variáveis julgadas como centrais pelos artigos analisados.

benefícios auferidos pelo governo, por qualquer razão, mesmo que isso signifique sacrificar objetivos orientados por políticas ou os prognósticos eleitorais futuros” (tradução livre). Essa categoria motivacional pode ser, portanto, um fim em si mesma, ou instrumental à consecução de objetivos relacionados a políticas públicas ou a prognósticos eleitorais.

As motivações *policy-seeking*, por outra via, são aquelas que buscam maximizar o impacto do partido/agente em políticas públicas de interesse. Como as motivações *office-seeking*, as motivações orientadas por políticas podem ter um valor intrínseco ou instrumental a outros objetivos. Apesar disso, Muller e Strøm (1999) avaliam que as motivações *policy-seeking* podem ser consideradas suplementares – e não substitutivas – às motivações *office-seeking*, justamente pelo impacto que a presença no governo pode ter na agenda de políticas públicas do partido.

Por fim, Muller e Strøm (1999) ponderam que, em atenção aos partidos, as motivações *vote-seeking* podem ser apenas instrumentais à busca pelos espólios do governo ou à consecução de políticas públicas, argumentando ser pouco lógico que um partido busque maximizar sua quantidade de votos sem outro objetivo intrínseco. O desenho teórico dos autores, entretanto, frisa que os três grupos de comportamentos – *office-seeking*, *policy-seeking* e *vote-seeking* – coexistem em um mesmo ambiente e implicam em uma avaliação de custos e benefícios – ou *trade-offs* – relacionados à perseguição de um objetivo relacionado a uma das categorias e que pode trazer custos relacionados a outras.

Instrumentalizar as acepções de Müller e Strøm (1999) para a migração partidária, nesse sentido, significa dizer que os políticos decidem trocar de partido ou permanecer no que estão a partir de cálculos racionais de utilidade, que levam em conta seus objetivos na carreira política relacionados à busca por cargos, políticas ou votos. Nessa linha, Melo (2004) aduz que o representante faz suas escolhas baseado em um cálculo de sobrevivência política, se movimentando de modo a prospectar os benefícios pessoais auferidos pela migração. Esses benefícios, entretanto, podem se estender entre as três categorias motivacionais de Muller e Strøm (1999), variando, de um legislador a outro, o aspecto motivacional de maior peso em sua escolha.

Apesar de pontuarem que as três categorias motivacionais são interativas – inclusive reforçando que a perspectiva *vote-seeking* é apenas instrumental aos objetivos de acesso a cargos e políticas públicas –, a teoria de Muller e Strøm (1999) no campo da migração partidária, em geral, foi utilizada considerando os migrantes como blocos monolíticos, cujos objetivos caberiam dentro de uma das categorias, sem considerar suas interações mútuas. Nesse

sentido, os trabalhos que abordaram o papel da ideologia na migração partidária tenderam a dar maior ênfase aos efeitos da dissonância ideológica entre parlamentar e partido como explicação para a migração partidária. Nesse caso, a percepção de distanciamento ideológico entre a média do partido e os posicionamentos do legislador foi identificada como tendente a aumentar os níveis de migração, reposicionando o parlamentar em partidos mais afeitos à sua própria visão (Melo, 2000; Heller e Mershon, 2008; Pinto, 2015; Kemahlioglu e Sayari, 2017; Hamzawi, 2021; Radean, 2022; Meneghetti et al, 2023).

Outra abordagem dada à questão ideológica refere-se à posição dos representantes quanto a *issues* específicas, promotoras de cisões nas legendas. Nessas situações, a literatura encontra relação entre certos posicionamentos dos parlamentares e a posição média dos partidos quanto às políticas específicas, promovendo a migração dos parlamentares com rumo a partidos mais contingentes às suas próprias concepções. Alguns temas foram considerados especialmente importantes, como o aborto nos Estados Unidos (Killian e Clyde, 2008), o posicionamento quanto à União Europeia no Parlamento Europeu (Hix e Noury, 2018) e a reforma política e a política de defesa no Japão (Kubo, Matsumoto e Yumamoto, 2022; Reed e Scheiner, 2003).

Ainda no campo da ideologia, a (in)disciplina partidária também foi instrumentalizada para identificar a dissonância entre partido e eleito e a propensão à migração. Heller e Mershon (2008) apontam que partidos com alta disciplina e coesão estão mais propensos à migração com motivações ideológicas, pois as punições à indisciplina são mais severas e incentivam que aqueles com dissonâncias ideológicas busquem opções partidárias mais próximas às suas. Nessa linha, Meneghetti et al (2023), a partir do emprego de técnicas de *machine learning*, conseguiram prever a migração de deputados no parlamento italiano a partir dos níveis de disciplina partidária dos parlamentares – considerado um forte preditivo da migração.

Por outro lado, há autores que deram ênfase à busca por recursos e posições junto à máquina pública, em especial no governo. Em atenção ao caso brasileiro, Diniz (2000) dá ênfase ao momento da migração como indicativo das motivações *office-seeking* para a migração no Brasil – o fenômeno se encorpa nos momentos-chave para a distribuição de recursos aos partidos. Essa perspectiva é compartilhada por Mershon (2008), que trazendo o fenômeno para dentro do Parlamento, indica que as migrações são mais frequentes em períodos específicos do ciclo parlamentar, sobretudo nos momentos de alocação de posições ministeriais aos partidos.

Desposato e Scheiner (2008), comparando Brasil e Japão, apontaram para a importância do local de distribuição de recursos e da centralização ou descentralização dos Estados. A

proporcionalidade na distribuição de recursos do Estado aos partidos também foi fator endereçado pela literatura – partidos com maior poder no parlamento e no governo tendem a exercer força centrífuga em sua direção, atraindo migrantes com perspectivas de acesso a cargos e recursos (Laver e Benoit, 2003; Thames, 2007; Kerevel, 2014; Young, 2014; Martin, 2021; Armenta, González e Terrón, 2021; Radean, 2022).

Extravasando o parlamento e o governo, as obras que deram ênfase às motivações *vote-seeking* privilegiaram, como variável independente, medidas de força eleitoral dos partidos e dos candidatos, enfatizando que prognósticos ruins de reeleição no partido de origem podem engatilhar mudanças de filiação rumo a partidos que possibilitem melhores oportunidades – tanto na seleção de candidatos, quanto na própria perspectiva de votação (Reed e Scheiner, 2003; Thames, 2007; Young, 2014; Klein, 2016; Kemahlioglu e Sayari, 2017; Klein, 2018; Flório Lima e Bodet, 2023). Por outro lado, um corpo relevante de pesquisadores tentou traçar nos diferentes sistemas eleitorais – distritais, proporcionais, mistos ou majoritários – incentivos e desincentivos à migração (McLaughlin, 2012; Chang e Tang, 2015; Klein, 2016; Klein 2018; Radean, 2022).

Outros autores foram mais explícitos ao tentar definir os efeitos causais das três categorias de Muller e Strøm (1999) na migração partidária. Como referido, Mershon e Shvetsova (2008) aduzem que as motivações da migração podem ser identificadas a partir dos distintos momentos dos ciclos parlamentares, que promovem diferentes incentivos para migrantes com motivações diversas. O trabalho foi importante, pois reforça a perspectiva de que, dentro de um mesmo contexto institucional, as motivações dos parlamentares podem variar – ou seja, é possível que as três categorias motivacionais coexistam em contextos institucionais com os mesmos incentivos e desincentivos à migração. A perspectiva das autoras se confronta com trabalhos mais recentes, como o de Klein (2021), que buscou comparar os padrões de migração em democracias consolidadas e recentes. Para o autor, migrações com o objetivo *policy-seeking* preponderam em democracias consolidadas, ao passo que as motivações *vote* e *office-seeking* são mais salientes em democracias recentes. A perspectiva, portanto, acaba por equalizar as motivações dos migrantes a partir do contexto institucional de consolidação e emergência das democracias.

O'Brien e Shomer (2013) e Nielsen, Andersen e Pedersen (2019) buscaram operacionalizar as três categorias de Muller e Strøm (1999) para encontrar seus possíveis efeitos causais na migração. Para O'Brien e Shomer (2013), houve efeito significativo para as variáveis *vote* e *policy-seeking*, mas os resultados não respaldaram a hipótese *office-seeking*, operacionalizada

pela presença do partido de destino no governo. Por outro lado, Nielsen, Andersen e Pedersen (2019) apontaram que deputados que ocupam posições centrais no partido tendem a migrar menos, mas que partidos com poder interno concentrado podem se tornar mais sujeitos às defecções. A perspectiva dos autores é relevante, pois operacionaliza a variável *office-seeking* a partir de dinâmicas próprias dos partidos – importantes também dentro do Parlamento. Nesse sentido, Bowler (2000) reforça a ideia de que as normas procedimentais dos legislativos dão intenso protagonismo aos partidos, que conduzem os trabalhos a partir de importante ferramental regimental. Ocupar posições de liderança dentro das legendas, nessa senda, confere ao político grande poder para alterar os rumos do processo legislativo.

Por fim, Radean (2019) resgatou a noção de interação entre as três categorias motivacionais. Para o autor, ao sopesar os prós e contras da escolha para mudar de legenda, o político tem em mente não uma, mas as três categorias motivacionais, que interagem para calibrar a decisão. Nesse sentido, a percepção de adequação entre o representante e o partido em uma das três categorias pode ser suficiente para compensar os prognósticos negativos nas outras duas. Nessa linha, portanto, quando os benefícios nas três motivações são baixos, o parlamentar estará mais sujeito a migrar. A proposta de Radean (2019) é interessante, pois compreende os políticos como seres complexos, que, no seu cálculo de utilidade, articulam uma série de variáveis interativas e substitutivas que podem compensar umas às outras.

2.2. A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA LITERATURA SOBRE BRASIL

Em seu trabalho seminal sobre os alicerces do presidencialismo de coalizão no Brasil, Figueiredo e Limongi (2001) desafiaram a percepção de que os partidos no Brasil seriam fracos e, em certa medida, desimportantes, ao frisarem a previsibilidade do Plenário na Câmara dos Deputados e a alta disciplina partidária das legendas. Reforçaram, ainda, o amplo arsenal regimental à disposição dos líderes partidários para garantir tanto a disciplina quanto a preponderância da vontade partidária em relação à atuação individual dos parlamentares. Se os partidos importam, portanto, Melo (2004) conclui que é uma decorrência lógica que os congressistas se repositionem no sistema partidário a fim de melhor adequarem suas filiações aos seus objetivos de carreira.

Nesse sentido, Melo (2004) indica que a ação individual do parlamentar é o fator explicativo mais consistente a embasar o fenômeno, mas que existem fatores conjunturais,

contextuais e institucionais que informam o ambiente em que a escolha de migrar é feita. Para o autor,

1) as migrações possuem um padrão que pode ser associado a estratégias de sobrevivência política; 2) deputados que obtêm recursos de poder a partir do mandato na Câmara tendem a migrar em proporção muito menor do que os demais; 3) deputados migrantes tem preferência por partidos capazes de lhes oferecer mais recursos na luta pela sobrevivência política. (Melo, 2004, p. 64)

Inseridas em um contexto institucional que imiscuía liberdade e concentração, somadas a um sistema partidário com frágeis identificações partidárias, a migração torna-se uma operação de baixo custo, mas que pode oferecer amplos benefícios aos migrantes. Diniz (2000), por exemplo, sustenta que o fator que melhor explicaria a migração no Brasil seriam os ganhos obtidos com a troca de partido, mais do que a – até então – não coibição legal da migração. Analisando os prazos para filiação partidária e a contagem das bancadas para distribuição de recursos políticos como tempo de televisão e rádio, a autora conclui que as migrações no Brasil seguem padrão sazonal, relacionado às possibilidades de acesso a recursos políticos caros à reeleição dos políticos.

Desposato (2006), por outro lado, afirma que os parlamentares no Brasil usam os partidos para fins eleitorais, ideológicos e distributivos, preferindo filiar-se a partidos que maximizem as chances de reeleição, o acesso a recursos, mas que também sejam ideologicamente contingentes às suas próprias concepções políticas. O autor indica que, além de sopesar os benefícios da mudança para o possível novo partido, também são avaliados os custos políticos da transição. Nesse sentido, deputados cuja base eleitoral é partidária enfrentam óbices maiores para a troca de partido. De maneira geral, Desposato (2006) indica que os objetivos observados pelos parlamentares variam a depender do perfil dos seus eleitores, que valorizam aspectos diferentes da atuação política dos seus representantes. Conseqüentemente, partidos com identidades mais consolidadas tendem a enfrentar menos defecções, na medida em que seu eleitorado valoriza mais a marca partidária.

De sua sorte, Freitas (2012) trouxe a perspectiva de que a migração não seria apenas reflexo do comportamento individualista dos parlamentares, mas que os partidos ativamente atuam para angariar novos filiados, com vista a aumentar seu poder parlamentar e eleitoral. Dessa maneira, a migração partidária é, em verdade, uma via de mão dupla, que depende do desejo do parlamentar de migrar e do desejo do partido de aceitar novas filiações. A autora, nesse sentido, frisa que diversos recursos políticos são direcionados diretamente aos partidos, cujo acesso pelos parlamentares se dá pela adesão a essas legendas. A sazonalidade das

migrações nos períodos de cômputo das bancadas para rateio proporcional dos recursos e posições na Legislatura, assim, indica que as legendas também atuam a fim de aumentar seu acesso ao poder, tanto eleitoralmente quanto na práxis legislativa.

2.3. *LEGISLATIVE ROLES* E SUAS POTENCIALIDADES PARA O ESTUDO DA MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA

A partir dessas visões, busco contribuir à literatura formulando hipótese explicativa que traga para o lócus do parlamento – o lugar de exercício do mandato representativo – a articulação entre as três motivações, a partir da posição e do papel exercido pelo legislador dentro da legislatura. Não se busca, nesse caso, isolar as três categorias, mas propor que, em um mesmo contexto institucional, os parlamentares se posicionam de modos distintos para maximizar seus prognósticos de carreira.

Útil a essa abordagem é a literatura sobre *legislative roles*. Em sua teoria sobre o papel legislativo dos parlamentares (*legislative roles*), Wahlke (1962, p. 16) aduz que os representantes se posicionam no Parlamento a partir de distintas orientações comportamentais (*role orientations*), que se referem às “diferenças sistemáticas nas concepções dos legisladores em relação a componentes particulares do papel de legislador”. O autor argumenta, portanto, que os variados sujeitos podem desempenhar papéis diversos dentro de uma mesma organização – nesse caso, o Parlamento. Para Blomgren e Rozenberg (2012, p. 8), os papéis legislativos são “padrões de atitudes e/ou comportamentos que resultam de ser um membro do parlamento” e que permitem que os representantes se distingam uns dos outros ou se identifiquem em grupos.

A teoria sobre *roles* como estratégia, de sua sorte, indica que o conceito se refere a “padrões regulares de comportamento que os indivíduos têm em diferentes circunstâncias sociais [...]. [Papéis] similarmente ajudam outros a desenvolverem expectativas plausíveis sobre como provavelmente nos comportaremos” (Strøm, 2012, p. 85). Em específico, o autor afirma que *legislative roles* “podem ser vistos como estratégias comportamentais motivadas pelos objetivos dos políticos [...] condicionadas também pelas instituições em que os parlamentares operam” (Strøm, 2012, p. 87). A perspectiva de Strøm (2012, p. 87) sobre os papéis enquanto estratégia, portanto, preconiza que os papéis legislativos desempenhados pelos políticos são estratégias rotinizadas, motivadas pela razão (preferências) e estrangidas pelas regras.

A teoria dos papéis legislativos enquanto estratégia filia-se fortemente à corrente teórica da escolha racional. Nessa perspectiva, estratégias seriam prescrições sobre como os atores podem

agir para maximizar, com a maior eficiência e sucesso, os objetivos que privilegiam. As estratégias, assim, prescrevem diferentes comportamentos dos atores, geralmente relacionados à alocação de recursos escassos, como tempo, dinheiro, entre outros (Strøm, 2012). A diferenciação nos papéis legislativos, assim, caracteriza as várias formas em que os sujeitos podem empregar esses recursos escassos para atingir seus objetivos – seja reeleição, indicação a posições-chave no partido ou a aprovação de uma agenda legislativa específica. Nessa linha, o autor pondera que essas estratégias não são diretamente observáveis, mas inferidas a partir das diferenças de comportamento dos atores.

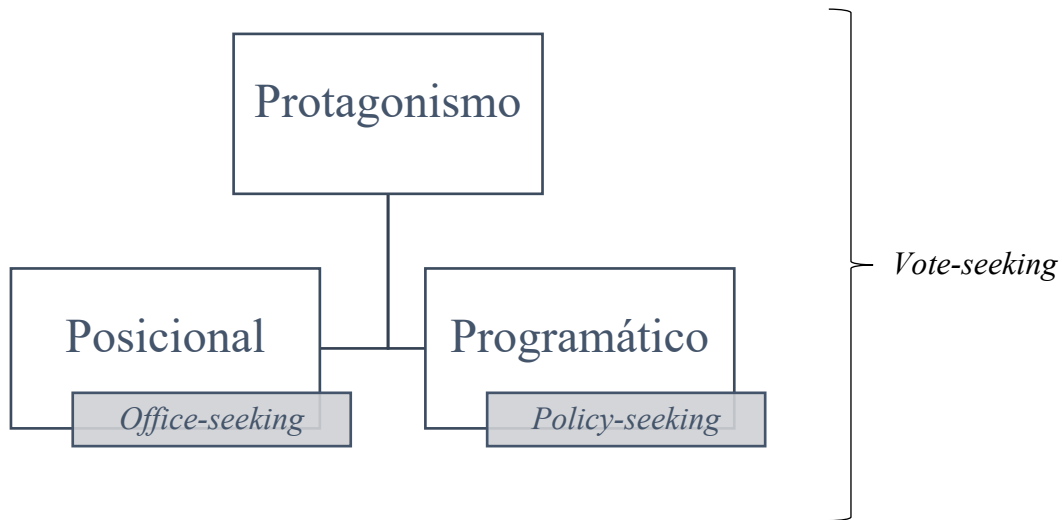
Proponho, nesse sentido, que identificar os padrões de comportamento dos legisladores dentro do Parlamento pode colaborar enormemente para a compreensão da migração partidária, pois é dentro dos limites da atividade parlamentar que o representante atua para maximizar seus prognósticos de carreira. Tendo em vista o problema de pesquisa aqui proposto – perquirir em que medida as diferenças nos papéis de atuação parlamentar afetam a probabilidade e os padrões de migração partidária no Parlamento brasileiro – adoto os índices de *protagonismo posicional* e *protagonismo programático* como variáveis independentes, capazes de explicar a migração partidária.

Por protagonismo, entendo que certos papéis adotados pelos parlamentares potencializam sua visibilidade dentro do Parlamento – ou seja, a atuação em determinadas funções próprias da atividade parlamentar confere ao legislador maior exposição, o que, em última instância, maximiza sua influência política dentro do Parlamento, bem como reforça sua imagem na opinião pública. Dentro do conceito de protagonismo, proponho a adoção de duas tipologias distintas, mas complementares – protagonismo do tipo posicional e protagonismo do tipo programático. O protagonismo posicional é aquele que emerge da ocupação, pelo parlamentar, de posições de destaque dentro do processo legislativo – sejam posições partidárias, sejam próprias da estrutura do órgão legislativo. Por outro lado, o protagonismo programático é aquele proveniente da atuação programática do representante, vinculada à defesa de interesses e agendas ideológicas específicas.

A adoção das tipologias de protagonismo posicional e protagonismo programático são promissoras para o estudo da migração partidária, pois encampam, indiretamente, as três categorias motivacionais de Muller e Strøm (1999) – *vote-seeking*, *office-seeking* e *policy-seeking* –, mas as transpõem para a dinâmica própria dos Parlamentos. Essa abordagem filia-se às contribuições anteriores de Radean (2019), Nielsen, Andersen e Pedersen (2019), O'Brien e Shomer (2013) e Mershon e Shvetsova (2008), que buscaram identificar as três categorias

motivacionais em um mesmo contexto institucional. Nessa linha, se é nos parlamentos que o mandato é exercido, é possível traçar, a partir do papel desempenhado pelos legisladores dentro da casa legislativa, sua propensão à migração partidária. A Figura 1 articula as variáveis de protagonismo posicional e protagonismo programático à teoria da escolha de Muller e Strøm (1999).

Figura 1 – Protagonismo posicional e protagonismo programático à luz da teoria da escolha de Muller e Strøm (1999)



Fonte: elaboração própria, com aportes da teoria de Muller e Strøm (1999)

Sob essa perspectiva, a categoria *vote-seeking* compreende as duas tipologias de protagonismo – um parlamentar cujo protagonismo nas casas legislativas seja notório, por estar em posições de destaque ou por estar bem-posicionado nos debates internos, parte de um lugar privilegiado nas disputas eleitorais, tendo, portanto, menos incentivos para trocar de partido com vista a se reposicionar no contexto eleitoral.

A partir da tipologia de protagonismo posicional, espera-se que parlamentares que ocupem cargos partidários ou posições de prestígio no processo legislativo vejam-se desincentivados a mudar de legenda, uma vez que estão mais bem posicionados nas suas carreiras políticas, com maior acesso a recursos e à articulação de demandas e interesses no Legislativo. O argumento reforça-se pelo critério proporcional de rateio de espaços de poder

nos parlamentos – migrar enquanto se ocupa uma posição de destaque implica, necessariamente, em abdicar da posição ocupada. No mesmo sentido, ao optar por migrar, se espera que os parlamentares busquem partidos com mais poder do que o partido de origem.

A construção do índice parte da contribuição da literatura quanto à organização dos trabalhos legislativos: Figueiredo e Limongi (2001), por exemplo, pontuam que há grande concentração de poder legislativo nas mãos da Mesa Diretora e dos líderes partidários, a quem incumbe definir as pautas de votação, indicar copartidários às Comissões, assinar requerimentos em nome do partido, entre outras prerrogativas previstas regimentalmente. Nessa direção, o índice busca identificar os espaços que os parlamentares ocupam e o trânsito que possuem com aqueles que decidem a ocupação dos espaços e o acesso a prerrogativas. Assim, é a primeira hipótese:

H_1 : Parlamentares com altos níveis de protagonismo posicional tem menos chances de migrar de partido.

$H_{1.1}$: Parlamentares com baixos níveis de protagonismo posicional tendem a migrar para partidos maiores que o seu de origem.

Em relação ao protagonismo programático, imagina-se que parlamentares com altos níveis de protagonismo desse tipo migrem menos que representantes pouco afeitos à produção e discussão legislativa – e que só migrem quando há dissonância entre os votos do parlamentar e a média de votos do partido, medida típica da literatura para traçar a migração partidária *policy-seeking*. O argumento, nesse caso, é que parlamentares que prezam pelo encaminhamento de políticas e que pautam sua atuação a partir da produção legislativa valorizam o alinhamento com seu partido mais do que o reposicionamento a partir de motivações *office* ou *vote-seeking*. Ou seja, legisladores com altos níveis de protagonismo programático tendem a migrar preponderantemente em casos de discordância programática com seu partido. É a segunda hipótese:

H_2 : Parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem menos chances de migrar de partido.

$H_{2.1}$: Parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem mais chances de migrar se há dissonância entre o representante e as orientações de voto da liderança partidária.

Apesar da operacionalização das tipologias de protagonismo posicional e programático poderem variar nos diferentes contextos institucionais, acredita-se que o conceito seja genérico o suficiente para figurar como variável em estudos que abordem a migração partidária e os papéis legislativos em outros contextos que não o brasileiro. Ainda, a potencialidade da utilização dos índices de protagonismo permite identificar como o comportamento dos parlamentares dentro do Legislativo pode ser preditivo da migração partidária, sem que seja necessário recorrer a variáveis exógenas à dinâmica parlamentar para perquirir o fenômeno. Abaixo, resumem-se as hipóteses de pesquisa.

Quadro 2 – Hipóteses de pesquisa

H_1		Parlamentares com altos níveis de protagonismo posicional tem menos chances de migrar de partido.
	$H_{1.1}$	Parlamentares com baixos níveis de protagonismo posicional tendem a migrar para partidos maiores que o seu de origem.
H_2		Parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem menos chances de migrar de partido.
	$H_{2.1}$	Parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem mais chances de migrar se há dissonância entre o representante e as orientações de voto da liderança partidária.

Fonte: elaboração própria

3 DADOS E MÉTODO

3.1. BRASIL EM FOCO: CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE CASO

Com o objetivo de realizar inferências causais em estudos com poucos ou apenas um caso, é de grande importância a seleção de casos informada, com o fito de identificar aqueles com características representativas de um universo maior e que apresentam variação ao longo das variáveis de interesse para o pesquisador. Para isso, critérios de seleção de caso buscam, conscientemente, aumentar a representatividade da pesquisa e o aproveitamento das inferências causais, ante às dificuldades da seleção aleatória na ciência política e nas ciências sociais em geral (Gerring, 2007).

Quando se tem a pretensão de que os resultados de pesquisa sejam generalizáveis à população de casos em que é possível observar o fenômeno em estudo – nesse caso, a migração partidária -, torna-se imperativo que o pesquisador realize uma seleção sistemática de caso(s), com o fito de que esta colabore com as pretensões de generalização da pesquisa (Rohlfing, 2012).

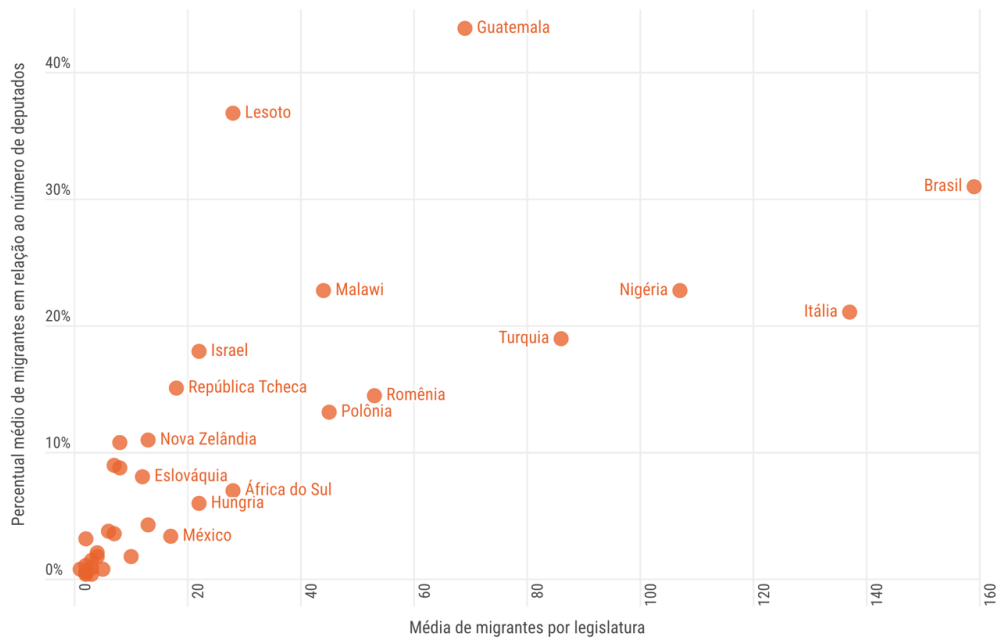
A opção pelo estudo da migração partidária a partir do caso brasileiro, nesse sentido, assenta-se na essencialidade de uma análise *cross-case* da migração partidária, que aborde, mesmo que perifericamente, a ocorrência do objeto de pesquisa na população de casos em que é possível identificar o fenômeno (Gerring, 2007; Rohlfing, 2012). Sob esse aspecto, a estratégia de seleção de casos adotada parte do que Rohlfing (2012) cunhou como *distribution-based*, onde o caso é selecionado a partir da sua localização na distribuição de casos em relação à variável independente e/ou dependente. Com o objetivo de assegurar a representatividade do caso em relação à população e de possibilitar a generalização dos resultados, o Brasil torna-se atrativo por expressar o fenômeno da migração partidária de modo típico e extremo, isto é, onde é possível identificar a presença do fenômeno de modo abundante.

Considerando dados de 35 países³ para a câmara baixa (nos casos de Legislativo bicameral) e a soma dos valores positivos atribuídos à variável dependente – migração partidária - em cada um dos casos⁴, identifica-se que o Brasil é o terceiro país com maior percentual de migrantes por legislatura (31%), superado apenas pela Guatemala e por Lesoto – países com legislativos menores que o brasileiro (158 e 120 assentos, respectivamente). Além disso, o Brasil é o país com a maior média de migrantes: 159 por legislatura. O país supera, ainda, outras nações notórias pela intensidade da migração partidária, como a Nigéria e a Itália. O Gráfico 2 apresenta a dispersão dos casos em relação ao percentual médio de migrações na legislatura e o número médio de parlamentares migrantes por legislatura.

Gráfico 2 - Dispersão de casos de migração partidária em relação ao percentual médio de migrações na legislatura e o número médio de parlamentares migrantes por legislatura

³ Apesar de estarem disponíveis dados para 49 países, foram considerados na análise *cross-case* apenas aqueles com informações para mais de duas legislaturas. A opção justifica-se para excluir possíveis vieses relacionados à excepcionalidade da migração em alguma legislatura específica. Dentre os casos com dados para apenas uma legislatura, destaca-se a Ucrânia e a Rússia, que tiveram 56% e 33% do parlamento migrando, respectivamente.

⁴ Os dados foram coletados da literatura em relação a migração partidária, quando esta quantificou a migração partidária a partir de critérios similares.



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados do Brasil, Goeke e Hartmann (2011); Mershon e Shvetsova (2013); Kerevel (2014); Young (2015); Klein (2021); e Agboba (2023).

Os dados agregados de migração partidária explicitam o caráter *típico e extremo* do fenômeno no Brasil. Um caso típico é entendido como aquele no qual é possível fazer generalizações para outros casos similares dentro de uma população (Gerring, 2007). Assim, a presença massiva de migrações partidárias no Brasil fornece amplo material de análise sobre o fenômeno. Um caso extremo, por sua vez, é aquele cujo valor da variável dependente ou independente distancia-se da média da população. Cabe frisar que um caso extremo pode ser considerado típico e, até mesmo, mais típico do que valores próximos à média, como convencionava-se definir os casos típicos (Gerring, 2007). A característica do fenômeno sob análise, assim, é importante para a definição da tipicidade e extremismo do caso.

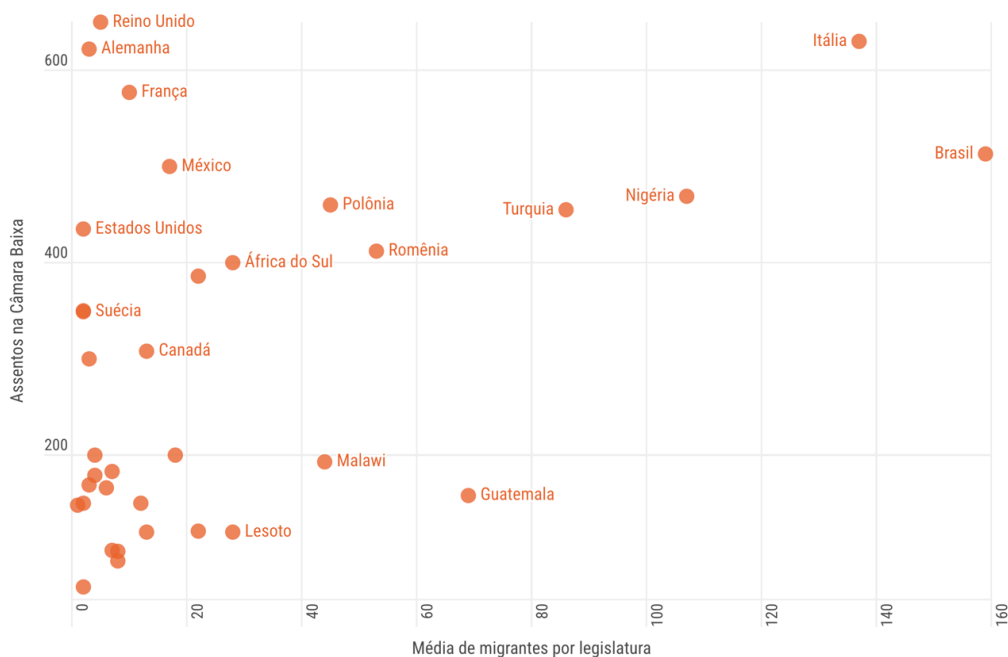
É valioso pontuar que a pesquisa identifica como unidade de análise os 513 parlamentares titulares na Câmara dos Deputados, nas Legislaturas entre 1999 e 2023, e suas respectivas classificações como migrantes ou não migrantes dentro de cada marco temporal. Assim, considera-se que a variável dependente é dicotômica (ou se migra, ou não se migra). Essa característica do fenômeno é que confere a tipicidade ao caso brasileiro, pois a frequência da migração partidária no país permite que se avalie de maneira robusta os diferentes valores atribuídos à variável dependente ao longo das legislaturas analisadas.

Nesse sentido, Gerring (2007) frisa que, ao se selecionar um caso para estudo, se deve considerar a variação nas variáveis que se busca investigar – a variação, assim, é *within-case*,

e não *cross-case*, permitindo a comparação dentro de um mesmo caso. Ainda, considerando os postulados de King, Keohane e Verba (1994), o incremento no número de observações é profícuo para a realização de inferências causais, por oferecer maior alavancagem causal (*causal leverage*). Nesse sentido, a seleção do caso brasileiro, identificado como típico e extremo, mostra-se adequada ao objetivo de aumentar o número de observações e, portanto, o potencial de generalização das conclusões do estudo.

Tendo em vista que a unidade de análise é o parlamentar, a escolha do Brasil como caso reforça-se tanto pelo número de observações possíveis quanto pelo número de observações com valores distintos atribuídos a Y. O Gráfico 3 relaciona o número de assentos nas câmaras baixas de cada país com o número médio de migrações por legislatura.

Gráfico 3 - Dispersão dos casos em relação à quantidade de assentos na Câmara baixa e a média de migrações por legislatura



Fonte: elaboração própria, Parline (2023)

Conforme se depreende do Gráfico 2, o Brasil está no rol dos países com o maior número de cadeiras no legislativo, ao mesmo tempo em que figura entre os países com maior número de migrações individuais por legislatura, expressando a quantidade de observações possíveis com ampla variação na variável dependente.

Em relação à variável independente (X) – os diferentes papéis legislativos (*legislative roles*) –, é importante considerar que a literatura em relação a migração partidária situa o fenômeno, em geral, como fruto das ambições dos atores políticos, em visão atrelada ao institucionalismo da escolha racional, em que os parlamentares sopesam os benefícios e prejuízos da migração a partir do que consideram mais importante para suas carreiras políticas (Melo, 2004; Desposato, 2006; Mershon e Shvetsova, 2013; Klein, 2021; entre outros).

Nessa senda, entendendo o comportamento dos políticos no parlamento como a materialização dos seus objetivos relacionados ao acesso a posições de poder e à concretização das suas concepções de políticas públicas, é primordial que o caso de estudo seja selecionado considerando a variação nos valores de X. Dito de outro modo, que apresente deputados com papéis legislativos distintos – relacionados à ideologia ou ao acesso a recursos políticos.

Apesar de alguns estudos *cross-case* sobre migração partidária reforçarem visão homogênea em relação aos objetivos da migração partidária em democracias avançadas e em desenvolvimento (Klein, 2021), é imperativo considerar que, dentro de um mesmo contexto, diferentes parlamentares possam se movimentar levando em conta distintas motivações (Desposato, 2004; Kerevel, 2014; Radean, 2019; Mershon e Shvetsova, 2008). Nesse sentido, ao opor parlamentares de perfis distintos – como o “alto clero” e o “baixo clero” (Messenberg, 2010) – o caso brasileiro torna-se profícuo para o estudo da migração partidária a partir dos diferentes perfis de parlamentares que ocupam o Legislativo do país.

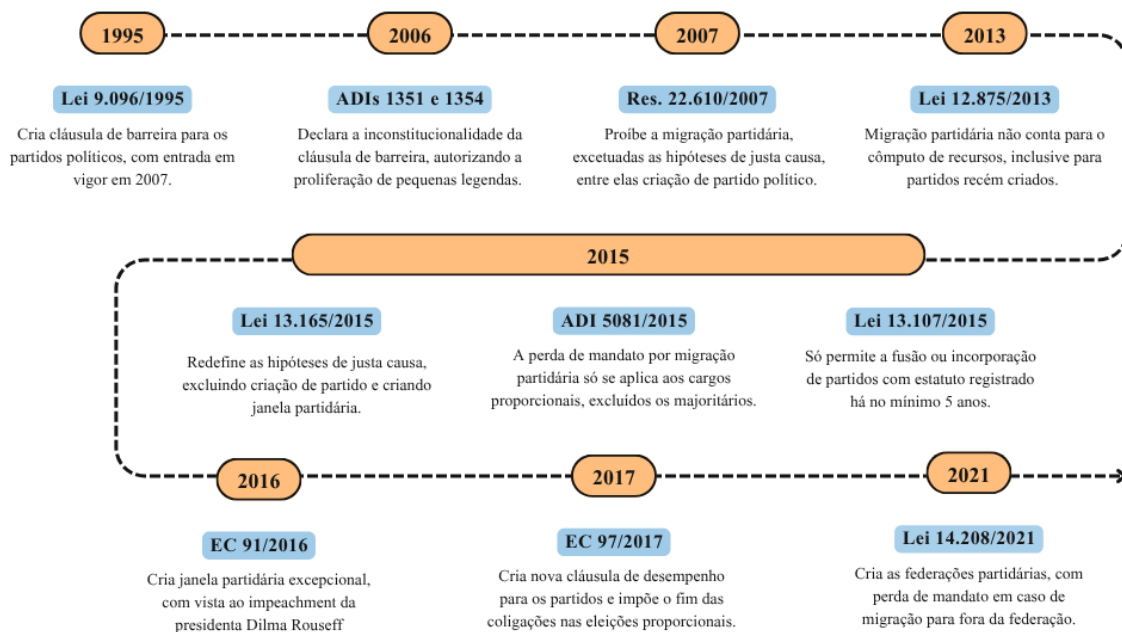
Em suma, o caso brasileiro torna-se opção de estudo, principalmente, por conjugar grande número de observações com relevantes variações tanto na variável dependente quanto na variável independente, potencializando a realização de inferências causais. Classificado como caso típico e extremo do fenômeno a ser estudado, o Brasil é representativo da população de casos e permite a generalização dos resultados de pesquisa para contextos com características similares.

3.2. CASO BRASIL: A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NO MARCO DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

A literatura brasilianista que investiga a migração partidária tende a dar grande peso às diferentes instituições que informaram o fenômeno ao longo dos anos. Gomes (2016) e Melo (2019), nessa linha, apontam para o impacto das reiteradas decisões do TSE e do STF que impactaram a migração partidária no Brasil – chegando, até mesmo, a encorpar o fenômeno de

partidos “de e para migração” (Gomes, 2016). Isso se deve ao fato de que, ao proibir a migração partidária na Resolução 22.506/2007, o TSE propôs, também, hipóteses de justa causa para a troca de partido, possibilitando que o migrante mantivesse seu mandato, apesar do reconhecimento de que os mandatos proporcionais pertenceriam aos partidos. Entre as justas causas, estava a criação e fusão de partidos políticos, que autorizariam a abertura de uma “janela partidária” em direção às novas legendas. A Figura 2 representa as principais mudanças institucionais que influenciaram o fluxo de migrações no Brasil.

Figura 2 – Alterações institucionais com impacto na migração partidária brasileira



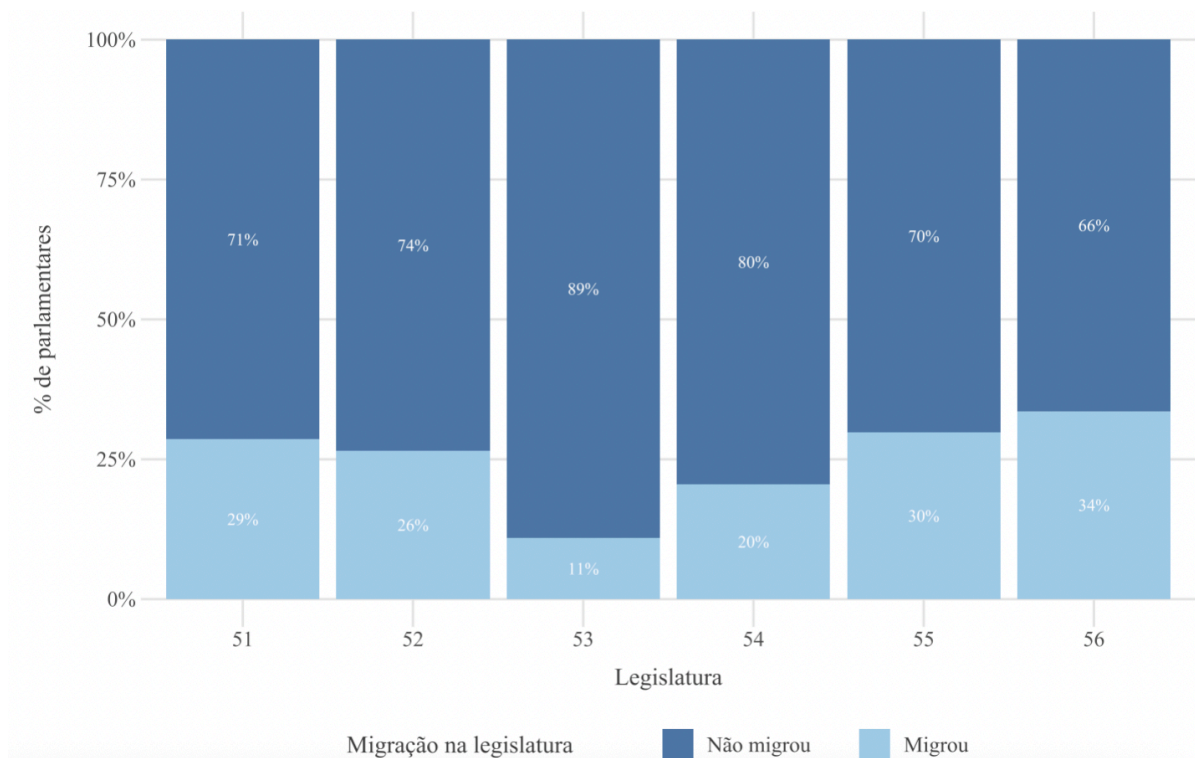
Fonte: elaboração própria.

As alterações legais e as decisões do Judiciário promoveram intensa disputa quanto à migração partidária e, em específico, à distribuição de recursos políticos caros às legendas, como o Fundo Partidário, o Fundo Eleitoral e o tempo de televisão e rádio, distribuídos a partir de critérios proporcionais, vinculados às bancadas na Câmara dos Deputados e, em alguns casos, ao número de votos nas eleições anteriores (Melo, 2019). O primeiro episódio de confronto entre os Poderes pode ser identificado nas ADIs 1351 e 1354, que julgaram a inconstitucionalidade da cláusula de barreira prevista na Lei 9.096/1995. A decisão, de pronto, colaborou ao aumento da fragmentação partidária, ao permitir o pleno funcionamento parlamentar de legendas pequenas – ou seja, permitindo a estas acesso a recursos que, de outra forma, se concentrariam nas grandes legendas.

A Resolução 22.610/2007, entretanto, foi a norma, editada pelo Judiciário, com maior impacto na migração partidária. A Resolução determinava a perda de mandato de parlamentares que trocassem de partido no curso do mandato, mas previa quatro hipóteses de justa causa que permitiriam a desfiliação sem a perda do mandato: (a) incorporação ou fusão de partido; (b) criação de novo partido; (c) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; (d) grave discriminação pessoal. Se, por um lado, a norma consolidava os partidos enquanto detentores dos mandatos, consagrando-os como o ponto focal da representação política, por outro, abria novas janelas de oportunidades aos migrantes e, também, aos partidos.

Apesar das novas possibilidades de migração – como a troca de partido em direção a uma legenda recém-constituída –, que se consolidariam, sobretudo, na 54ª Legislatura (2011-2015), com a criação de partidos como o Partido Social Democrático (PSD), o Solidariedade (SD) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o efeito imediato da nova resolução do TSE foi reduzir, já na 53ª Legislatura (2007-2011) o fluxo de migrações partidárias na Câmara. O Gráfico 4 traz o percentual de titulares migrantes por Legislatura, da 51ª (1999-2003) à 56ª (2019-2023).

Gráfico 4 – Percentual de titulares migrantes por Legislatura



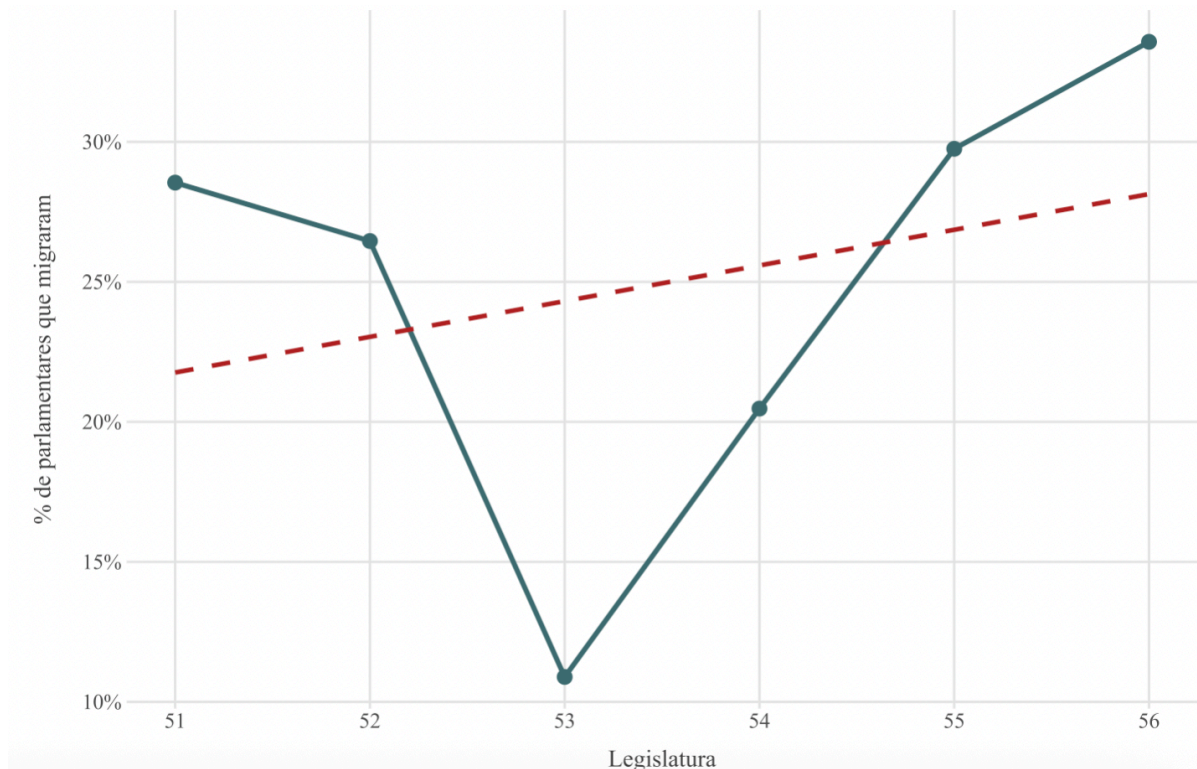
Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Como observado, na primeira legislatura com proibições institucionais à migração partidária, houve queda relativa de 57,7% de uma legislatura à seguinte – da 52ª à 53ª, a primeira sob a égide da Res. 22.610/2007 do TSE. Os efeitos da Resolução, entretanto, logo foram revertidos nas Legislaturas subsequentes. A reversão vincula-se diretamente a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵, que garantiram aos partidos recém-criados – uma das hipóteses de justa causa – o acesso proporcional aos Fundos Partidário e Eleitoral, bem como ao tempo de rádio e televisão, que seria computado a partir do tamanho de suas bancadas após a criação e a recepção dos novos filiados. Logo, além de permitir a migração para os novos partidos, o Judiciário também flexibilizava a legislação que determinava que o cômputo das bancadas para fins de distribuição dos recursos proporcionais adviria do resultado eleitoral, dirimindo os custos da migração às novas legendas.

A partir da 55ª Legislatura, além da disputa entre Legislativo e Judiciário quanto à possibilidade de migração às novas legendas, incluiu-se na legislação previsão expressa à janela partidária, que permitiria a migração, sem perda de mandato, nos 30 dias anteriores ao prazo para filiação partidária para concorrer às próximas eleições. Foi criado dispositivo na Constituição prevendo, também, que a migração partidária não é computada para fins de distribuição dos recursos. Assim, apesar da parcial proibição à migração, criaram-se mecanismos de reiteração da prática – agora, devidamente institucionalizada. O Gráfico 5 traz o percentual de parlamentares titulares migrantes por Legislatura, incluindo linha de tendência.

Gráfico 5 – Percentual de titulares migrantes por Legislatura com linha de tendência

⁵ A ADI 4430/DF, Rel. Min. Dias Toffoli (STF) e a Petição 174793/DF, Rel. Min. Marcelo Ribeiro (TSE) permitiram o acesso de partidos recém-criados à fatia proporcional dos recursos políticos, em contrariedade à Lei 11.300/2006, que firmava o resultado eleitoral como referência para distribuição proporcional dos recursos. As Petições 76693 e 76948, de 2014, permitiram que PROS e SD acessassem os recursos proporcionais, mesmo diante da aprovação da Lei 12.875/2013 (Portabilidade Eleitoral), que, em resposta às decisões anteriores, reiterava que a migração partidária não seria considerada, em hipótese alguma, para fins de redistribuição dos recursos políticos. Em 2015, nas ADIs 5105/DF, Rel. Min. Luiz Fux, e 5398/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, o STF declarou a Lei de Portabilidade Eleitoral inconstitucional e garantiu à REDE, NOVO e PMB o acesso aos recursos proporcionais, bem como à janela de 30 dias para migração às novas legendas, à revelia, também, da Lei 13.165/2015, que retirava a migração a novo partido das hipóteses de justa causa.



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Apesar das variações conjunturais, como a queda na migração partidária tão logo da aprovação da Resolução 22.610/2007, na 53ª Legislatura, é possível observar uma tendência geral de reaceleração da migração partidária, sobretudo a partir da 54ª Legislatura, com a possibilidade legal de migração para novas legendas. A partir da 55ª Legislatura, com a EC 91/2016, que criou janela partidária excepcional, e da Lei 13.165, que institucionalizou a janela partidária, o fenômeno passou a superar os 30% de deputados titulares migrantes por Legislatura, em patamares superiores aos encontrados antes da vedação parcial à migração partidária. Apesar dos esforços envidados para coibir a prática e, em certa medida, fortalecer a estabilidade nos partidos, a institucionalização da migração partidária no Brasil tornou a prática ainda mais frequente. A linha de tendência positiva, nesse sentido, sugere uma retomada gradual da migração no longo prazo.

Os padrões de migração em cada sessão legislativa coadunam-se com os achados da literatura em relação à sazonalidade da migração partidária (ver Apêndice A), em observância às instituições em vigor e aos benefícios auferidos em cada período do ciclo legislativo (Diniz, 2000; Freitas, 2012, Gomes 2016). Da 51ª à 54ª Legislaturas (1999-2015), as migrações se concentravam, sobretudo, na primeira e terceira sessões legislativas, momentos de reagrupação para a definição de cargos na Câmara dos Deputados, que regimentalmente acontecia no

primeiro e terceiro anos da Legislatura. Até a aprovação da Resolução nº 34 de 2005, que alterou o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e entrou em vigor em 2007 – no início da 53ª Legislatura –, o tamanho das bancadas para fins de distribuição de cargos na Mesa era aferido sempre na primeira e terceira sessões, em data definida pelo Presidente da Mesa (Freitas, 2012), e os cargos em comissões distribuídos a partir das alterações nos tamanhos das bancadas anualmente. A Resolução, nesse sentido, firmou nas eleições o termo de cômputo do tamanho das legendas, mitigando a atuação ativa dos partidos em busca de novos filiados; e determinou a perda do cargo legislativo para deputado que ocupasse cargo conferido em razão da proporcionalidade partidária.

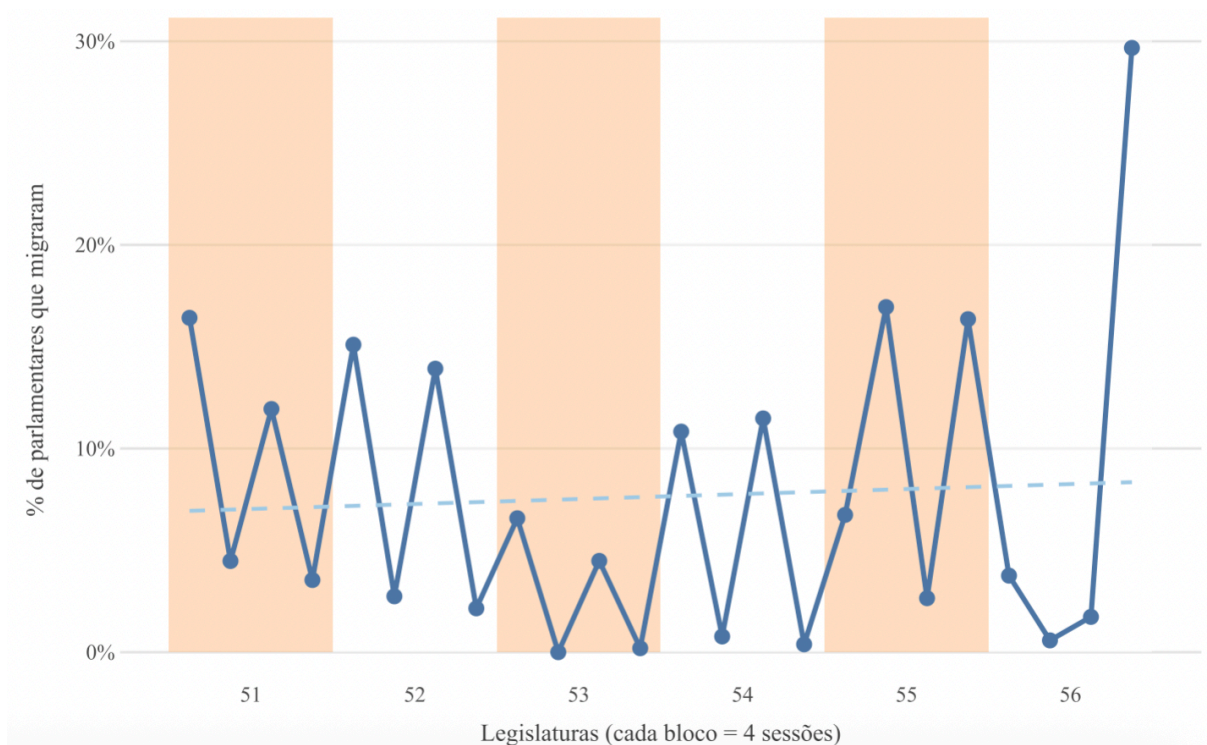
A Lei 5.504/1997, que disciplina as eleições, também foi responsável por firmar na primeira e terceira sessões o maior fluxo de migrações. Até a edição da Lei 13.165/2015, o prazo mínimo de filiação para concorrer às eleições municipais ou federais era de um ano, o que exigia que a nova filiação fosse consolidada já na primeira sessão legislativa, para as eleições municipais, ou na terceira, para as estaduais e federais. A Lei 13.165/2015 mudou o prazo mínimo de um ano para seis meses – fortalecendo a alteração no padrão observado na 55ª e 56ª Legislaturas.

Na 54ª Legislatura, já sob égide da proibição parcial à migração, os picos de migração devem-se, principalmente, à criação de novos partidos, entre eles o PSD, na primeira sessão, e SD e PROS, na terceira – uma das hipóteses de justa causa para migração. Na 55ª Legislatura, as migrações na primeira sessão, em patamares similares à 54ª, tiveram grande influência do fluxo de migrações ao Partido da Mulher Brasileira (PMB), novo partido criado naquele ano e que mobilizou 22 congressistas em sua direção. A segunda sessão, entretanto, teve sua atipicidade promovida pela EC 91/2016, que criou janela partidária excepcional ante o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a assunção de um novo governo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dada a ruptura institucional. A quarta e última sessão, a exemplo do que aconteceu na 56ª Legislatura, foi impulsionada pela janela partidária, agora institucionalizada pela Lei 13.165/2015.

Apesar de, no momento de redação desta dissertação, a 57ª Legislatura (2023-2027) ainda estar em curso, cogita-se que os padrões observados na 56ª voltem a se repetir na Legislatura agora em andamento. No último ciclo legislativo completo, a última sessão concentrou o maior fluxo anual de migrações pelo menos desde 1999, com quase 30% dos deputados trocando de partido no último ano da Legislatura, em atenção às eleições gerais de 2022. Se, por um lado, as regras de coibição da migração parecem ter conferido maior

estabilidade às bancadas durante a maior parte da Legislatura – desconsiderados os movimentos de fusão e incorporação, que se tornam frequentes após a aprovação da cláusula de barreira da EC 97/2017 –, por outro, a janela partidária parece ter tornado as mudanças de filiação uma prática ainda mais normalizada na atividade política nacional. O Gráfico 6 mostra o percentual de deputados migrantes por sessão legislativa, agregando as seis Legislaturas sob análise.

Gráfico 6 – Evolução da migração por sessão legislativa (agregado)



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Do Gráfico 6, depreende-se que, apesar das grandes oscilações dentro das Legislaturas, há uma tendência geral de leve crescimento nas migrações nesse período. Ou seja, apesar da parcial proibição legal, as janelas criadas para a migração parecem ter tornado o fenômeno ainda mais corriqueiro, em especial na última Legislatura, que transcorreu sem excepcionalidades quanto à migração, apesar da janela partidária ao fim do mandato.

3.3. METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos de pesquisa, adotei abordagem quantitativa, com análise de seis Legislaturas da Câmara dos Deputados, que compreendem o período entre 1º de fevereiro de 1999 (51ª Legislatura) e 31 de janeiro de 2023 (56ª Legislatura). A escolha se

justifica em razão da constatação da literatura sobre migração partidária no Brasil sobre os anos de acomodação das forças partidárias no país após a Constituinte de 1988, em que os parlamentares migravam em grande monta, mas em razão da recomposição das forças ante o novo panorama constitucional e político da redemocratização (Melo, 2004; Melo, 2019). As legislaturas analisadas vão até 2023, pois é o ano em que foi finalizada a última legislatura completa – excluindo, portanto, a atual (57ª Legislatura, de 2023 a 2027), que ainda está em curso.

As unidades de análise são os parlamentares titulares⁶ de cada uma das seis legislaturas investigadas, com vista a identificar os papéis legislativos desempenhados no Parlamento, com ênfase nas categorias de protagonismo anteriormente traçadas. Tendo em mira que, para o caso brasileiro, há alteração nas posições de poder ocupadas pelos parlamentares a cada sessão legislativa (um ano do ciclo parlamentar), os dados são analisados, para cada parlamentar, a cada ano do ciclo legislativo – portanto, cada parlamentar poderá ter observações únicas por até 24 vezes (considerando um parlamentar hipotético que tenha exercido mandato nas seis legislaturas sob análise). Ainda, são analisados apenas deputados titulares, excluídos suplentes ou efetivados no curso da Legislatura. Essa opção se justifica para garantir que os dados sejam consistentes para todos os parlamentares, no curso do ano legislativo, sem que haja interrupções ou alterações nas unidades de análise, com assunção de deputados que não ocupavam assento no início da Legislatura.

Nessa linha, a variável dependente – migração partidária – é uma *dummy*, atribuído o valor 1 para deputados titulares que migraram durante a sessão legislativa (um ano no calendário legislativo) e 0 para aqueles que permaneceram no partido em que estavam. Nesse sentido, mesmo que um parlamentar tenha migrado mais de uma vez durante a mesma sessão legislativa, será codificado como 1. Ao passar para a próxima sessão legislativa, todos os representantes estarão novamente codificados como não-migrantes, alteração que só acontecerá em caso de nova migração partidária. Essa abordagem permite que a migração partidária seja identificada sempre no contexto de incentivos e desincentivos da sessão legislativa em análise, que pode se alterar de um ano legislativo para outro. Mesmo assim, a abordagem é sensível aos parlamentares que, porventura, tenham mudado de legenda mais de uma vez ao longo da Legislatura (os quatro anos do mandato legislativo).

⁶ A informação sobre a titularidade dos deputados é fornecida pela Câmara dos Deputados em base de dados sobre o histórico dos mandatos. Em algumas legislaturas, há mais de 513 deputados classificados como titulares pela Casa. Não foram excluídos deputados que excedem o número de 513 titulares.

As variáveis independentes de interesse são os dois índices de protagonismo propostos: protagonismo programático e protagonismo posicional. A categoria de protagonismo posicional visa identificar o nível de acesso do Deputado a cargos e posições de poder dentro do Parlamento, permitindo situar os parlamentares dentro da estrutura do Legislativo e, conseqüentemente, seu poder de influência dentro da pauta e sua exposição dentro das instâncias decisórias. O índice, assim, é capaz de medir o quão bem-posicionado o parlamentar está em relação às posições de poder da respectiva Casa Legislativa – ou seja, o quanto ocupa postos que o possibilitam influenciar o processo legislativo e o trânsito que possui entre aqueles que controlam o poder no Parlamento. O índice de protagonismo programático, por outro lado, visa capturar a exposição do parlamentar quanto à discussão programática dentro do Parlamento – isto é, o quanto o parlamentar se envolve com pautas temáticas e ideológicas, manifestando características atinentes ao perfil *policy-seeker*.

Nesse sentido, para testar as hipóteses de pesquisa, o primeiro passo foi a elaboração dos índices de protagonismo (posicional e programático) a partir de indicadores avaliados como relevantes ao caso brasileiro. A construção dos índices observou as etapas sugeridas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008) e adotou duas abordagens: Análise de Componentes Principais (PCA, na sigla em inglês) para o Índice de Protagonismo Programático, considerada a independência entre os indicadores que compõem o índice; e atribuição de pesos e agregação para o Índice de Protagonismo Posicional, haja vista a interdependência entre os componentes da variável.

Adendo importante, todavia, é que os índices e os conceitos propostos são generalizáveis a outros contextos institucionais que não o brasileiro – ou seja, são flexíveis o suficiente para que as variáveis sejam adaptadas às regras e comportamentos de casos específicos, mas que também sejam adequadas à medida de protagonismo aqui proposta. Isto é, uma variável utilizada para a construção do índice para o caso brasileiro pode não se adequar à realidade de outro país, mas pode ser substituída por outra mais adequada ao contexto em questão e que parte das mesmas premissas conceituais.

Com atenção ao caso proposto para essa pesquisa, o Quadro 3 sumariza os indicadores utilizados para a construção dos índices de protagonismo posicional e de protagonismo programático, e consideradas centrais para os testes de H_1 e H_2 . Todos os indicadores foram normalizados entre 0 e 1 para a construção de seus respectivos índices.

Quadro 3 – Variáveis para a construção do índice de protagonismo posicional e programático

<i>Índice</i>	Indicador	Operacionalização
<i>Protagonismo posicional</i>	Cargo na mesa diretora, presidência de comissão ou bancada temática, indicação à CCJC, CFT, CSaúde ou CE	Numérica (5 para ocupação de cargo na mesa, 4 para presidência de comissão de prestígio (CCJC, CFT, CSaúde e CE), 3 para presidência de outras comissões ou bancadas, 2 para indicação à CCJC ou CFT e 1 para indicação à CSaúde ou CE).
	Liderança de partido ou bloco	Binária (1/0)
	Projetos e requerimentos aprovados em plenário	Numérica discreta
	Relatorias designadas	Numérica discreta
<i>Protagonismo programático</i>	Autoria de projetos de lei	Numérica discreta
	Requerimentos de audiência pública	Numérica discreta
	Inscrições para fala em projetos no plenário	Numérica discreta
	Coordenação de Frente Temática	Numérica discreta

Fonte: elaboração própria

A elaboração dos indicadores de protagonismo posicional e programático parte do pressuposto de que indicadores são medidas quantitativas ou qualitativas que são derivadas de uma série de observações passíveis de revelar a posição relativa de uma unidade de análise em alguma área (OECD, 2008) – nesse caso, revelando as posições dos parlamentares em relação aos papéis desempenhados pelos legisladores nos Parlamentos. Sua potencialidade é, portanto, agregar em um mesmo índice uma série de variáveis que, individualmente, não capturam o fenômeno em estudo. Além disso, a construção dos índices de protagonismo objetiva simplificar a visualização das variáveis julgadas relevantes, sem que se perca a relevância das

informações. Os dois próximos tópicos descrevem e justificam a operacionalização dos indicadores utilizados para a construção dos índices de Protagonismo Posicional e Protagonismo Programático.

3.4. INDICADORES E CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE PROTAGONISMO POSICIONAL

Para o caso brasileiro, identifiquei quatro indicadores, próprios da dinâmica do Poder Legislativo, que podem compor o índice de protagonismo posicional: (a) ocupação de cargos na Mesa Diretora, Presidência de Comissões de prestígio, Presidência de outras comissões e titularidade em comissões de prestígio; (b) liderança de partido político ou bloco parlamentar; (c) projetos e requerimentos pautados em plenário; (d) relatorias designadas. Considerando a interdependência entre os indicadores propostos para a construção do índice, utilizou-se a abordagem de atribuição de pesos e agregação para a efetivação do índice de Protagonismo Posicional.

3.4.1. Ocupação de cargos de destaque

Em primeiro lugar, a ocupação ou não de cargo na Mesa Diretora, a presidência de comissões ou bancadas temáticas, e a indicação a comissões de prestígio, como CCJC, CFT, CSaúde e CE, são codificadas de 0 a 5, a partir do nível de relevância que emprestam ao Parlamentar (ver Apêndice B).

Os valores foram atribuídos aos parlamentares em cada sessão legislativa – ou seja, a cada ano do ciclo da legislatura. Nos casos em que houve ocupação de mais de um cargo durante a legislatura, foram adotados critérios sucessivos para definição do escore atribuído ao parlamentar: em caso de deputado migrante, adota-se a codificação do cargo ocupado no momento da migração; para deputados não-migrantes, é dada prioridade ao cargo de maior escore, seguido pelo de maior duração ou, finalmente, pelo de início mais recente. A prioridade ao escore no momento da migração se justifica pela possibilidade de identificar, à época de ocorrência do objeto de estudo, a posição relativa ocupada pelo parlamentar na estrutura da Câmara. Assim, captura-se o “estado da arte” relacionado ao fenômeno que se busca explicar. Para os deputados não-migrantes, privilegiou-se os cargos de maior escore, pela possibilidade

de transparecerem o grau de contentamento do deputado com a posição ocupada naquele ciclo legislativo⁷.

3.4.2. Liderança de partido ou bloco parlamentar

O atributo de liderança de partido, por sua vez, é codificado como 1 para parlamentares em posição de liderança e como 0 para representantes sem essa posição. A liderança de partido ou bloco parlamentar é uma das posições mais importantes na condução dos trabalhos legislativos – pela participação no Colégio de Líderes, as lideranças influem nas pautas de votação das Casas, também sendo responsáveis pela indicação dos liderados às comissões, assinatura coletiva de requerimentos em nome da bancada e indicação dos votos dos demais partidários. Às lideranças são reservadas diversas prerrogativas regimentais, que vão desde a representação institucional de sua sigla à possibilidade de apresentação de destaques e requerimentos específicos nos momentos de votação das matérias (Câmara dos Deputados, 2025). Os parlamentares que saíram da liderança de suas legendas nos 30 primeiros dias de uma sessão legislativa foram codificados como 0, com o objetivo de não macular os dados para toda a sessão em que o cargo não foi efetivamente exercido.

3.4.3. Projetos e requerimentos aprovados em plenário

Os dois últimos indicadores relacionados ao protagonismo posicional – projetos e requerimentos aprovados em Plenário e relatorias designadas – dizem respeito ao trânsito dos parlamentares junto ao núcleo de poder da Câmara – Mesa Diretora, lideranças de partido e presidências de comissões. Na medida em que incumbe às presidências de comissões e da Câmara a designação de relatoria para os projetos de lei e a definição das pautas de votação, os parlamentares dependem de bom trânsito com o núcleo do poder da casa para avançar em seus projetos e demandas.

A construção do indicador de projetos e requerimentos pautados em plenário dependeu da agregação de duas bases de dados: de autoria de projetos e requerimentos e de matérias efetivamente votadas pelo Plenário da Câmara. Um projeto votado só foi considerado como de autoria de um deputado quando este foi classificado pela Câmara como autor principal da

⁷ Há deputados na base de dados da Câmara dos Deputados que não têm cargo designado em todas as sessões legislativas em que exerceram mandato. Esses casos foram, também, codificados como 0.

proposição e seu nome consta como o primeiro na ordem de assinaturas do projeto ou requerimento. Foram considerados para o indicador seis tipos legislativos, quais sejam: Projetos de Decreto Legislativo (PDC), Projetos de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Ordinária (PL), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Resolução (PRC) e Requerimentos de Urgência (REQ), em específico, os constantes nos artigos 155 e 154, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) (Câmara dos Deputados, 2025). Os tipos selecionados compreendem as principais peças legislativas da atuação parlamentar.

Para serem considerados projetos aprovados em Plenário, considerou-se o último status de tramitação da proposição, que necessariamente deveria ser “Aprovação da Proposição em Plenário”, independentemente do status atual da proposição. Dessa maneira, considerou-se a aprovação no Plenário, sendo irrelevante à classificação se o projeto foi transformado em norma jurídica, sancionado aguardando publicação, vetado parcial ou totalmente, remetido ao Senado, entre outras possibilidades. O indicador é numérico contínuo, quantificando a quantidade de projetos aprovados no Plenário, posteriormente normalizados entre 0 e 1.

3.4.4. Relatorias designadas

Os relatores são responsáveis por alterações ao projeto original, com potencial de mudar substancialmente o definido na proposição. As indicações, por serem feitas de ofício pelas presidências, exigem trânsito junto ao núcleo de poder para que sejam designadas nas matérias afeitas aos legisladores.

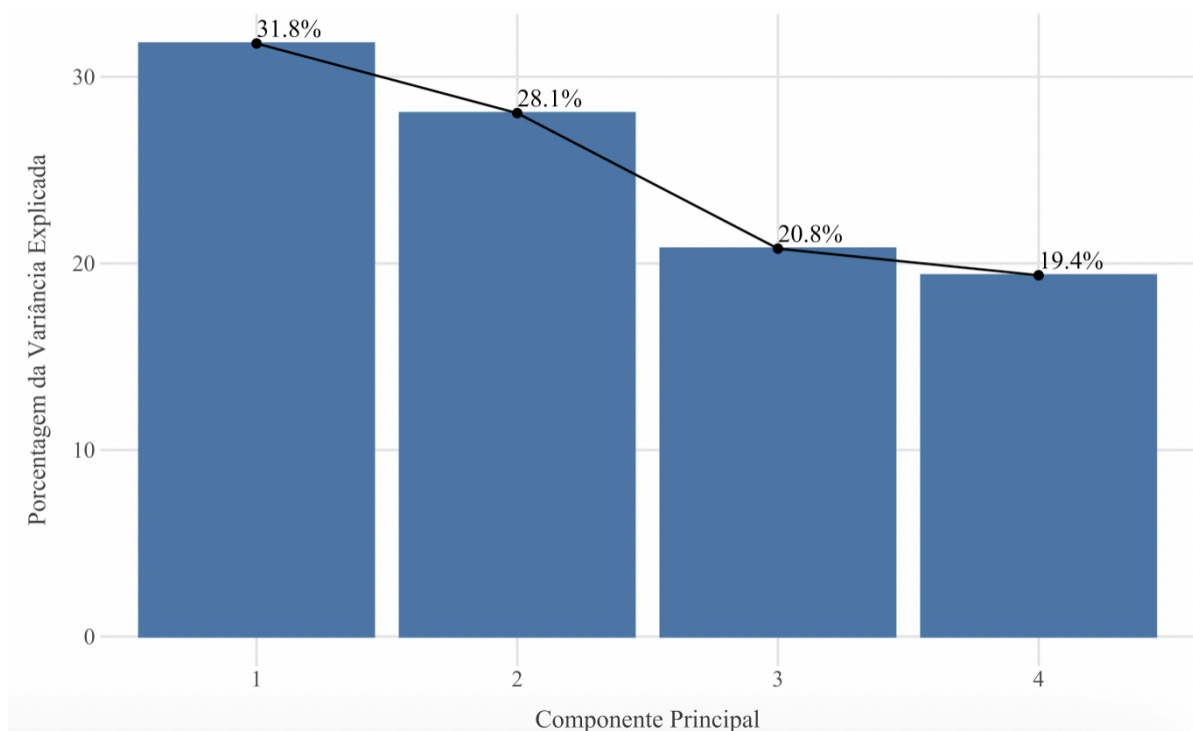
Foram consideradas para o indicador seis tipos legislativos: PDC, PEC, PL, PLP, PRC e Medidas Provisórias (MPV). Cada relatoria teve um escore ponderado atribuído, calculado a partir da multiplicação dos valores definidos para a importância do tipo legislativo relatado e o local de designação da relatoria. A atribuição dos pontos por tipo legislativo seguiu o seguinte critério: PEC – 2.5; PLP – 2.0; PL e MPV – 1.5; PRC e PDC – 1.0. Levou-se em consideração, também, o local de designação da relatoria. Nesse caso, relatorias de projetos em Plenário tiveram peso 2.0, enquanto relatorias nas comissões tiveram peso 1.0.

Depois da atribuição de um escore ponderado para cada relatoria, os valores de cada observação foram somados para cada deputado/sessão legislativa. Os critérios para a pontuação ponderada observaram a importância do tipo legislativo e a existência de quórum qualificado para sua aprovação, bem como a designação no Plenário, lócus de votação dos projetos de maior importância e que demanda a participação de todos os parlamentares da Casa.

3.4.5. Construção do índice de protagonismo posicional

A primeira estratégia para construção do índice de protagonismo posicional foi a utilização de Análise de Componentes Principais, com o fito de reduzir os indicadores a um único valor capaz de captar a variação nos indicadores. O Gráfico 7 traz a variância explicada por cada dimensão.

Gráfico 7 – Variância explicada para o Índice de Protagonismo Posicional com PCA



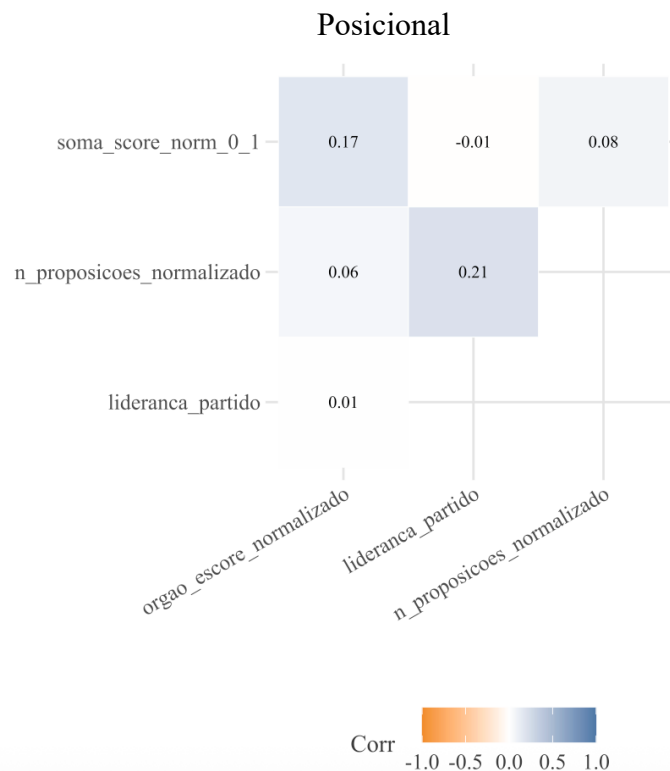
Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Foram conduzidos, entretanto, testes diagnósticos para avaliar a adequação da Análise de Componentes Principais (PCA) como método de agregação dos indicadores. Nesse sentido, as correlações entre as variáveis do conjunto mostraram-se baixas (todas inferiores a 0.21), indicando a relativa independência entre os indicadores utilizados no Índice. O achado faz sentido: regimentalmente, a ocupação de cargos na Mesa e na presidência de comissões ou lideranças de partido são excludentes entre si – ou seja, um parlamentar que ocupa a Mesa Diretora não pode ocupar presidências ou lideranças de partido, bem como é vedada a sua participação em Comissões Permanentes. Há restrições, também, quanto à relatoria de projetos

– os presidentes e membros da Mesa não podem relatar projetos de seus próprios órgãos. Desse modo, o PCA não se mostrou adequado para sintetizar a variância comum entre os indicadores.

Foram realizados, também, os testes de esfericidade de Bartlett, que rejeitou a hipótese nula de ausência de correlações, apesar de baixas, e o teste de adequação amostral KMO (0,51), que revelou um grau marginal de compartilhamento de variância entre os itens. Consideradas as debilidades da utilização de PCA para a construção do Índice de Protagonismo Posicional, tomei a decisão metodológica de utilizar um critério aditivo ponderado para construção da variável, em que cada indicador contribui com um peso definido teoricamente, e não por meio da redução estatística da dimensionalidade. Essa opção se justifica pela independência relativa dos indicadores – que captam, de fato, aspectos distintos do protagonismo posicional. O Gráfico 8 traz a matriz de correlação entre os indicadores da variável.

Gráfico 8 – Matriz de correlação dos indicadores que compõem o Índice de Protagonismo



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Também foi aplicada análise fatorial exploratória por máxima verossimilhança, corroborando as conclusões do PCA. A variância total explicada pelo fator único foi de apenas 16%, com cargas fatoriais, em geral, baixas, com exceção do indicador de número de proposições pautadas em Plenário. Desse modo, concluo que os indicadores que compõem o

índice não compartilham uma estrutura latente única, sendo mais apropriado tratá-las como componentes complementares, mas autônomos, dentro de um índice composto ponderado.

Nessa linha, atribuí os pesos 1.5 para os indicadores de ocupação de cargos – presença na Mesa Diretora, presidência de Comissões e titularidade em Comissões de prestígio – e liderança de partido; e peso 1.0 para os indicadores de proposições pautadas em Plenário e relatorias designadas. Os pesos atribuídos se justificam por dois motivos: em primeiro lugar, são os dois primeiros indicadores que, regimentalmente, impõem restrições quanto à pontuação nos indicadores de proposições pautadas em Plenário e relatorias designadas. Portanto, parece adequado que sejam ponderadas com mais expressividade; em segundo, são os indicadores que, de fato, detém o poder de distribuição de relatorias e definição das pautas de votação, o que também justifica a atribuição de peso maior aos dois indicadores.

3.5. INDICADORES E CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO

O índice de protagonismo programático, por outro lado, visa capturar a exposição do parlamentar quanto à discussão programática dentro do Parlamento. Para mensurar essa categoria, foram selecionados quatro indicadores relacionados à produção legislativa e à discussão de matérias temáticas, quais sejam: (a) autorias de projetos de lei; (b) requerimentos de audiência pública; (c) inscrições para falas em Plenário; (d) coordenação de frente parlamentar temática. Considerando a independência entre os indicadores do índice, optou-se por utilizar Análise de Componentes Principais (PCA) para a construção da variável de Protagonismo Programático.

3.5.1. Autorias de projetos de lei

O indicador de autoria de projetos de lei, variável numérica discreta, busca identificar quantos projetos de lei foram apresentados por cada parlamentar dentro dos marcos temporais de análise. Nesse caso, são considerados Projetos de Decreto Legislativo (PDC), Projetos de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Ordinária (PL) e Projetos de Lei Complementar (PLP). A autoria foi considerada apenas quando os parlamentares são os proponentes principais da peça legislativa e estão classificados como primeiros signatários da proposição. O objetivo do indicador é captar a intensidade da produção legislativa do parlamentar – sinal de

predisposição à discussão programática, vinculada à perspectiva *policy-seeking*. O indicador foi normalizado entre 0 e 1.

3.5.2. Requerimentos de audiência pública

Os requerimentos de audiência pública – em geral direcionados às Comissões – são ferramentas utilizadas pelos parlamentares para promover o debate a respeito de algum tema de interesse dos seus mandatos ou da sociedade em geral – uma oportunidade para ouvir experts, membros da sociedade civil e representantes de órgãos públicos. A variável indica afeição temática do parlamentar, influência na sociedade e responsividade às demandas programáticas das suas bases de apoio. A variável foi operacionalizada como numérica contínua, buscando captar o quantitativo de audiências públicas requeridas pelo parlamentar na sessão legislativa. Só foram consideradas as autorias em que o parlamentar é o proponente principal e primeiro signatário. O indicador foi normalizado entre 0 e 1.

3.5.3. Inscrições para manifestações em Plenário

O atributo “inscrições para manifestações em plenário” busca captar a participação do representante nas discussões relacionadas às proposições pautadas para votação – ao contrário das falas no momento das “breves comunicações”, de tema livre, as manifestações orais para discussão de projetos de lei geralmente se atem ao tema em discussão, exigindo do parlamentar engajamento quanto ao tema em votação. A base de dados com os quantitativos de discursos feitos em Plenário foi disponibilizada pela Câmara dos Deputados a partir de pedido feito por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Os dados foram tratados para unificar a base com os códigos identificadores dos deputados e normalizados entre 0 e 1.

3.5.4. Coordenação de Frente Temática

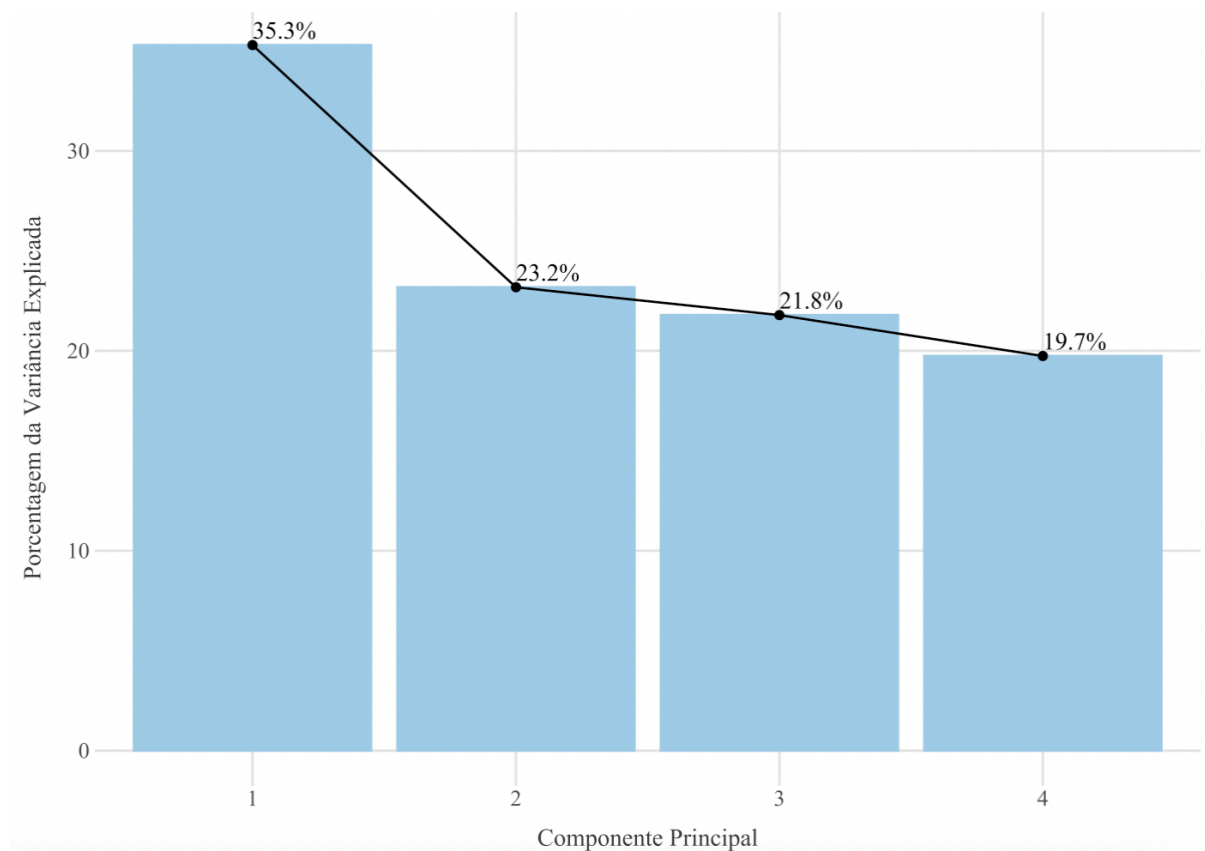
Por fim, o indicador “coordenação de frente temática” busca identificar a afeição do parlamentar a alguma pauta específica. A propósito, a criação de Frente Parlamentar no Congresso brasileiro exige a assinatura de outros membros do Parlamento, dedicando-se à proposição e discussão de temas de interesse do representante e da sociedade civil. Os parlamentares signatários/membros das frentes não tiveram as frentes contabilizadas, haja vista

que o indicador se refere somente aos parlamentares coordenadores das frentes. A base de dados disponibilizada pela página de Dados Abertos da Câmara dos Deputados disponibiliza os dados agregados por Legislatura, e não por sessão legislativa. Nesse caso, os valores atribuídos ao indicador foram aplicados a todas as sessões da Legislatura em que houve coordenação de Frente Parlamentar. Os dados disponibilizados contam com frentes apenas para a 54^a, 55^a e 56^a Legislaturas, sem informações para períodos anteriores.

3.5.5. Construção do índice de protagonismo programático

A estratégia para construção do índice de protagonismo programático foi a utilização de Análise de Componentes Principais (PCA), com o fito de reduzir os indicadores a um único valor capaz de captar a variação nas variáveis selecionadas. O Gráfico 9 traz a variância explicada por cada dimensão.

Gráfico 9 – Variância explicada para o Índice de Protagonismo Programático com PCA

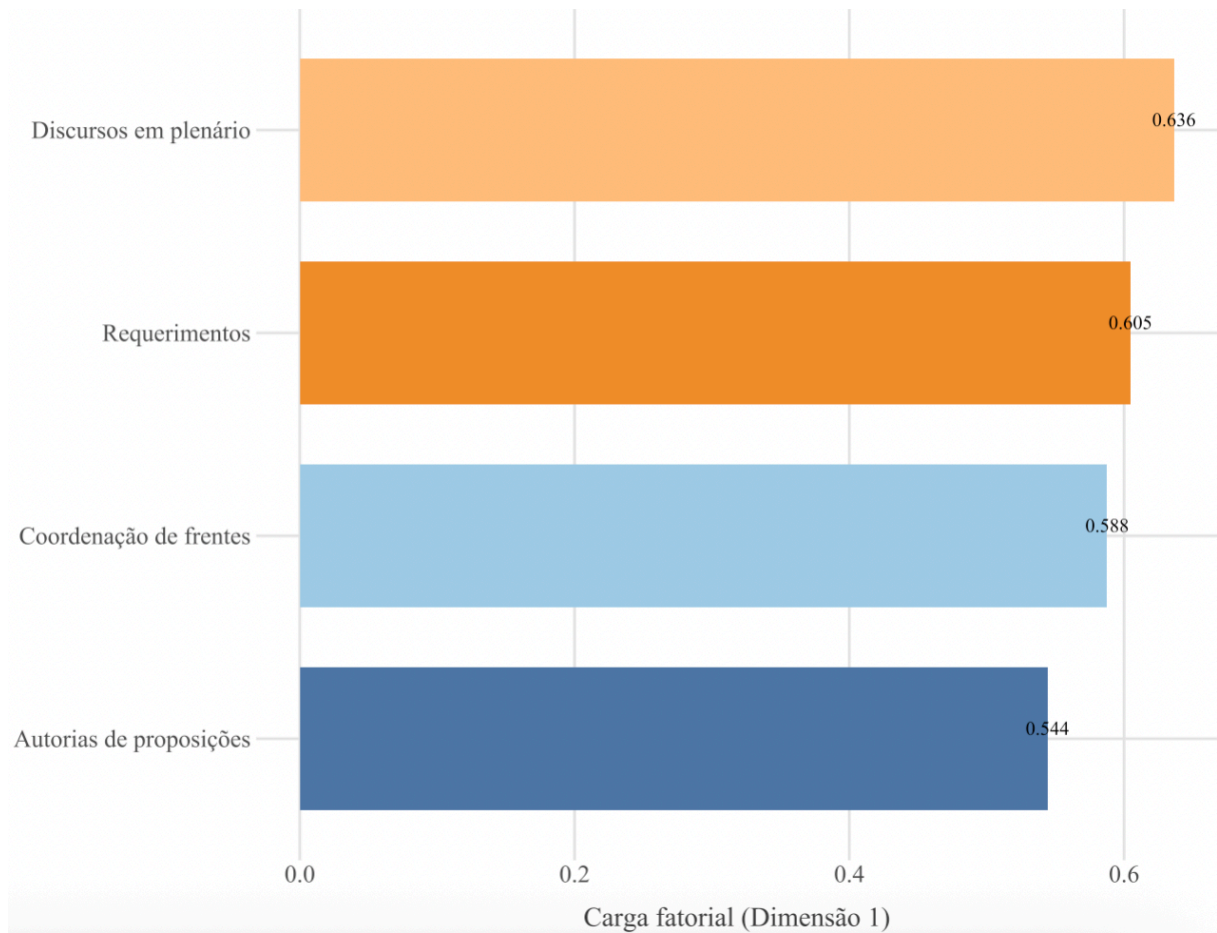


Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Foram conduzidos para o Índice de Protagonismo Programático os mesmos testes de adequação realizados na primeira tentativa de construção do Índice de Protagonismo Posicional. Apesar da baixa correlação nas variáveis, o teste de Bartlett revelou correlação global significativa ($X^2 = 1295.6$; $p < 0.001$), rejeitando a hipótese de identidade. O índice KMO também se encontra na categoria aceitável (0.60), indicando adequação mínima – mas coerente com a natureza diversa dos indicadores. A análise paralela de Horn recomenda a utilização da primeira dimensão, sugerindo a existência de uma dimensão latente de atuação programática. Desse modo, o compartilhamento de uma base comum entre os indicadores justifica a construção do índice a partir de uma variável única de protagonismo programático.

Nesse sentido, o primeiro componente do PCA explicou 35,29% da variância total dos indicadores que compõem o índice – embora a proporção seja moderada, o valor é compatível com o fato de que os indicadores selecionados capturam dimensões distintas da atuação programática dos parlamentares. Os *loadings* do primeiro componente, ainda, são elevados e relativamente simétricos, entre 0,54 e 0,64, indicando que os diferentes indicadores contribuem à variância de forma equilibrada. Na medida em que o Parallel Analysis indicou a redução para uma dimensão, com *eigenvalue* acima do esperado aleatoriamente, reputo que o índice revele um padrão geral de ativismo substantivo dos parlamentares, justificando, portanto, o seu uso. O Gráfico 10 traz as cargas fatoriais do primeiro componente de protagonismo programático.

Gráfico 10 – Cargas fatoriais do componente de protagonismo programático (*loadings* do primeiro componente)



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

O Gráfico informa que todos os indicadores contribuem de forma equilibrada para o índice de protagonismo programático. Nesse sentido, percebe-se que não há dominância de um indicador em relação aos outros, sintetizando, portanto, um padrão geral de engajamento programático. Parlamentares mais bem posicionados no índice, nessa linha, tendem a, simultaneamente, propor mais projetos, apresentar mais requerimentos de audiência pública, discursar com maior frequência e coordenar mais frentes temáticas.

3.6. CONTROLES E HIPÓTESES DERIVADAS

Para o teste das hipóteses $H_{1,1}$ e $H_{2,1}$, foram articuladas mais duas variáveis, conforme indica o Quadro 4 que segue:

Quadro 4 – Variáveis para teste das hipóteses $H_{1,1}$ e $H_{2,1}$.

Hipótese	Variável	Operacionalização
$H_{1.1}$	Tamanho do partido	Número de cadeiras do partido no início da sessão legislativa ou no momento de criação da legenda
$H_{2.1}$	Dissonância	Percentual de votos que não coincidem com a orientação dada pela liderança da legenda

Fonte: elaboração própria

Para o teste da hipótese $H_{1.1}$, será analisado o tamanho do partido de origem e do partido de destino, ao início de cada sessão legislativa, já consideradas as eventuais migrações do ciclo anterior. A hipótese consiste em que parlamentares sem acesso a posições de poder migram para partidos maiores dentro do parlamento e, portanto, com maior acesso a esses espaços. Além das variáveis de tamanho do partido de origem e tamanho do partido de destino, foi criada variável com o delta entre o partido de origem e o de destino, com o objetivo de identificar o fluxo da migração e as diferenças entre as duas legendas. A variável “tamanho do partido” justifica-se na medida em que as posições de poder no Legislativo são distribuídas a partir do critério da proporcionalidade, em que os maiores partidos têm mais acesso às posições na Legislatura, como mais vagas nas comissões e presidências de órgãos. Assim, cogita-se que migrações com o objetivo de se reposicionar quanto ao acesso a posições de poder tendam a se dar em direção a legendas com maior ingerência nesses espaços.

Para a hipótese $H_{2.1}$, parto da concepção de que parlamentares com maior índice de protagonismo programático migram, sobremaneira, quando há dissonância entre sua posição e a posição do partido – ou seja, parlamentares com forte atuação programática migram apenas quando há um descompasso de fidelidade entre o representante e o partido. Para testar as hipóteses, será articulada a variável de dissonância partidária, que busca captar o nível de incongruência entre o parlamentar e a sua legenda. Para tanto, foi calculado o percentual de votos dados pelo parlamentar que não coincidem com a orientação dada pelo líder da legenda. Prospecta-se, nesse sentido, que quanto menos o parlamentar vota de acordo com a orientação do líder, maior será a propensão à migração para representantes bem-posicionados no índice de protagonismo programático, algo que não se observará para parlamentares com baixos níveis no índice.

Além das variáveis relacionadas às hipóteses derivadas de H_1 e H_2 , foram agregadas à análise outras oito variáveis de controle, explicitadas no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Variáveis de controle

Controle	Operacionalização	Fonte
<i>Presença no governo</i>	1 para partido com pastas no Executivo Federal na sessão legislativa, 0 se não.	NIPE CEBRAP (2021)
<i>Posição ideológica do partido</i>	Variável categórica em esquerda, direita e centro e variável numérica entre 0 e 10.	Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023)
<i>Ano eleitoral</i>	1 para ano eleitoral, 0 se não. Há eleições sempre na segunda e quarta sessões legislativas.	-
<i>Eleições federais</i>	1 para ano de eleições federais, 0 se não. Há eleições federais sempre na quarta sessão legislativa.	-
<i>Janela partidária</i>	1 se há janela partidária na sessão legislativa, 0 se não. As janelas se referem ao Legislativo Federal.	EC 91/2016 e Art. 22-A da Lei 9.096/1995.
<i>Experiência parlamentar</i>	Anos de experiência na Câmara até a data da observação; mandatos de experiência até a observação; e categorias de experiência (novato – 0 anos de experiência; intermediário – até 2 mandatos; veterano – 9 anos de experiência ou mais).	Dados de histórico do mandato
<i>Disciplina partidária</i>	Calculada pela razão entre os votos nominais do parlamentar e as orientações de voto das lideranças.	-
<i>Tamanho do partido</i>	Número de parlamentares na bancada do partido a cada sessão legislativa.	-

Fonte: elaboração própria

A Tabela 1 traz os dados descritivos das principais variáveis articuladas na pesquisa.

Tabela 1 – Dados descritivos das variáveis articuladas na pesquisa

Variável	Descrição	Tipo	% Faltante	Média	DP	Mín.	Máx.	Histograma
Legislatura	Identificador da legislatura (51ª–56ª).	Inteiro	0.000	53.484	1.715	51.000	56.000	
Sessão legislativa	Ano dentro da legislatura (1–4).	Inteiro	0.000	2.500	1.118	1.000	4.000	
Migração na sessão	Indicador (0/1) se houve migração nesta sessão legislativa.	Binária	0.000	0.077	0.267	0.000	1.000	
Migração na legislatura	Indicador (0/1) se houve migração em algum ano da legislatura.	Binária	0.000	0.250	0.433	0.000	1.000	
Score de ocupação de cargo	Score do cargo ocupado na sessão (normalizado)	Numérica	5.939	0.216	0.264	0.000	1.000	
Liderança partidária	Indicador (0/1) se ocupou liderança de partido/bloco.	Binária	0.000	0.043	0.203	0.000	1.000	
Proposições pautadas (score)	Score normalizado de proposições e requerimentos pautados (0–1).	Numérica	0.000	0.030	0.110	0.000	1.000	
Relatorias designadas	Soma do score de relatorias designadas (normalizado)	Numérica	0.000	0.062	0.116	0.000	1.000	
Autorias (score)	Índice normalizado de autoria de PL/PLP (0–1).	Numérica	0.000	0.037	0.075	0.000	1.000	
Requerimentos (score)	Índice normalizado de requerimentos (0–1).	Numérica	0.000	0.028	0.090	0.000	1.000	
Discursos (score)	Índice normalizado de inscrições/falas em plenário (0–1).	Numérica	0.000	0.075	0.112	0.000	1.000	
Coordenação de frentes (score)	Índice normalizado de coordenação de frentes temáticas (0–1).	Numérica	0.000	0.033	0.094	0.000	1.000	
Migrou para partido maior	Indicador (0/1) se, ao migrar, o destino tinha mais cadeiras que a origem.	Binária	92.310	0.580	0.494	0.000	1.000	
Partido no governo	Indicador (0/1) se o partido estava na coalizão de governo federal.	Binária	1.412	0.492	0.500	0.000	1.000	
Posição ideológica do partido	Posicionamento ideológico do partido (escala contínua).	Numérica	1.412	6.288	2.017	1.280	8.570	
Campo político	Família/campo político (ex.: esquerda, centro, direita).	Catagórica	1.412	NA	NA	NA	NA	
Ano eleitoral	Indicador (0/1) se é ano de eleições municipais/federais (conforme regra).	Binária	0.000	0.500	0.500	0.000	1.000	
Eleições federais	Indicador (0/1) se é ano de eleições federais.	Binária	0.000	0.250	0.433	0.000	1.000	
Janela partidária	Indicador (0/1) para meses dentro da janela de migração.	Binária	0.000	0.125	0.330	0.000	1.000	
Experiência (anos)	Tempo de experiência parlamentar acumulada (anos).	Numérica	0.000	7.929	7.838	-8.000	51.000	
Disciplina por sessão (%)	Percentual de disciplina do deputado nas votações em relação à orientação do líder na sessão	Numérica	29.850	0.935	0.101	0.000	1.000	
Índice posicional	Índice de protagonismo posicional consolidado (0–1).	Numérica	5.939	0.134	0.156	0.000	1.000	
Índice programático (PC1)	Índice programático combinado dos dois primeiros componentes (0–1).	Numérica	0.000	0.056	0.073	0.000	1.000	

Fonte: elaboração própria.

3.7. TESTE DAS HIPÓTESES

As hipóteses da pesquisa foram testadas com diferentes modelos de regressões logísticas, adequadas para os casos em que a variável dependente é binária (1 migrou, 0 não migrou). A unidade de análise prioritária é deputado/sessão legislativa, com modelos de deputado/legislatura para testes de robustez, agregando os índices por média dentro da legislatura.

A construção dos modelos foi orientada por abordagem *stepwise*, em que as variáveis de controle foram adicionadas cumulativamente ao modelo inicial, que compreende apenas as variáveis de protagonismo. Os modelos subsequentes adicionaram controles de presença no governo, ano eleitoral, eleições federais, janela partidária e experiência do deputado, disciplina partidária e tamanho do partido. Os testes foram realizados com efeitos fixos para partidos de origem e legislatura. Os p-valores foram calculados com erros-padrão clusterizados por deputado, para corrigir as dependências seriais das observações de um mesmo deputado ao longo do tempo. Todos os indicadores foram normalizados entre 0 e 1.

4 PARTIDÁRIOS APARTIDÁRIOS: A TROCA DE LEGENDAS ENTRE ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL

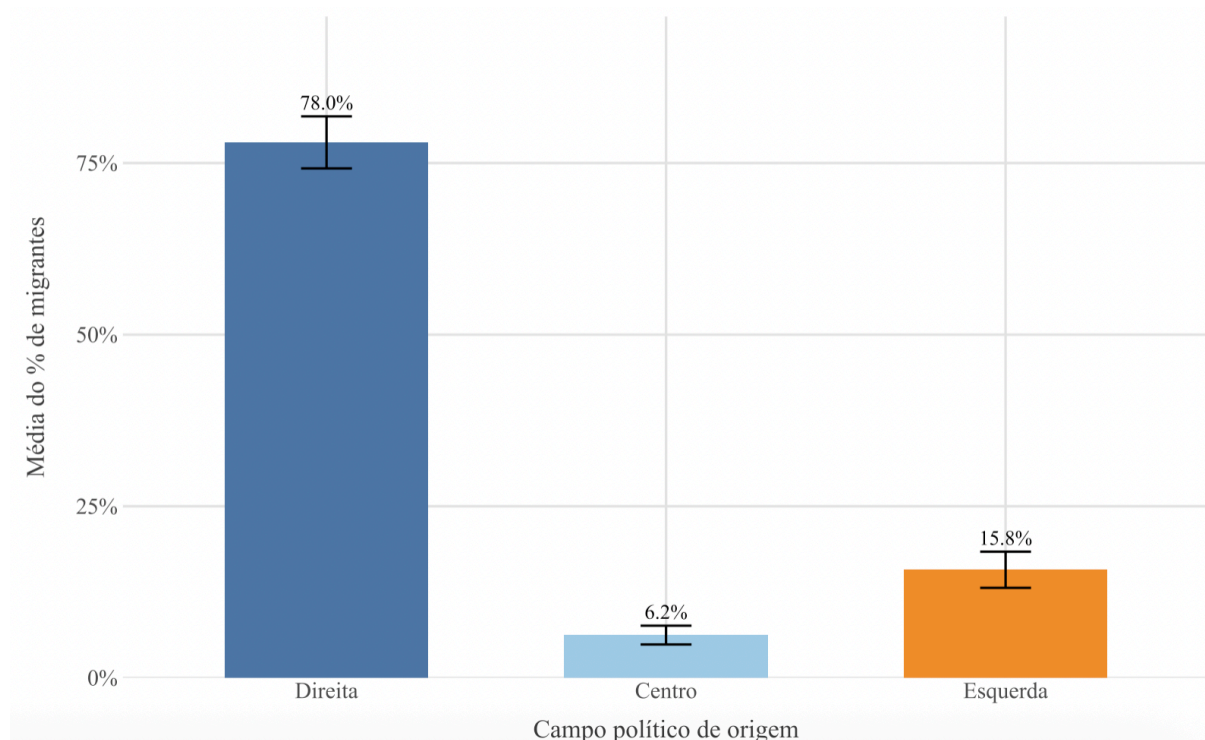
Nesta seção, busco trazer aportes quanto às migrações partidárias nos diferentes campos políticos – da direita à esquerda. Utilizo, para tanto, a classificação ideológica dos partidos a partir de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), que aplicaram um *survey* com membros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) a fim de captar a localização espacial das legendas no espectro esquerda-direita, a partir da opinião de especialistas. Os partidos, assim, foram classificados quanto ao seu campo político – esquerda, centro e direita – e posicionados em uma escala contínua de 0 a 10, da esquerda à direita.

Um dos problemas inerentes ao exercício de classificação dos partidos brasileiros refere-se à grande volatilidade dos membros do sistema. O *survey* de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), nesse sentido, foi aplicado em 2018, de modo que a classificação dada a algumas agremiações poderia não representar a configuração do sistema partidário brasileiro em 2025 ou, até mesmo, antes de 2018. Para dirimir os efeitos dessas alterações, adotei algumas estratégias para maximizar o aproveitamento dos aportes da pesquisa, possibilitando a utilização da classificação para partidos anteriores a 2018 e, também, criados após a aplicação do *survey*: a) partidos com nomes alterados receberam as pontuações a partir do nome da legenda em 2018; b) partidos que passaram por processos de fusão ou incorporação tiveram sua

posição na escala contínua calculada pela média da pontuação dos partidos envolvidos na movimentação; c) na base de dados de migrantes, a filiação partidária é definida a cada sessão legislativa, compreendendo as mudanças empreendidas pelos deputados; d) nos casos de mudança de nome ou fusão/incorporação no curso da Legislatura, aplicou-se o nome e a configuração mais recente da(s) legenda(s) para toda a Legislatura.

Avaliando as migrações partidárias no Brasil entre 1985 e 2002, Melo (2004) aponta para padrões que, mesmo após 2002, persistiram no quadro das migrações no Brasil. Um primeiro ponto se refere à preponderância de migrações à direita do espectro político – isto é, deputados posicionados em partidos de direita tendem a migrar mais do que os posicionados em legendas de esquerda. O padrão identificado por Melo (2004) se estendeu a todas as Legislaturas seguintes. O Gráfico 11 traz a média de migrações tendo como referência o campo político do partido de origem, da 51^a à 56^a Legislatura.

Gráfico 11 – Média percentual de migrações por campo político de origem do migrante (51^a à 56^a Legislatura)

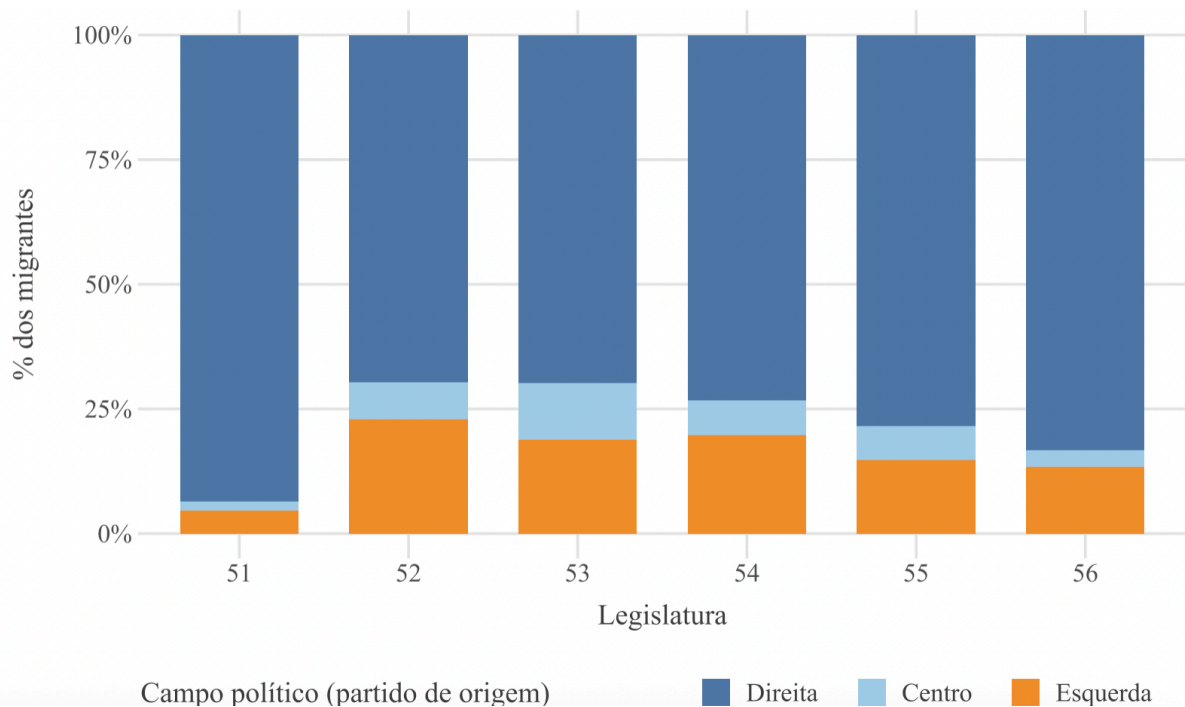


Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação do campo político dos partidos de Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

Do total de migrações entre a 51^a e a 56^a Legislatura, 78% tiveram como origem partidos classificados à direita do espectro político, 15,8% à esquerda e 6,2% ao centro, confirmando a

continuidade dos padrões auferidos por Melo (2004). Segmentando a migração por Legislatura, o padrão também é observado, apesar de ser possível identificar certa flutuação no percentual de migrantes à esquerda. O Gráfico 12 traz o percentual de migrações por campo político, segmentado por Legislatura.

Gráfico 12 – Campo político do partido de origem do migrante em relação ao total de migrações por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação do campo político dos partidos de Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

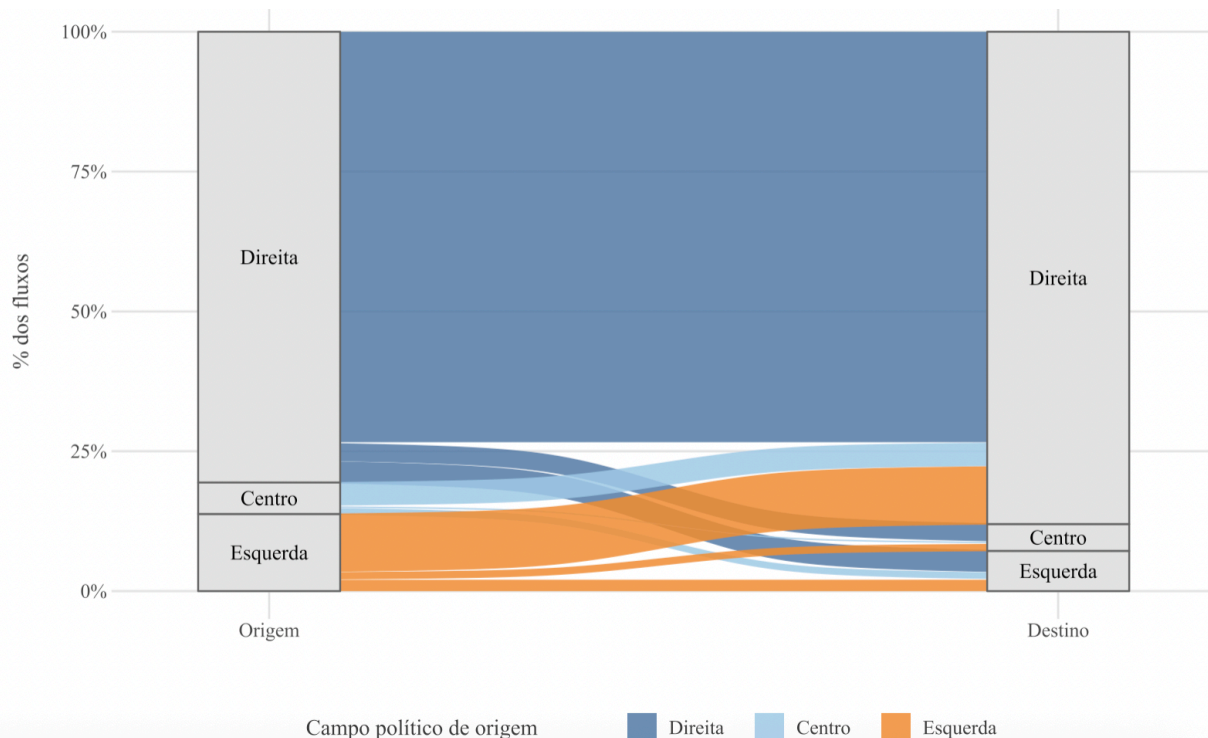
Percebe-se, nesse sentido, um salto nas migrações à esquerda da 51^a à 52^a Legislatura, com queda no percentual de migrantes em partidos de esquerda a partir dessa última Legislatura. Em qualquer dos cenários, entretanto, preponderam as migrações originadas em partidos à direita do espectro político – chegando a superar os 90% das migrações registradas no 51^o ciclo e os 80% na 56^a Legislatura.

As razões para esse padrão podem ser muitas. Borges (2021), por exemplo, aponta para as diferenças na institucionalização partidária dos partidos brasileiros ao longo do espectro esquerda-direita. Avaliadas diferentes dimensões da institucionalização das legendas, o autor aponta que, no contexto brasileiro, os partidos classificados à esquerda e ao centro são amplamente mais institucionalizados do que os partidos à direita, inclusive em dimensões como infusão de valor e reconhecimento da marca partidária. Em especial, se destaca o Partido dos

Trabalhadores (PT) como legenda mais institucionalizada do país. Apesar da classificação ideológica das legendas não coincidir completamente com a aqui utilizada – o autor, por exemplo, classifica o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) como partidos de centro –, de modo geral, as acepções de Borges (2021) podem dar pistas quanto às razões pelas quais a direita brasileira migra mais.

Por outro lado, podem ser exploradas possibilidades atinentes ao “mercado partidário” disponível para a migração: enquanto a esquerda concentra-se em cinco legendas, há à direita uma profusão de partidos que, apesar de pouco institucionalizados, situam-se contiguamente no espectro ideológico (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023). Nesse sentido, as conclusões de Melo (2004) também permanecem atuais. Apesar de migrarem em maior monta, os migrantes à direita tendem a se manter em partidos do mesmo bloco ideológico, isto é, migram mais, mas, em geral, migram para partidos próximos ideologicamente – seja pelas fronteiras programáticas difusas e a baixa institucionalização dos partidos do campo, seja pela gama de opções similares disponíveis ao migrante. Nessa linha, é possível ponderar que as motivações para a migração, nesses casos, não perpassam, necessariamente, por incongruências ideológicas com o partido de origem, mas residem em outras variáveis, possivelmente relacionadas a perspectivas eleitorais ou de acesso a posições e recursos políticos. O Gráfico 13 demonstra o fluxo de migrações entre os campos ideológicos.

Gráfico 13 – Fluxo de migrações entre os campos ideológicos (51^a à 56^a Legislatura)

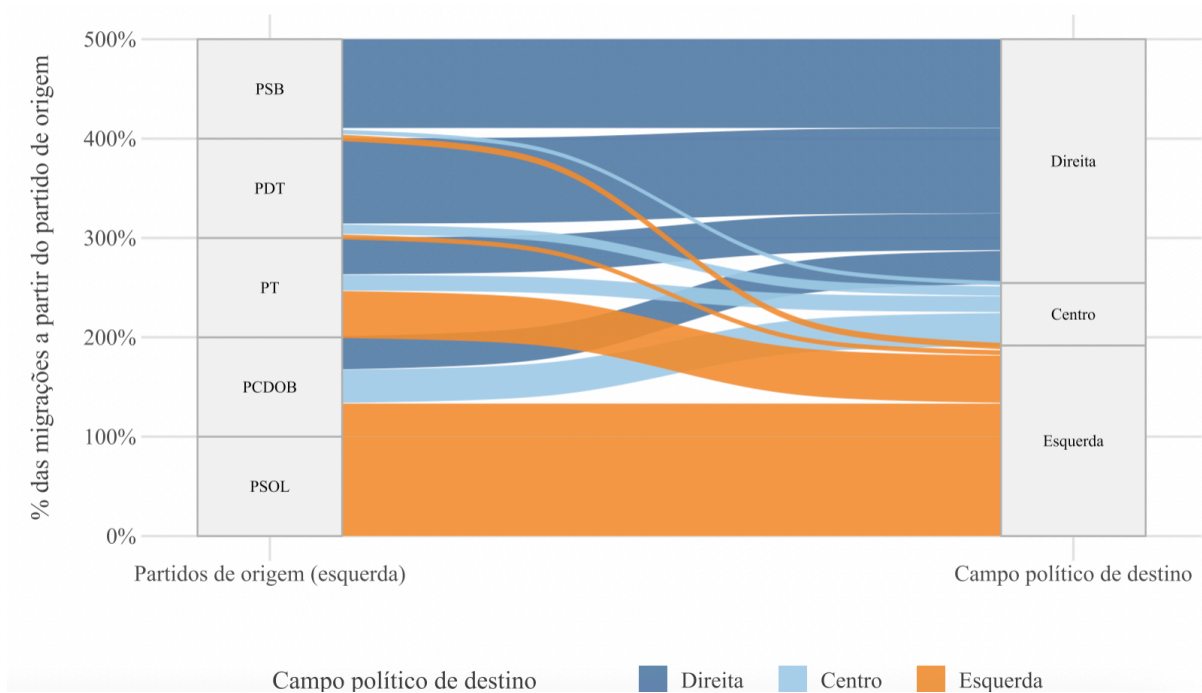


Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação do campo político dos partidos de Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

O Gráfico 13 informa que, das migrações com origem à direita, 91,1% foram direcionadas a outros partidos de direita, enquanto apenas 4,9% foram para legendas de esquerda e 4% para agremiações de centro – que, pela classificação usada, corresponde apenas a três partidos, todos pequenos. Assim sendo, políticos eleitos por partidos de direita, ao migrar, mantem-se, na maioria das vezes, ideologicamente consistentes com a ideologia do partido de origem. Por outro lado, do total de migrantes que saem de partidos de esquerda, 75,7% direcionam-se a partidos classificados como de direita, com apenas 14,8% desses parlamentares movendo-se para partidos contínuos no espectro ideológico e 9,6% rumando ao centro. Do ponto de vista da representação política, portanto, é possível dizer que, apesar de serem em menor frequência, as migrações que acontecem à esquerda são mais deletérias à vontade manifesta nas urnas do que as que acontecem a partir dos partidos de direita. O panorama geral de maior institucionalização partidária nas legendas de esquerda corrobora o argumento: se há na esquerda organizações com maior infusão de valor e reconhecimento da marca partidária, mudanças bruscas de filiação tendem a exacerbar o descompasso entre a vontade eleitoral e a migração empreendida pelo representante.

Com exceção da 51ª Legislatura, em que há certa equivalência entre as migrações direita-esquerda e esquerda-direita, nos outros ciclos legislativos há preponderância das migrações esquerda-direita, quando há troca de campo político, com destaque, ainda, à 54ª e 56ª Legislaturas, que praticamente não registraram migrações da direita à esquerda (ver Apêndice C).

Na esquerda, entretanto, há diferentes padrões de migração. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foram os pontos focais das migrações com origem na esquerda, representando 40,9% e 36,5% do total de migrações do campo, respectivamente. O PT apresentou 16,5% das trocas de legenda da esquerda, com 19 registros de troca de partido nas seis legislaturas analisadas. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foram as legendas de esquerda com representação parlamentar que menos apresentaram migrações de titulares: 5,2% (6) e 0,9% (1), respectivamente. O Gráfico 14 detalha a direção das migrações da esquerda por partido, considerando o total de migrações por legenda – a altura dos fluxos representa o percentual interno a cada partido de origem.

Gráfico 14 – Fluxo de migrações com origem em partidos de esquerda

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação dos campos políticos com base em Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

No Gráfico 14, é possível perceber que há diferenças nos padrões de migração entre os partidos de esquerda. PSB e PDT, além de representarem os partidos do campo com mais defecções, também são os que promovem a maior proporção de migrantes à direita. Nesse compasso, 89,4% dos migrantes do PSB se dirigiram a partidos da direita, enquanto 85,7% fizeram o mesmo no PDT. Ambos os partidos não superaram os 10% de migrações para outros partidos da esquerda (6,4% no PSB, 9,5% no PDT). No PT, principal legenda do campo, 47,4% das migrações foram para outros partidos de esquerda, enquanto 36,8% migraram a partidos de direita e 15,8% para partidos de centro. O PCdoB, que registrou apenas seis migrações no período, teve exatos 33,3% migrando para cada campo. O PSOL teve apenas um registro de migração, direcionado à esquerda.

Os dados demonstram que há, portanto, diferenças nos partidos do campo político – enquanto PCdoB e PT apresentam defecções tanto à esquerda quanto à direita, PDT e PSB são, majoritariamente, os partidos que encorpam o fenômeno da migração entre campos políticos. Parte do demonstrado pode advir da grande heterogeneidade regional de PDT e PSB. Enquanto em alguns estados PSB e PDT alinham-se à esquerda e a outros partidos do campo, não raro as legendas se posicionam, em outras Unidades da Federação, próximas à direita e em oposição a governos de esquerda. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o PDT estadual compunha a base

dos governos Sartori (MDB) e Leite (PSDB), ferrenhos adversários do PT na política estadual – mesmo que ocupasse, também, posições em governos federais petistas. Nas eleições de 2022, apesar de compor a chapa de Lula à presidência, o PSB apoiou partidos de direita em diversas eleições aos governos estaduais, em oposição a candidaturas de esquerda, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima. Há, portanto, certa heterogeneidade na composição ideológica das bases, sobretudo nos estados – o que pode se refletir nas bancadas federais das legendas.

À direita, apesar de minoritário, há destaques quanto à migração direita-esquerda. Dos migrantes do MDB, 21% foram para partidos de esquerda, enquanto no PROS, 18% fizeram o mesmo movimento. Os dois partidos são os destaques do campo, na medida em que as outras legendas de direita não superam os 10% de migrações em direção à esquerda, demarcando as diferenças no comportamento dos representantes de direita e de esquerda.

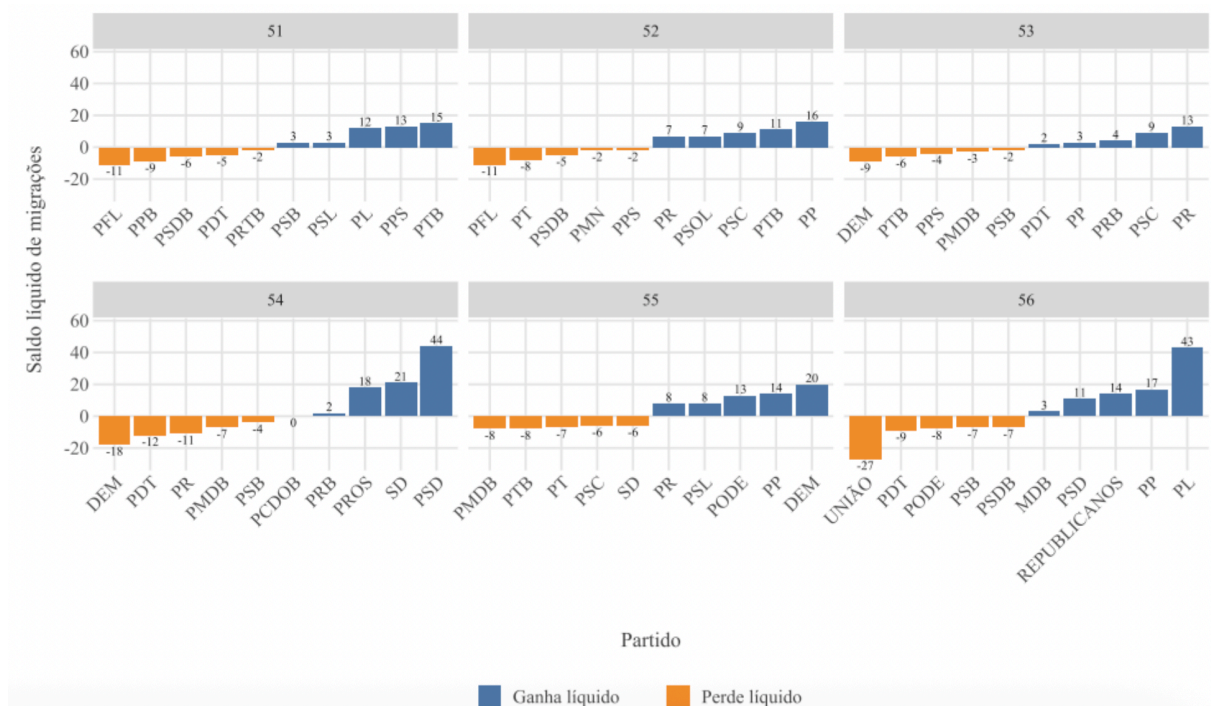
Para além das migrações entre campos políticos, é interessante notar a direção das migrações, mesmo que dentro do mesmo campo político. Nesse sentido, das seis legislaturas analisadas, em cinco a média das migrações pendeu à direita – ou seja, na escala contínua proposta por Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023), que posiciona as legendas de 0 a 10 na escala esquerda-direita, os migrantes tenderam a migrar para partidos mais à direita que seus partidos de origem (ver Apêndice D).

A única Legislatura a fugir do padrão de mais migrações em direção a partidos à direita do partido de origem foi a 51^a, em que foi observada média de movimentação de -0,41 pontos à esquerda. A partir da 52^a Legislatura, em todos os ciclos a média de migrações tenderam à direita do partido de origem. Um ponto relevante, entretanto, é que o delta médio das migrações se manteve sempre inferior a um ponto na escala ideológica – ou seja, apesar das migrações tenderem, em geral, para partidos mais à direita, a amplitude ideológica das mudanças manteve-se relativamente pequena, indicando que as movimentações não foram ideologicamente bruscas, mas a partidos contingentes com o partido de origem. É possível prospectar que o padrão se deve, em parte, à proximidade ideológica dos partidos de direita. No *survey* aplicado em 2018, a diferença entre o primeiro partido classificado como de direita, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o mais à direita, o então Democratas (DEM, posteriormente União Brasil – União) foi de apenas 2,47 pontos na escala. Nesse interstício, foram classificados outros 24 partidos de direita, indicando a profusão de legendas e o aquecido “mercado partidário” no campo.

A maior amplitude nas migrações foi identificada na 53ª Legislatura, com 0,66 de diferença média na escala em direção à direita. A Legislatura, entretanto, também é a que registrou o menor número de migrações entre as Legislaturas avaliadas. Na 54ª Legislatura, ciclo com menor variação, houve grande fluxo de migrações em direção ao PSD. O partido assume posição central no espectro ideológico à direita, com 7,09 no índice – o que pode explicar, em parte, a relativa estabilidade ideológica das migrações durante o período (ver Apêndice E).

O Gráfico 15 representa o saldo de migrações das legendas ao final das Legislaturas, considerados os registros de saída e entrada nos partidos. Partidos que passaram por incorporações ou fusões no curso do ciclo legislativo estão representados com o nome que possuíam ao final da Legislatura.

Gráfico 15 – Saldo de migrações dos cinco partidos que mais perderam ou ganharam deputados por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação na escala ideológica com base em Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

As alterações legais, nesse sentido, restringiram alguns benefícios que os partidos poderiam auferir a partir de migrações em sua direção, firmando que o momento de cômputo do tamanho das bancadas para distribuição dos mais variados recursos políticos seria o resultado eleitoral – limitando, portanto, a atuação ativa das legendas para aumentar seu acesso

a tais recursos, como sugeria Freitas (2012). A migração, assim, volta-se novamente aos aspectos motivacionais que informam a decisão de migrar do parlamentar – não excluídos outros benefícios eleitorais, principalmente nos estados, que ainda podem estar à disposição das legendas.

Como já perquirido, a forte alteração nas bancadas eleitas promove sérias consequências ao sistema partidário brasileiro. Para além dos problemas relacionados à representação política, a migração fragiliza a construção das marcas partidárias e o *accountability* político, na medida em que gera descompasso entre o candidato/partido votado e as supervenientes movimentações feitas pelas legendas e políticos. Nesse sentido, o fenômeno é especialmente saliente na direita, que enfrenta desafios na consolidação de suas organizações, promovendo ambiente em que todos se parecem e os custos da defecção são, aparentemente, baixos.

5 PROTAGONISMO POSICIONAL E PROGRAMÁTICO: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PAPÉIS LEGISLATIVOS DOS PARLAMENTARES

A proposta de classificação dos parlamentares a partir dos seus níveis de protagonismo parte, como perquirido, da assunção da literatura quanto aos diferentes papéis desempenhados pelos representantes no exercício dos seus mandatos. Nesse sentido, a proposta de classificação dos deputados a partir da sua afeição a um ou outro tipo de atuação legislativa filia-se à concepção de Strøm (2012) sobre *legislative roles* enquanto estratégia. O autor pondera que essas estratégias não são diretamente observáveis, mas inferidas a partir das diferenças de comportamento dos atores. Assim, os índices de protagonismo posicional e programático desenvolvidos buscam captar diferentes núcleos de atuação dos parlamentares, articulando uma série de variáveis relacionadas à busca por melhores posições junto ao núcleo de poder da Câmara e à atuação programática, que privilegia aquela voltada a impactar políticas públicas.

Vinculado à teoria da escolha de Muller e Strøm (1999), compreendo que certos papéis adotados pelos parlamentares potencializam suas visibilidades dentro do Parlamento. Desse modo, a atuação em certas funções próprias da atividade parlamentar confere ao legislador maior exposição, o que, em última instância, maximiza sua influência política dentro do Parlamento, bem como reforça sua imagem na opinião pública.

Nas próximas seções, apresento dados sobre as diferenças nos *legislative roles* dos parlamentares e suas potencialidades para explicar a migração partidária. Como referido, o

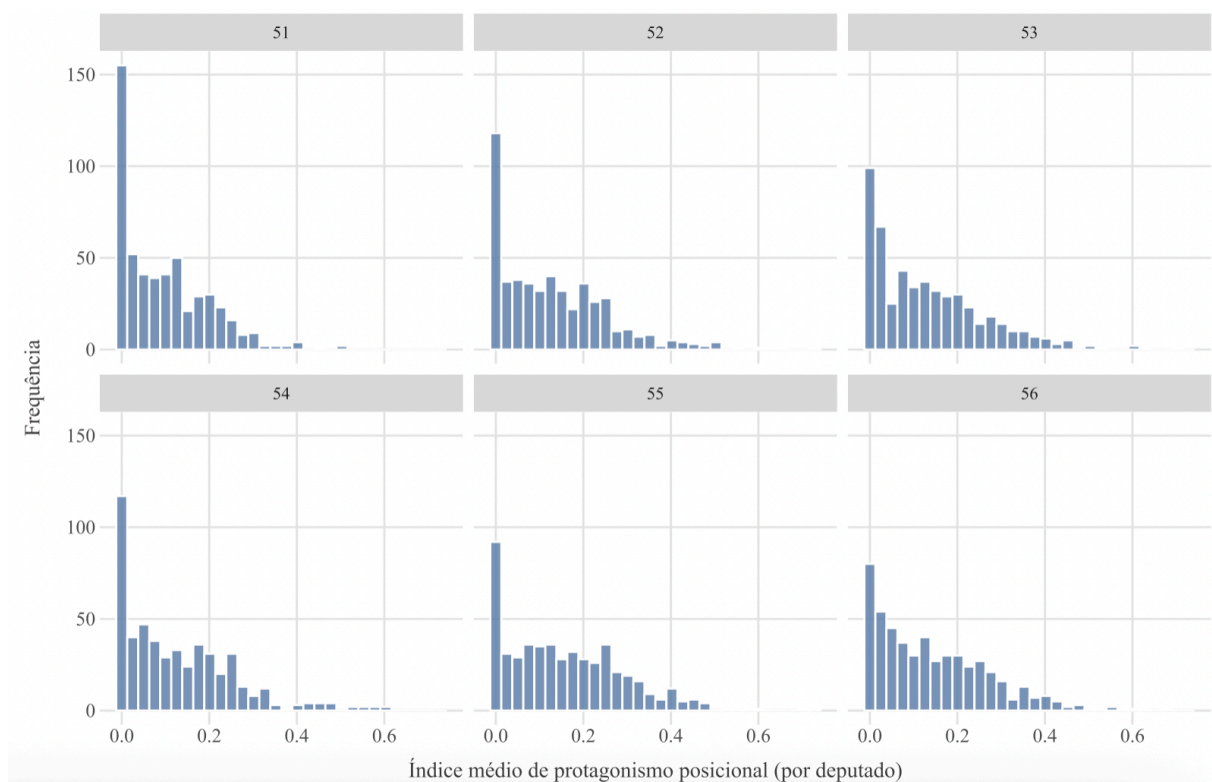
objetivo é que os índices sejam generalizáveis o suficiente para que possam ser transplantados a outros contextos institucionais, com pequenas adaptações às realidades locais.

5.1. PODER E INFLUÊNCIA: O PROTAGONISMO POSICIONAL NO PARLAMENTO BRASILEIRO

O protagonismo posicional, vinculado à categoria *office-seeking*, busca captar a posição relativa do parlamentar junto ao núcleo de poder da Casa Legislativa, isto é, busca entender a influência do deputado junto ao núcleo decisório do Parlamento. O índice, nesse sentido, propõe-se a captar não apenas a ocupação, propriamente, de espaços de poder e decisão política, mas também o quão bem inserido o deputado está junto a esse núcleo de tomada de decisões.

O Gráfico 16 apresenta histograma com a distribuição média dos parlamentares quanto ao índice de Protagonismo Posicional por Legislatura.

Gráfico 16 – Histograma de distribuição média dos deputados em relação ao índice de Protagonismo Posicional por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

O histograma de distribuição médio dos deputados quanto ao índice de protagonismo posicional indica grande concentração de poder em poucos parlamentares, ao passo que a grande maioria dos representantes se posiciona próximo ao valor mínimo no índice, indicando baixa inserção posicional. Os valores reforçam a ideia de que o acesso a posições de poder é um recurso político escasso e concentrado, relegando boa parte dos parlamentares a posições marginais quanto ao núcleo de poder do Parlamento. Ainda, percebe-se que há grande consistência na distribuição ao longo das Legislaturas, sinal de pouca mobilidade quanto à distribuição de posições, que permaneceram concentradas em uma pequena elite parlamentar.

Instrumentalizando o Índice de Gini para medir a desigualdade na distribuição do índice de protagonismo posicional, é possível concluir que há uma moderada concentração de poder na Câmara, com o índice atingindo valores entre 0.545, na 51ª Legislatura, e 0.487 na 56ª. Outro dado interessante diz respeito à concentração de poder nos 10% mais bem posicionados – entre a 51ª e 56ª, os valores se mantiveram em cerca de 30% - ou seja, os 10% mais bem posicionados concentram cerca de 30% do poder “à disposição” na Legislatura. A Tabela 2 traz os valores para o Índice de Gini e para a distribuição de poder entre os 10% mais bem posicionados.

Tabela 2 – Índice de Gini e distribuição de protagonismo posicional ao Top 10% por Legislatura

Legislatura	Índice de Gini	Top 10%
51	0.545	31,0%
52	0.514	30,8%
53	0.513	30,6%
54	0.521	31,1%
55	0.465	27,1%
56	0.487	29,0%

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Comparados os deputados não migrantes e migrantes, entretanto, é que se extrai importantes correlações em relação à migração partidária e o índice de protagonismo posicional. Em todas as Legislaturas avaliadas, após a agregação da média do índice de protagonismo posicional por Legislatura, deputados migrantes mostraram mediana inferior aos não migrantes em todo período, com faixas mais condensadas e próximas ao zero e, em geral, sem deputados ocupando posições mais elevadas dentro da Legislatura. O achado corrobora H_1 ,

indicando que, de fato, deputados com acesso a recursos de poder parecem migrar menos que deputados sem estes. As diferenças encontradas entre os dois grupos são estáveis em todas as legislaturas, com diferenças menos acentuadas apenas no 55º ciclo.

A comparação apresenta indícios de que os deputados migrantes se concentram em níveis mais baixos de protagonismo posicional, se comparados aos deputados não migrantes – ou seja, tendem a ocupar posições mais marginais quanto ao acesso a recursos de poder na Câmara. É relevante frisar, entretanto, que há uma tendência geral – compartilhada entre migrantes e não migrantes – de baixos níveis de protagonismo posicional, em linha com a afirmação de que o poder é concentrado na Câmara dos Deputados. Isto é, apesar de migrantes terem, em média, níveis mais baixos de protagonismo, a maioria da Câmara ocupa espaços periféricos junto ao núcleo de poder – inclusive não migrantes.

É possível explorar, nesse sentido, que as regras de organização parlamentar condicionam esse padrão. Dois indicadores do índice – ocupação de cargos e liderança de partido – relacionam-se diretamente à estrutura partidária. A ocupação de cargos observa a proporcionalidade partidária – isto é, cada partido tem acesso a recursos de poder na medida do tamanho de suas bancadas. A migração, nesse caso, por força regimental, implica na perda do cargo auferido em razão da proporcionalidade partidária, constituindo um forte desincentivo à migração de parlamentares cujos níveis de protagonismo posicional são mais altos. A liderança de partido, de mesmo modo, é cargo auferido em razão do próprio partido, implicando na perda da posição em caso de mudança de legenda. Apesar dos indicadores de relatorias e proposições pautadas em Plenário serem mais sutis e relacionadas à boa interlocução entre os deputados e os tomadores de decisão, portanto, é possível que a estrutura organizacional da Câmara – que privilegia os partidos – seja um constritor da migração partidária.

Nesse sentido, há indícios de diferença nas médias entre migrantes e não migrantes em todas as sessões legislativas em que há picos de migração, ou seja, nos anos em que há maiores fluxos migratórios. A média de protagonismo posicional dos migrantes é maior que a dos não migrantes em cinco sessões legislativas, do total de 24 sessões analisadas – entretanto, as médias dos migrantes foram maiores apenas em sessões legislativas com N pequeno, isto é, com poucos registros de migrações partidárias, indicativo de situações pontuais, mais do que estruturais (ver Apêndice G).

Os dados descritivos de protagonismo posicional, em suma, mostram o potencial do índice para explicar parte das migrações partidárias na Câmara dos Deputados. Comparativamente, não migrantes tiveram média superior aos migrantes no índice, indicando

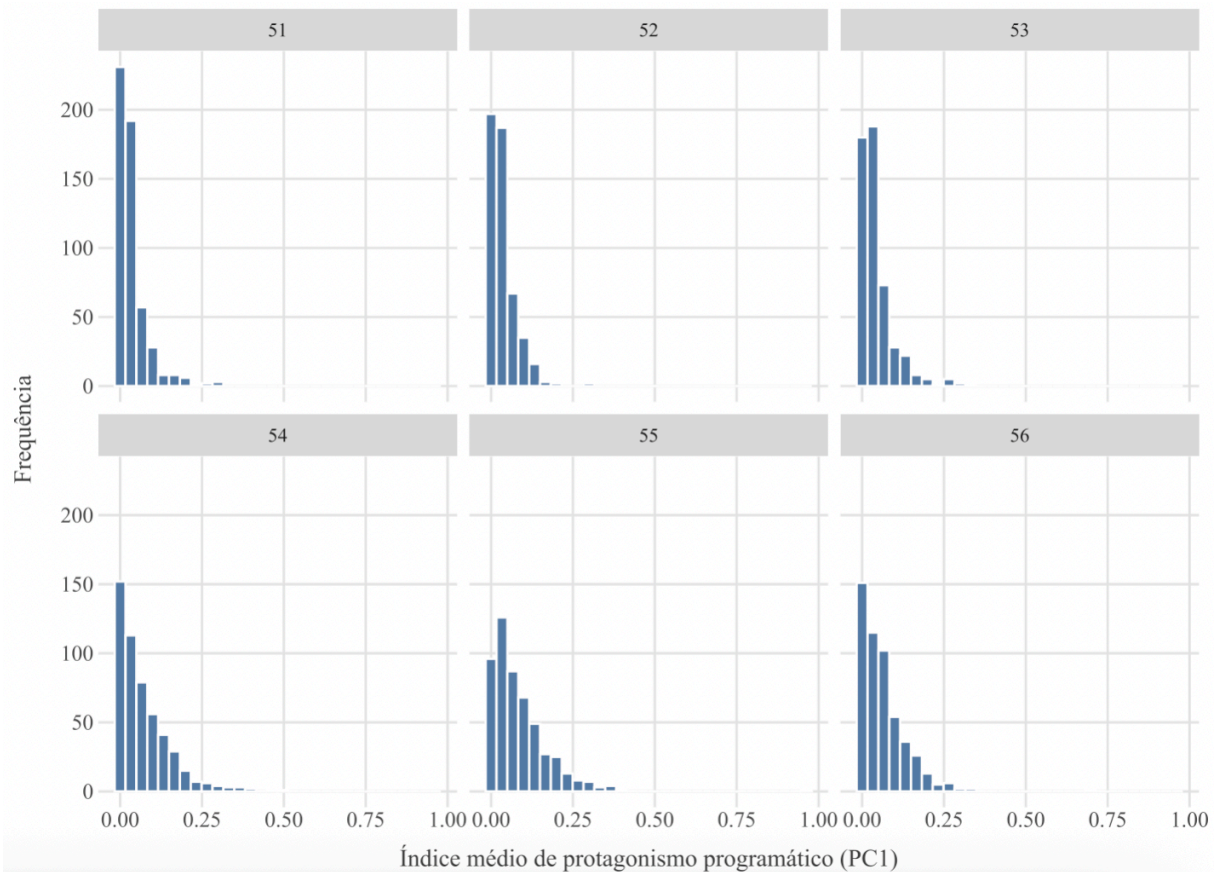
possíveis efeitos do bom posicionamento junto ao núcleo de poder da Casa como coibidor da troca de partidos. Destarte, o acesso a posições de poder na Câmara é limitado e os recursos são escassos, havendo grande concentração de parlamentares em posições periféricas do índice.

5.2. IDEOLOGIA E AÇÃO: O PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO NO PARLAMENTO BRASILEIRO

O protagonismo programático, vinculado à categoria *policy-seeking*, busca captar dimensões da atuação programática dos parlamentares, em defesa de agendas e interesses político-ideológicos específicos. Nessa contextura, situa o deputado quanto à atuação voltada a impactar políticas públicas de seu interesse e da sua base política, a partir da proposição de projetos, promoção de debates junto à sociedade civil e interlocução com setores sociais e econômicos alinhados às suas concepções de políticas públicas.

O Gráfico 17 traz o histograma de distribuição dos deputados quanto ao índice de protagonismo programático por Legislatura.

Gráfico 17 – Histograma de distribuição média dos deputados em relação ao índice de Protagonismo Programático por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

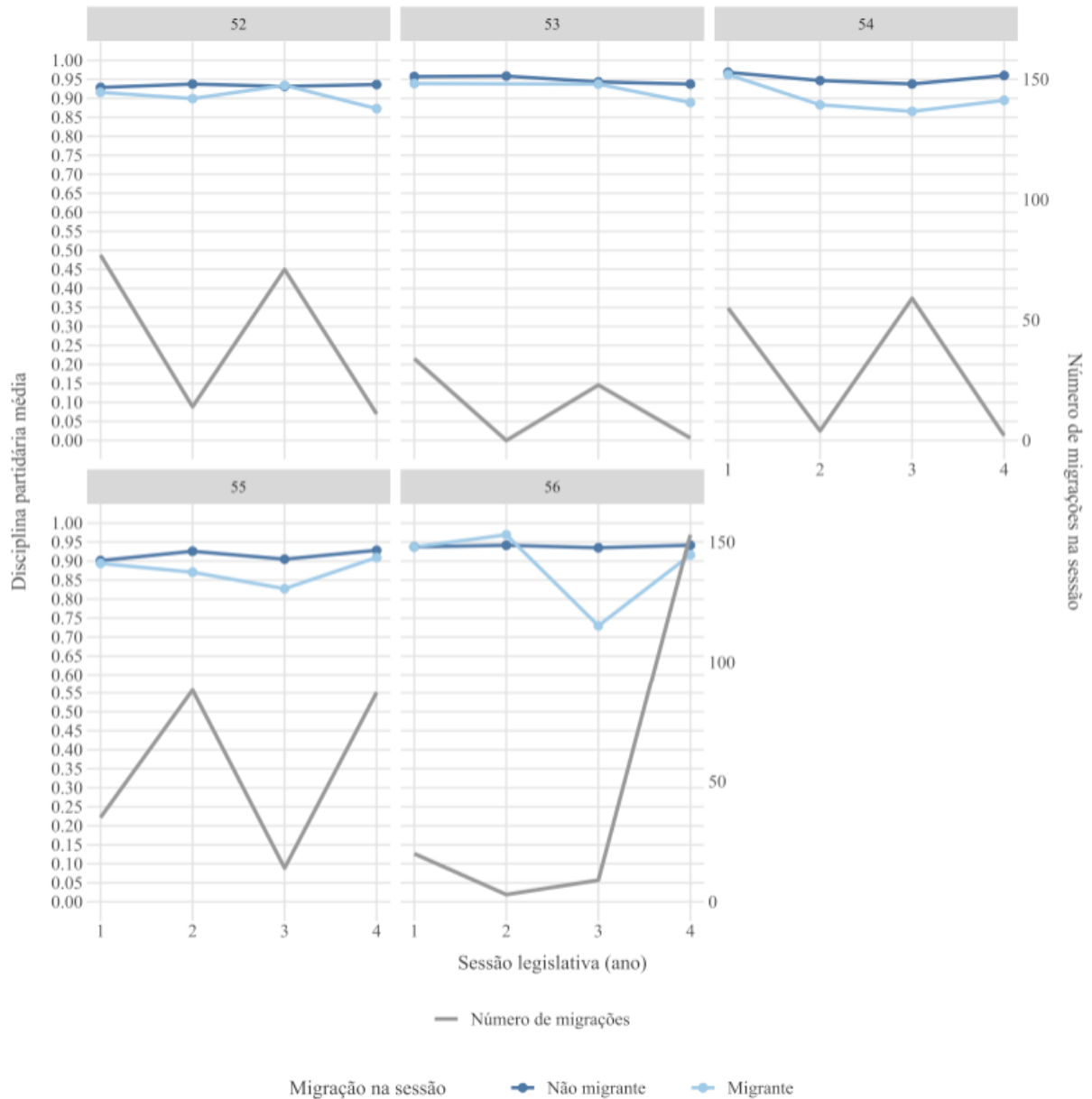
A distribuição dos deputados quanto ao índice de protagonismo programático é ainda mais concentrada do que os valores encontrados para o índice de protagonismo posicional, com grande aglomeração de parlamentares próximos ao valor mínimo. Um ponto interessante é a alteração nos padrões a partir da 54^a Legislatura – quando os dados de Frentes Parlamentares passaram a ser disponibilizados pela Câmara. As frentes foram institucionalizadas apenas em 2005, com o Ato da Mesa nº 69/2005, exigindo assinatura mínima de 1/3 da Câmara para o devido registro na Casa. Desde então, as frentes cresceram em importância, mobilizando grande número de deputados. Nesse sentido, é possível prospectar que as frentes parlamentares colaboraram fortemente para a alteração nos padrões de protagonismo programático.

Por outro lado, comparando migrantes e não migrantes, não é possível observar as mesmas diferenças identificadas no índice de protagonismo posicional. Apesar de apresentarem caudas mais longas em algumas legislaturas, não é possível dizer que existem diferenças substanciais entre não migrantes e migrantes quanto ao protagonismo programático – as medianas se assemelham, bem como o tamanho das caixas do boxplot e a distribuição dos deputados (ver Apêndice H).

Apesar de alguns parlamentares não migrantes, em especial, serem altamente engajados, em geral há grande homogeneidade entre os grupos, não sendo possível, a partir dos gráficos, concluir por haver indícios de diferenças capazes de impactar a migração partidária. Outro dado interessante se apresenta ao desagregar os valores por sessão legislativa – nos períodos de pico na migração, não é possível identificar diferenças relevantes entre migrantes e não migrantes. As diferenças são mais salientes, justamente, nos períodos em que há poucas migrações, ou seja, o N é pequeno e há pouco poder comparativo entre os grupos.

Por outro lado, se avaliadas as diferenças na disciplina partidária de migrantes e não migrantes – isto é, a média de votos que acompanham a orientação dos líderes das bancadas – é possível perceber que deputados migrantes são levemente mais indisciplinados que deputados não migrantes. O Gráfico 18 apresenta a disciplina partidária média entre migrantes e não migrantes por sessão legislativa.

Gráfico 18 – Disciplina partidária média entre migrantes e não migrantes por sessão legislativa



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Nota: os dados de orientação dos líderes não são disponibilizados pela Câmara para a 51ª Legislatura.

Percebe-se que, em especial na 54ª, 55ª e 56ª Legislaturas, há maior diferença entre a disciplina de migrantes e não migrantes, com diferenças suaves em outros ciclos legislativos – mas que se mantém no padrão de maior indisciplina no grupo de deputados migrantes. A literatura sobre migração partidária, em outros contextos institucionais, já usou a disciplina partidária como variável de interesse para compreender a predisposição de deputados para a migração (Meneghetti et al, 2023). Nesse sentido, é interessante notar que, apesar da pouca diferença entre migrantes e não migrantes quanto ao protagonismo programático, é possível identificar distinções – embora sutis – quanto à disciplina partidária entre os dois grupos,

mesmo em um contexto em que a maioria das migrações se dá para partidos ideologicamente contíguos.

Apesar de não ser possível, pelos dados descritivos, medir as migrações ideológicas no parlamento brasileiro, é possível afirmar que, dadas as diferenças na disciplina partidária entre os dois grupos e a assunção de que as migrações são, em geral, para partidos contíguos na escala ideológica, pelo menos parte das migrações no Brasil pode ter observado as diferenças ideológicas entre o migrante e o partido de origem. Não fosse assim, dificilmente seriam encontradas diferenças quanto à disciplina partidária entre os dois grupos, haja vista a preponderância das migrações direita-direita no contexto brasileiro e a alta disciplina partidária para ambos os grupos.

Agregando a média de disciplina das cinco legislaturas em que dispomos de dados, há diferença de três pontos percentuais entre migrantes (94,7%) e não migrantes (91,7%). Apesar de estatisticamente significativa ($t = 6.84$, $p < 0.001$), a diferença é pequena o suficiente para concluir que, se, por um lado, é possível que razões ideológicas perpassem algumas das migrações, a maioria das trocas observa outros critérios para justificar a mudança de legenda. Nessa linha, a diferença mais acentuada se deu na 55ª Legislatura, com 5,8% de diferença entre os dois grupos, sendo os migrantes discretamente mais indisciplinados.

Em suma, pode-se concluir que praticamente não há diferenças entre migrantes e não migrantes quanto ao protagonismo programático – ou seja, migrantes e não migrantes comportam-se de maneira muito similar quanto à proposição de projetos e interlocução com a sociedade civil. Por outro lado, há pequenas diferenças quanto à disciplina partidária – migrantes são mais indisciplinados, mas se mantêm, em geral, alinhados ao líder em mais de 90% das votações nominais. Há, nesse sentido, relevância nas diferenças percebidas quanto ao índice de protagonismo posicional, que parecem ter maior poder explicativo quanto à migração no Brasil.

A próxima seção discutirá os resultados da pesquisa a partir de diferentes modelos estatísticos, a fim de sopesar o impacto das variáveis de protagonismo posicional e programático na migração partidária.

6 PROTAGONISMO E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: OS PAPÉIS DE ATUAÇÃO LEGISLATIVA E A TROCA DE PARTIDOS

Os dados utilizados nos modelos são longitudinais (painel), abarcando deputados ao longo dos quatro anos de cada Legislatura avaliada, e apresentam dependência temporal, na medida em que as observações para um mesmo deputado (t) se alteram a depender do comportamento em termos anteriores ($t - 1$). Ante à estrutura dos dados, os testes estatísticos foram modelados com efeitos fixos (*fixed effects*) e clusterização por deputado, a fim de controlar a heterogeneidade não observada entre partidos, Legislaturas e a dependência serial intradeputado. Nesse sentido, os efeitos fixos para partidos buscam controlar características consideradas invariantes das legendas: disciplina e cultura internas, estrutura organizacional, trajetória histórica, ideologia, faccionalismo, entre outros. De sua sorte, os efeitos fixos para legislaturas buscam controlar contextos institucionais e conjunturais comuns ao período, permitindo que os modelos captem exclusivamente a variação intrapartidária e intralegisatura, eliminando possíveis vieses. Desse modo, os deputados migrantes e não migrantes são comparados dentro da mesma Legislatura e do mesmo partido, eliminando os efeitos das diferenças entre Legislaturas e legendas.

Os modelos também tiveram erros-padrão clusterizados por deputado, com o objetivo de corrigir a dependência serial das observações, que, pela sua estruturação, não são independentes em relação ao mesmo parlamentar. A combinação dos efeitos fixos e da clusterização por deputado, nessa linha, visa reduzir a endogeneidade dos modelos estatísticos, garantindo estimativas mais adequadas.

Para testar a hipótese 1 (Parlamentares com altos níveis de protagonismo posicional tem menos chances de migrar de partido) e a hipótese 2 (Parlamentares com altos níveis de protagonismo programático tem menos chances de migrar de partido), foi adotada abordagem *stepwise*, com adição cumulativa dos controles ao modelo inicial, que conta apenas com as variáveis independentes de interesse (protagonismo posicional e protagonismo programático). Os controles foram agrupados em categorias a partir da sua afinidade, quando havia, e agregados sequencialmente ao modelo anterior. O Quadro 6 sumariza os modelos testados e as variáveis agregadas a cada etapa.

Quadro 6 – Modelos sequenciais com efeitos fixos e clusterização por deputado

Modelo	Categoria agregada	Variáveis
M1	Variáveis de interesse	Protagonismo posicional e protagonismo programático

M2	Presença no governo	Presença na coalizão de governo (0-1)
M3	Ideologia do partido	Ideologia do partido de origem (0-10)
M4	Calendário	Ano eleitoral, eleições federais, janela partidária (0-1)
M5	Experiência	Experiência de mandato (em anos de mandato)
M6	Tamanho do partido e disciplina partidária	Tamanho do partido (em número de cadeiras) e disciplina partidária (% de votos nominais dados de acordo com o líder)

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

Nessa linha, a equação geral dos modelos é a seguinte, em que a parte da esquerda representa a probabilidade de o deputado migrar, transformada pela função logit; βX_{it} é o vetor de coeficientes associados aos conjuntos de variáveis dos deputados; α_{leg} são os efeitos fixos por legislatura, controlando os fatores constantes dentro de cada período; $\gamma_{partido_sessao}$ são os efeitos fixos por partido, controlando as características estruturais e constantes de cada agremiação em cada sessão legislativa; ε_{it} representa o termo de erro, indicando a variação não explicada pelo modelo; por fim, o subscrito it indica o deputado (i) por sessão legislativa (t).

$$\text{logit}(P(\text{migração}_{it} = 1)) = \beta X_{it} + \alpha_{leg} + \gamma_{partido_sessao} + \varepsilon_{it}$$

A regressão logística estima os coeficientes na escala log-odds, pouco interpretável. Por essa razão, os resultados são reportados em *odds ratios* (OR), por meio da exponenciação. Nesse sentido, os *odds ratios* indicam a variação nas chances de migração associadas a um aumento de uma unidade na variável explicativa – ou seja, valores acima de 1 indicam aumento nas chances e valores abaixo de 1 indicam redução. A Tabela 3 apresenta os resultados de seis modelos de regressão logística, com adição sequencial dos controles.

Tabela 3 – Modelos sequenciais de regressão logística com efeitos fixos para partidos e Legislaturas

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Protagonismo posicional	0.073*** (0.022)	0.071*** (0.023)	0.079*** (0.025)	0.056*** (0.018)	0.059*** (0.019)	0.058*** (0.022)
Protagonismo programático (PC1)	0.909 (0.540)	0.997 (0.632)	1.356 (0.818)	2.290 (1.433)	2.202 (1.386)	3.825+ (2.695)
Partido na coalizão de governo		0.528*** (0.061)	0.510*** (0.061)	0.483*** (0.059)	0.485*** (0.059)	0.543*** (0.087)
Posição ideológica do partido (cont.)			1.928*** (0.219)	1.673*** (0.183)	1.664*** (0.182)	1.830*** (0.223)
Ano eleitoral				0.105*** (0.018)	0.104*** (0.018)	0.067*** (0.019)
Ano de eleições federais				1.106 (0.159)	1.162 (0.169)	1.154 (0.209)
Período de janela partidária				89.511*** (20.069)	90.329*** (20.281)	180.261*** (59.871)
Experiência parlamentar (anos)					0.978** (0.007)	0.982* (0.008)
Tamanho da bancada do partido						0.965*** (0.005)
Disciplina partidária na sessão						0.367* (0.163)
Num.Obs.	11549	11346	11346	11346	11346	8238
R2	0.142	0.119	0.140	0.257	0.260	0.343
R2 Adj.	0.128	0.104	0.124	0.241	0.243	0.321
R2 Within	0.017	0.025	0.047	0.178	0.181	0.235
R2 Within Adj.	0.017	0.024	0.046	0.175	0.178	0.229
RMSE	0.26	0.25	0.24	0.23	0.23	0.21
Std.Errors	by:	by:	by:	by:	by:	by:
	id_deputado	id_deputado	id_deputado	id_deputado	id_deputado	id_deputado
FE: idLegislatura	X	X	X	X	X	X
FE: partido_atual_sessao	X	X	X	X	X	X

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Considerando a progressividade dos seis modelos testados, concluo pela maior adequação do Modelo 6 (M6) para explicar a migração partidária, em especial por dois motivos: em primeiro lugar, M6 agrega todos os controles compreendidos como relevantes para a tomada de decisão de trocar de partido; em segundo, o modelo apresentou os melhores indicadores

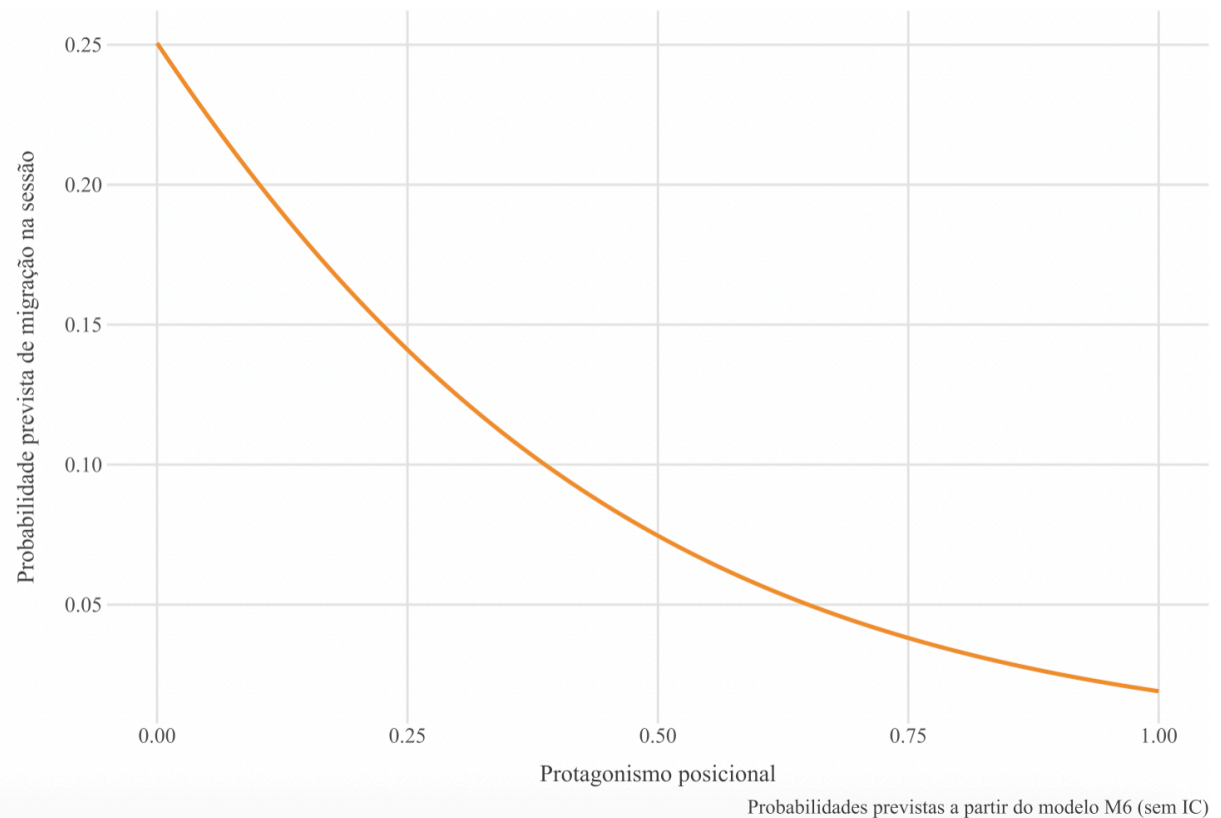
relacionados ao R^2 (0.343) e R^2 *within* (0.235), com RMSE menor (0.21) se comparado aos demais modelos, que apresentam menos controles, mas a mesma estrutura de efeitos fixos e clusterização por deputado. Nesse sentido, os indicadores apontam para melhor ajuste, maior explicação da variância e maior precisão preditiva.

Os achados corroboram apontamentos importantes da literatura sobre a migração partidária, em especial para o caso brasileiro (Diniz, 2000; Melo, 2004; Desposato, 2006). O índice de Protagonismo Posicional apresentou efeitos negativos e significativos nos seis modelos testados, com OR de 0.058 e alta significância estatística ($p < 0.01$), indicativos de que quanto maior o protagonismo posicional, menores são as chances de migração. Nesse sentido, um aumento de uma unidade na escala de protagonismo posicional reduz as chances de migração partidária em 94%⁸. Enquanto um deputado em posições próximas do 0 apresenta cerca de 25% de probabilidade predita de migração na legislatura, deputados com valores altos no índice apresentam chance de migração próxima aos 2%, mantidas constantes todas as demais variáveis – ou seja, ocupar posições de poder ou estar bem inserido junto ao núcleo decisório é capaz de reduzir as chances de migração para próximo do 0, indicando que o protagonismo posicional é um relevante preditor da migração partidária no caso brasileiro.

O Gráfico 19 apresenta a probabilidade de migração por nível de protagonismo posicional.

Gráfico 19 – Probabilidade de migração na sessão por nível de protagonismo posicional

⁸ O OR representa um multiplicador de chances. Para transformar o OR em variação percentual das chances, adotou-se a fórmula “% de mudanças nas chances = $(OR - 1) \times 100$ ”. Nesse sentido, valores de OR superiores a 1 indicam aumento nas chances relativas, enquanto valores menores que 1 indicam diminuição das chances relativas.



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Como discutido anteriormente, as próprias amarras institucionais podem justificar esse achado. Na medida em que as posições na Legislatura são definidas pelos partidos, a partir da proporcionalidade partidária, a troca de legenda implica, necessariamente, na abdicação das posições ocupadas na sessão em virtude da proporcionalidade na distribuição dos cargos. Essas posições são, em geral, de titularidade das siglas, e não dos parlamentares. Ao se situar em altas posições no índice de protagonismo posicional, portanto, o parlamentar tem mais a perder com a migração partidária, o que incentiva sua permanência na legenda em que iniciou a sessão legislativa. Considerando que o parlamentar faz a escolha de migrar avaliando os custos e benefícios da sua decisão (Melo, 2004), faz sentido assumir que a ocupação de posições privilegiadas na legislatura seja uma forte barreira para a migração partidária.

Por outro lado, é possível avaliar que a própria falta de acesso a recursos e posições privilegiadas possa servir como motivador para a migração partidária. Outros trabalhos já exploraram a possibilidade ao investigar o momento em que as migrações ocorriam: em geral, naqueles voltados à distribuição de posições, cargos e funções aos parlamentares e aos partidos (Diniz, 2000; Melo, 2004; Desposato, 2006; Mershon, 2008; Mershon e Shvetsova, 2008; Freitas, 2012, Nielsen, Andersen e Pedersen, 2019; Klein, 2021). Os achados parecem caminhar

nesse sentido, na medida em que a não ocupação de posições privilegiadas parece reduzir os custos migratórios.

Estar em um partido membro da coalizão governista, de sua sorte, reduz em 45,7% a chance de que o parlamentar troque de partido (OR = 0.0543, $p < 0,01$), com probabilidades previstas de 18,6% para deputados não-membros da coalizão de governo e 11% para membros do gabinete presidencial. No mesmo sentido, o Modelo 6 indica que um deputado adicional no partido de origem representa uma redução de 3,5% na chance de migração partidária (OR = 0.965, $p < 0.01$), sugerindo que grandes legendas têm maior poder de retenção de seus parlamentares. Em partidos muito pequenos, a probabilidade prevista de migração chega aos 59%, enquanto ronda os 3,4% em legendas no outro extremo. Muitos trabalhos exploraram a força centrífuga exercida por partidos com maior poder no parlamento e no governo (Laver e Benoit, 2003; Thames, 2007; Kerevel, 2014; Young, 2014; Martin, 2021; Armenta, González e Terrón, 2021; Radean, 2022), o que reforça o argumento de que partidos com maior acesso a recursos e posições de poder apresentam maior capacidade de retenção dos seus quadros.

Por outro lado, o Índice de Protagonismo Programático, apesar de apresentar *odds ratio* elevado (3.8) no último modelo, não alcançou significância estatística ao nível de 10% em nenhum dos testes ($p > 0.10$), não sendo possível afirmar que maior ou menor protagonismo programático influencie a decisão de mudar de partido. Nesse sentido, a variável de disciplina partidária apresentou redução de 63% na chance de migrar para parlamentares altamente disciplinados (OR = 0.367), com deputados pouco disciplinados tendo probabilidade prevista de migração de 37% e representantes muito disciplinados com probabilidade de 18%. A variável, entretanto, é apenas marginalmente significativa ($p < 0.1$ e $p > 0.05$), sugerindo a existência de uma tendência, mas impossibilitando conclusões em relação ao impacto da disciplina na migração. Os resultados se coadunam aos achados de Klein (2021), que indicou preponderarem em democracias recentes as motivações *office-seeking* para a migração, enquanto em democracias avançadas seriam mais comuns as migrações *policy-seeking*. No Brasil, apesar de não ser possível apreender padrões estatisticamente significativos quanto à migração partidária *policy-seeking*, tampouco é possível afirmar que não existam, pelo menos em um grupo minoritário.

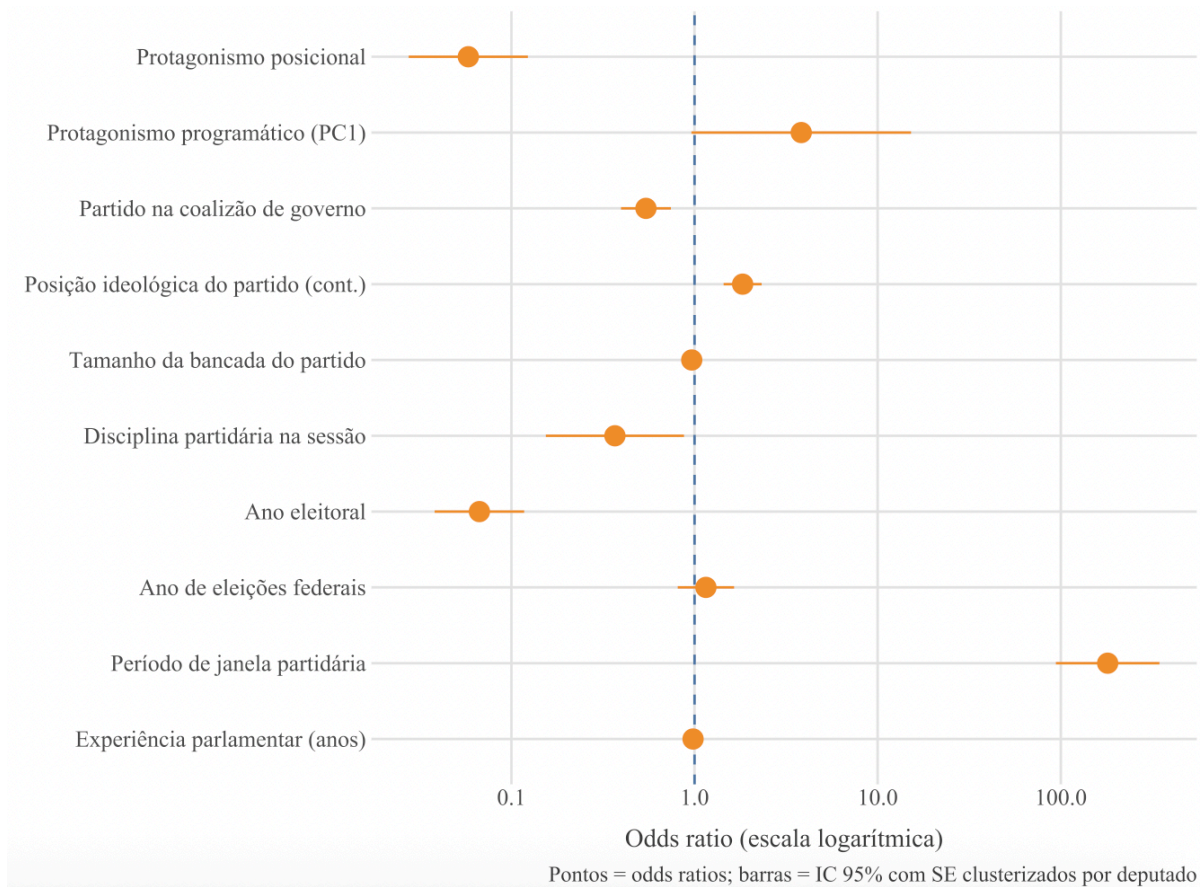
A variável de posição ideológica dos partidos, entretanto, revelou um padrão substantivo importante sobre o fenômeno no Brasil, já prospectadas pela literatura brasilianista: deputados situados à direita migram mais do que deputados à esquerda. O aumento de um ponto na escala ideológica dos partidos, que vai de 0 a 10, representa um aumento de 83% nas chances relativas

de migração ($OR = 1.83$, $p < 0.01$), indicando que deputados posicionados em partidos mais à direita do espectro político têm chance maior de mudar de legenda. Nessa linha, deputados ao extremo esquerdo da escala têm probabilidade predita de migração de cerca de 1,1%, ao passo que deputados no extremo oposto, à direita, têm probabilidade aproximada de 47,6% de mudarem de filiação partidária. Os achados confirmam os padrões percebidos nos dados descritivos e em contribuições anteriores, como as de Melo (2004).

A janela partidária, por sua vez, apresenta efeito massivo sobre a probabilidade de migração, como esperado. Em períodos com a janela partidária aberta, a probabilidade predita alcança os 97,6%, comparada aos 18,6% dos momentos em que a janela partidária está fechada ($OR = 180.261$, $p < 0.01$). Os resultados, entretanto, devem ser interpretados com parcimônia. A variável não reflete mudanças comportamentais ou motivacionais do deputado, mas uma característica institucional que reduz a quase zero os custos institucionais da troca de partido. Nesse sentido, deputados interessados na migração têm grande probabilidade de fazê-la, mas não é possível, a partir dos coeficientes relacionados à janela, concluir se um deputado está predisposto a trocar de legenda, refletindo apenas o efeito mecânico da permissão institucional.

Os resultados referentes ao calendário eleitoral, de sua sorte, reforçam o papel constritor dos diferentes arranjos institucionais, conforme previsto pela literatura (Diniz, 2000; Melo, 2004; Freitas, 2012). O coeficiente de ano eleitoral apresenta efeito fortemente negativo e estatisticamente significativo ($OR = 0.067$, $p < 0.01$), representando redução de 93,3% nas chances relativas de migração. Parte do efeito pode ser explicada pelas regras eleitorais anteriores à criação da janela partidária, em 2015. À época, o prazo de filiação para concorrer às eleições era de um ano antes do pleito, deslocando as migrações com objetivo eleitoral para as primeiras e terceiras sessões legislativas – cenário que se altera apenas com a entrada em vigor da janela partidária, efeito captado pela variável anterior. O coeficiente referente ao ano de eleições federais não apresenta significância estatística, sugerindo que, após o controle pelo ano eleitoral e pelos efeitos fixos, não há impacto adicional associado especificamente aos anos de eleições gerais.

Por fim, a variável de experiência parlamentar, medida por anos de mandato, indica que cada ano adicional de mandato reduziria a chance relativa de migração em 1,8% ($OR = 0.982$, $p < 0.10$), sugerindo que deputados mais experientes migram menos do que deputados novatos. Os resultados, entretanto, sugerem apenas uma tendência, sem significância estatística suficiente para conclusões assertivas. O Gráfico 20 apresenta os efeitos estimados sobre as chances de migração (*odds ratios*), tendo como referência o modelo M6.

Gráfico 20 – Efeitos estimados sobre as chances de migração partidária (*odds ratios*)

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Nessa linha, é possível concluir que a migração partidária na Câmara dos Deputados está relacionada a certos papéis legislativos dos deputados, em especial ao seu protagonismo posicional, às estruturas partidárias (tamanho do partido de origem, presença na coalizão governista e ideologia das legendas) e a ciclos institucionais, sobretudo relacionados à janela partidária e aos prazos de filiação para os períodos eleitorais.

Ainda, os resultados permitem avaliar diretamente duas das hipóteses da pesquisa – H_1 e H_2 –. Quanto à H_1 – que propunha que deputados com níveis altos de protagonismo posicional migrariam menos que deputados com baixos níveis posicionais –, os coeficientes se mostraram negativos e altamente significativos, indicando que, de fato, deputados com acesso ao núcleo de poder do Parlamento têm menores chances de trocar de legenda do que deputados que ocupam posições periféricas na sessão legislativa. Dado esse padrão, é possível rejeitar a hipótese nula de ausência de relação, confirmando que o protagonismo posicional exerce papel relevante quanto à migração partidária.

Por outro lado, os resultados relacionados à H_2 – que afirmava que deputados com altos níveis de protagonismo programático migrariam menos do que deputados com posições mais baixas no índice – foram inconsistentes. Os coeficientes referentes ao índice não atingiram significância estatística, não sendo possível dar suporte empírico à hipótese. Assim, não é possível rejeitar a hipótese nula associada à H_2 , que indica não haver relação entre protagonismo programático e a migração partidária.

As hipóteses $H_{1,1}$ e $H_{2,1}$, derivadas das hipóteses principais, foram testadas em modelos logísticos com efeitos fixos de legislatura e partido, tendo como base a estrutura de controles utilizada no Modelo 6. A hipótese $H_{1,1}$ propõe que deputados com baixos níveis de protagonismo posicional migram para partidos maiores que os seus de origem, ou seja, buscando auferir os benefícios de estar em uma legenda com maior poder parlamentar e acesso a recursos políticos. Para testar a hipótese, a variável dependente passou a ser a migração para um partido com bancada maior que a do partido de origem do migrante, com o objetivo que captar o impacto do protagonismo posicional na escolha do destino da migração. A Tabela 4 reporta os *odds ratios* relacionados do Modelo H1.1.

Tabela 4 – Modelo de regressão logística com efeitos fixos para partidos de origem e Legislaturas relacionado à hipótese $H_{1,1}$

H1.1 – Migra para partido maior	
Protagonismo posicional	0.342 (0.291)
Protagonismo programático (PC1)	1.487 (2.485)
Partido no governo	7.103*** (2.171)
Posição ideológica (cont.)	1.707*** (0.216)
Ano eleitoral	1.129 (0.559)
Ano de eleição federal	0.843 (0.376)
Janela partidária	2.156 (1.701)
Experiência (anos)	0.989 (0.014)
Num.Obs.	771
R2	0.453
R2 Adj.	0.383
R2 Within	0.145
R2 Within Adj.	0.120
RMSE	0.34
Std.Errors	by: id_deputado
FE: idLegislatura	X
FE: antigo_partido	X
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10	

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Os resultados não permitem rejeitar a hipótese nula, indicando não haver relação entre baixos níveis de protagonismo posicional e a migração para partidos maiores. Nesse sentido, é possível avaliar que, apesar de parlamentares periféricos quanto ao núcleo de poder da Câmara dos Deputados migrarem mais do que parlamentares bem-posicionados, não há tendência geral de que parlamentares marginais busquem partidos maiores se comparados a migrantes com alto protagonismo posicional. Isto é, a decisão em relação ao destino, para parlamentares com baixos níveis posicionais, não observa diretamente o tamanho das bancadas, sugerindo que outros aspectos podem ter mais relevância para a migração ao destino escolhido. Nesse sentido, é possível pensar em variáveis relacionadas à força estadual das legendas e as perspectivas de sucesso eleitoral – não testadas no âmbito desta pesquisa. Se, por um lado, a hipótese H1 confirma achados da literatura, por outro, a hipótese H1.1. não fortalece o argumento de que os migrantes observam o poderio parlamentar do partido de destino na hora de migrar.

Paradoxalmente, os dados descritivos indicam haver leve tendência à migração para partidos maiores, sobretudo nas últimas legislaturas, e ignorada as possíveis diferenças entre parlamentares com alto e baixo protagonismo posicional. De 1999 a 2023, 58% dos migrantes optaram por migrar para partidos maiores que a legenda de origem, mas há inconstância entre as Legislaturas. Na 51^a e 53^a, apenas 46,6% e 41,4% dos parlamentares trocaram para partidos maiores que os de origem. Por outro lado, na 52^a, 54^a, 55^a e, sobretudo, na 56^a, há fluxos mais intensos para partidos maiores (53,2%, 61,7%, 58,9% e 76,2%, respectivamente). Esse padrão pode se relacionar às mudanças institucionais que informaram o ambiente de profusão ou constrição da fragmentação partidária no Brasil. A partir de 2015, por exemplo, foram envidados esforços para reduzir a fragmentação do sistema partidário brasileiro, inclusive com permissão constitucional para que deputados situados em partidos que não superaram a cláusula de barreira migrem para partidos maiores. Nessa linha, se não é possível concluir que deputados com baixos índices de protagonismo posicional migram mais para partidos maiores, se comparados a deputados migrantes com protagonismo posicional alto, é possível apontar para tendências a partir dos dados descritivos.

A hipótese $H_{2.1}$, de sua sorte, propõe que deputados com altos índices de protagonismo programático tendem a migrar se há dissonância entre seus votos e as orientações de voto do seu partido – partindo da ideia de que deputados com grande produção programática valorizam mais a influência em políticas públicas e pautas temáticas e, por isso, havendo descompasso com o partido, optariam pela migração. A medida de dissonância parte da fórmula “1 -

disciplina partidária = dissonância” e foi utilizada no Modelo $H_{2.1}$ de forma isolada e em interação com protagonismo programático. A Tabela 5 apresenta os resultados dos testes com o Modelo $H_{2.1}$.

Tabela 5 – Modelo de regressão logística com efeitos fixos para partidos de origem e Legislaturas relacionado à hipótese $H_{2.1}$

H2.1 – Migra sob dissonância	
Protagonismo programático (PC1)	3.502 (2.791)
Dissonância (1 - disciplina na sessão)	2.384 (1.430)
PC1 × Dissonância	4.023 (22.271)
Protagonismo posicional	0.058*** (0.022)
Partido no governo	0.516*** (0.082)
Posição ideológica (cont.)	1.975*** (0.238)
Ano eleitoral	0.065*** (0.019)
Ano de eleição federal	1.260 (0.229)
Janela partidária	173.736*** (57.217)
Experiência (anos)	0.981* (0.008)
Num.Obs.	8401
R2	0.337
R2 Adj.	0.315
R2 Within	0.229
R2 Within Adj.	0.224
RMSE	0.21
Std.Errors	by: id_deputado
FE: idLegislatura	X
FE: partido_atual_sessao	X

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

Os resultados indicam não haver significância estatística para nenhuma das três variáveis relacionadas ao protagonismo programático no modelo. Na linha dos achados do Modelo 6, a variável de protagonismo programático não foi estatisticamente significativa para explicar a migração partidária – nem isolada, nem em interação com a dissonância entre os votos do parlamentar e as orientações do líder. Dissonância, isoladamente, também não foi capaz de explicar a migração partidária. Os resultados reforçam a perspectiva de que a migração, no Brasil, em geral, não observa motivações *policy-seeking*. Nesse sentido, não é possível rejeitar a hipótese nula, sugerindo não haver evidências empíricas de que deputados

com altos níveis de protagonismo programático migram mais se houver dissonância em relação às orientações das lideranças.

Em resumo, portanto, quando utilizado o modelo com efeitos fixos, não foi possível encontrar evidências empíricas para nenhuma das hipóteses derivadas - $H_{1.1}$ e $H_{2.1}$ -, tampouco para a H_2 . Por outro lado, o Índice de Protagonismo Posicional se mostrou um significativo preditivo da migração partidária no Brasil, confirmando a H_1 .

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1999 e 2023, o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados registrou impressionantes 1.203 trocas de partido, envolvendo 776 parlamentares titulares diferentes nas seis Legislaturas do período. Se realizado um simples exercício de prospecção, e considerado que cada uma das 1.203 migrações partidárias foi empreendida por deputados distintos, tem-se números altos o suficiente para afirmar que, das seis Legislaturas analisadas, em pelo menos duas todos os deputados eleitos mudaram de partido político no curso de seus mandatos.

Apesar de não passar de um exercício imaginativo, e sabendo que, em média, 25% dos deputados das Legislaturas migram a cada ciclo legislativo, os estrondosos números da migração partidária no Brasil instam a buscar as causas da endemicidade do fenômeno na jovem democracia brasileira. Ao largo das duas últimas décadas, parlamentares, partidos e tribunais endereçaram o problema de diferentes maneiras – nenhuma, entretanto, que solucionasse o impasse entre a construção de partidos políticos fortes e a premência do individualismo no seio do sistema político nacional.

Nem todas as soluções prospectadas por legisladores e juizes, entretanto, foram ruins. A migração é, em regra, proibida no Brasil desde 2007. A criação da janela partidária, se não resolve o problema, pelo menos o mitiga: agora, os votos dos eleitores são respeitados por três anos, ante a concentração das migrações no último ano das Legislaturas. As vicissitudes do sistema partidário brasileiro, entretanto, prosperam – sendo a migração partidária um dos mais destacados sintomas, obstaculizando o *accountability* de legendas e parlamentares e fragilizando as marcas partidárias.

Nesta pesquisa, compreendendo a importância do estudo da migração partidária para a representação política e, em específico, para os partidos políticos, propus investigar nos padrões de comportamento legislativo dos deputados federais indícios acerca das motivações para a troca de legendas no Brasil. Nesse sentido, construí dois índices, de Protagonismo Posicional e de Protagonismo Programático, que buscaram captar diferentes dimensões da atuação parlamentar dos deputados.

O índice de Protagonismo Posicional articula indicadores relacionados à posição do parlamentar junto ao núcleo de poder da Câmara dos Deputados – seja pela ocupação de cargos de destaque junto à estrutura organizacional da Casa, seja pela boa inserção com os principais tomadores de decisão do processo legislativo. O Protagonismo Programático, por outro lado,

busca captar a afeição do deputado à defesa de interesses e políticas públicas específicas, compreendendo sua inserção junto à sociedade civil e sua produção legislativa. Em geral, os dois índices apresentaram grande concentração de parlamentares em níveis inferiores, indicando haver desigualdades na distribuição de poder e, também, na atuação programática dos deputados.

Para determinar os efeitos das duas variáveis de interesse – Protagonismo Posicional e Protagonismo Programático – na migração partidária, foram construídos modelos de regressão logística com efeitos fixos para partidos de origem e Legislaturas, orientados por abordagem *stepwise*, com agregação cumulativa das variáveis de controle.

Os testes estatísticos mostraram efeito negativo e significativo para o Protagonismo Posicional, denotando que, de fato, a ocupação de posições de destaque na estrutura da Câmara e o bom trânsito junto ao núcleo de poder podem reduzir as chances de migração partidária em mais de 90%. Por outro lado, as diferenças quanto ao Protagonismo Programático não apresentaram significância estatística, não sendo possível afirmar que impactem na migração partidária.

Variáveis estruturais e institucionais, contudo, desempenham papel importante. Em especial, a presença do partido de origem na coalizão de governo tem forte efeito na retenção de quadros, indicando redução nas chances de migração. A ideologia do partido de origem também mostrou significativa influência na migração partidária: parlamentares à direita têm maior chance de migrarem do que parlamentares situados em partidos de esquerda. Um ponto interessante relacionado aos padrões ideológicos da migração se refere às trocas que acontecem em partidos de esquerda. Apesar de serem minoria em relação às flutuações partidárias à direita, há tendência de que as trocas de partido no campo se dirijam a legendas de direita no espectro político – padrão distinto do encontrado nas siglas de direita.

O tamanho das bancadas demonstrou efeito relevante. Partidos maiores têm proporcional potencial de retenção de seus deputados – para cada deputado adicional na bancada, as chances de migração se reduzem. Ainda assim, não se confirmou a hipótese de que parlamentares com baixo protagonismo posicional busquem preferencialmente partidos maiores, sugerindo que protagonismo não estrutura o destino da migração, mas sim sua ocorrência.

A janela partidária, criada em 2015, também se relacionou fortemente à migração partidária: parlamentares interessados em migrar têm mais de 90% de chance de trocarem de partido durante a abertura da janela. Apesar de não se relacionar às determinantes motivacionais

da migração, a variável permite entender os impactos da liberalidade institucional no fenômeno, ao reduzir os custos da migração ao parlamentar.

Por outro lado, a dissonância entre os votos do parlamentar e as orientações da liderança não mostraram significância estatística – inclusive em interação com o protagonismo programático. Assim, mesmo em deputados bem-posicionados no índice de protagonismo programático, não é possível concluir que a indisciplina partidária promova efeitos substanciais na probabilidade de migração.

Tomados em conjunto, os resultados apontam para a natureza multicausal do fenômeno, que articula (a) dimensões comportamentais – sobretudo relacionadas à categoria *office-seeking* e ao protagonismo posicional; (b) partidárias – vinculadas à presença na coalizão de governo, à ideologia e ao tamanho das bancadas; e (c) institucionais – relacionadas à janela partidária e ao calendário eleitoral.

Em especial, se destaca a relevância do protagonismo posicional: ocupar posições de poder ou estar bem situado junto ao núcleo de poder da Câmara se mostra uma significativa barreira à migração partidária. O achado se coaduna com a literatura sobre migração no Brasil e pode advir de duas realidades: a proporcionalidade na distribuição de posições na estrutura da Câmara, o que implica na perda do cargo do parlamentar que trocar de legenda; e as vantagens procedimentais concedidas aos partidos e sua centralidade na organização dos trabalhos legislativos, que premiam parlamentares bem situados junto às instâncias partidárias.

Por outro lado, a conclusão não permite afirmar que os deputados migrem em busca de posições mais relevantes, e sim que a ocupação de cargos e posições privilegiadas é, de fato, um óbice à migração – efeito que pode ser atribuído à conformação institucional do Parlamento. A concentração das migrações nas janelas partidárias, após 2015, e a ausência de efeito significativo na variável que investigou se as migrações se dariam para partidos maiores que os de origem parecem caminhar nesse sentido ou, ao menos, indicar uma transformação nos padrões de migração pré e pós janela partidária, em que novos cálculos casuísticos passaram a informar as decisões de mudança de partido. Nesse sentido, as mudanças legislativas que firmaram o resultado eleitoral como marco para o cômputo do tamanho das bancadas e distribuição de recursos políticos proporcionais podem ter contribuído para essa mudança de padrão, já que dirimiu os efeitos de curto-prazo da migração nas carreiras dos deputados e na competitividade dos partidos. Assim, o bom posicionamento junto ao núcleo de poder da Câmara pode apresentar obstáculos à troca de partido, mas a busca por melhores posições não

pode ser traçada, necessariamente, como força motriz para a decisão de migrar nos anos recentes.

A pesquisa empreendida, de modo geral, contribui para o campo dos estudos legislativos e dos partidos políticos ao evidenciar como diferenças na atuação legislativa dos deputados podem influir na estabilidade partidária. Ainda, compreendo que o estudo do fenômeno se beneficiaria com novas agendas de pesquisa que busquem os mecanismos causais relacionados à migração partidária, bem como a investigação, nas unidades subnacionais, de outros fatores que conformam a decisão de migrar de partido. As barreiras e possibilidades próprias da disputa intrapartidária também parecem ter relevância junto ao fenômeno, já que o acesso a espaços de poder parece impactar a fidelização ao partido político. Em última instância, ao investigar o fenômeno, é possível desvelar características importantes do sistema partidário brasileiro, tanto em suas dimensões parlamentares quanto eleitorais.

REFERÊNCIAS

- AGBOBA, Victor. **How do voters respond to party switching in Africa?** Democratization, DOI: 10.1080/13510347.2023.2232305, 2023.
- ARMENTA, Aldo Muñoz; GONZÁLEZ, Ramiro Medrano; TERRÓN, Marco Aurelio Cienfuegos. **Transfuguismo y disciplina partidista em los congresos locales: el efecto Morena Después de las elecciones de 2018.** Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública, vol. X, n. 2, dic. 2021, p. 53-67.
- BLOMGREN, Magnus; ROZENBERG, Olivier. **Parliamentary Roles in Modern Legislatures.** Routledge, 2012.
- BOIX, Carles. **The Emergence of Parties and Party Systems.** In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (org.). The Oxford Handbook of Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 499-521.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. **Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros.** DADOS, Rio de Janeiro, vol. 66 (2), 2023.
- BORGES, André. **Authoritarian Inheritance, Political Conflict and Conservative Party Institutionalisation: The Cases of Chile and Brazil.** Journal of Latin American Studies, vol. 53, issue 4, oct. 2021.
- BOWLER, Shaun. **Parties in Legislature: Two Competing Explanations.** In: DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. (org.). Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 157-179.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2025.
- CAJIAO, Jorge Andrés Illera; BUCHELY, Lina Fernanda. **Las fugas de la democracia. Análisis económico del derecho sobre las normas de transfuguismo político em Colombia (2003-2011).** Colombia Internacional, n. 85, dec. 2015, p. 17-52.
- CHANG, Alex; TANG, Yen-Chen. **Dual Defection Incentives in One System: Party Switching under Taiwan's Single non-transferable Vote.** Japanese Journal of Political Science, vol. 16, issue 4, 2015, p. 489-506.
- COOPER, Harris M. **Research synthesis and meta-analysis: a step-by-step approach.** 5^a ed. Duke University: SAGE Publications, 2010.
- DALTON, Russell J.; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. **Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas.** Análise Social, Lisboa, vol. XXXVII, p. 295-320, 2003.
- DESPOSATO, Scott W. **Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies.** American Journal of Political Science, vol. 50, no. 1, 2006, p. 62-80.

DESPOSATO, Scott W. **The impact of Party-Switching on Legislative Behavior in Brazil.** Working paper, Tucson, sept. 2004.

DESPOSATO, Scott; SCHEINER, Ethan. **Governmental Centralization and Party Affiliation:** Legislator Strategies in Brazil and Japan. *The American Political Science Review*, vol. 102, n. 4, nov. 2008, p. 509-524.

DINIZ, Simone. **As migrações partidárias e o calendário eleitoral.** *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, nov. 2000, p. 31-47.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão.** *Lua Nova*, São Paulo, n° 44, p. 81-106, 1998.

FLÓRIO Lima, Bianca; BODET, Marc André. **The effects of personal campaign financing on party defection:** evidence from Brazil. *Electoral Studies*, vol. 84, ago. 2023, article n. 102649.

FREITAS, Andréa. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, n° 4, p. 951-986.

GERRING, John. **Case Study Research: Principles and Practices.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GOEKE, Martin; HARTMANN, Christof. **The regulation of party switching in Africa.** *Journal of Contemporary Politics in Africa*, 29:3, 2011, p. 263-280.

GOMES, Ana Lúcia Henrique Teixeira. **Rebeldes com causa?** Investigando o multipartidarismo e a fragmentação partidária na Câmara dos Deputados sob a Nova Lei Orgânica dos Partidos. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

HAMZAWI, Jordan. **Policy preferences and party switching:** evidence from the 2012 Japanese election. *Party Politics*, vol. 27, issue 6, nov. 2021, p. 1268-1278.

HELLER, William B.; MERSHON, Carol. **Dealing in discipline:** party switching and legislative voting in the Italian Chamber of Deputies, 1988-2000. *American Journal of Political Science*, vol. 52, issue 4, oct. 2008, p. 910-925.

HIX, Simon; NOURY, Abdul. *Power versus Ideology:* Political Group Switching in The European Parliament. *Legislative Studies Quarterly*, vol. 43, issue 4, nov. 2018, p. 551-594.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Parline:** the IPU's Open Data Platform. Disponível em: <https://data.ipu.org/>. Acesso em: nov. 2023.

KATO, Junko. **When the party breaks up: exit and voice among Japanese legislators.** *American Journal of Political Science*, vol. 92, issue 4, dec. 1998, p. 857-870.

KELSEN, Hans. **A democracia** (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1929].

KEMAHLIOĞLU, Özge; SAYARI, Sabri. **Defecting alone or splitting together?** Individual and collective party switching by legislators. *Public Choice*, vol. 171, issue 1-2, abr. 2017, p. 187-206.

KEREVEL, Yann P. **Loyalty and Disloyalty in the Mexican Party System.** *Latin American Politics and Society*, 56 (3), 2014.

KILLIAN, Mitchell; CLYDE, Wilcox. **Do abortion attitudes lead to party switching?** *Political Research Quarterly*, vol. 61, issue 6, dec. 2008, p. 561-573.

KING, Gary; KEOHANE, Robert. O; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research.** Princeton University Press, 1994.

KLEIN, Elad. **Electoral Rules and Party Switching: How Legislators Prioritize Their Goals.** *Legislative Studies Quarterly*, vol. 41, issue 3, ago. 2016, p. 715-738.

KLEIN, Elad. **Explaining legislative party switching in advanced and new democracies.** *Party Politics*, vol. 27(2), 2021, p. 329-240.

KLEIN, Elad. **The personal vote and legislative party switching.** *Party Politics*, vol. 24, issue 5, set. 2018, p. 501-510.

KUBO, Hiroki; MATSUMOTO, Tomoko; YAMAMOTO, Kentaro. **Party switching and policy disagreement: scaling analysis of experts' judgment.** *Japanese Journal of Political Science*, vol. 23, issue 3, sep. 2022, p. 254-269.

LAVIER, Michael; BENOIT, Kenneth. **The evolution of party systems between elections.** *American Journal of Political Science*, vol. 47, issue 2, apr. 2003, p. 215-233.

MANIN, Bernard. **A democracia do público reconsiderada.** *Novos Estudos, São Paulo*, v. 97, p. 115-127, nov. 2013.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, v.10, nº 29, out. 1995.

MARTIN, Aaron R. **Party group collapse and strategic switching in the European Parliament.** *European Union Politics*, vol. 22, issue 3, sep. 2021, p. 521-544.

MARTIN, Aaron R. **This too in moderation: evaluating the effect of delegate dissatisfaction on ambitious party group switching in the European Parliament.** *Party Politics*, vol. 29, issue 4, jul. 2023, p. 726-740.

MCKEE, Seth C.; YOSHINAKA, Antoine. **Late to the parade: party switchers in contemporary US Southern legislatures.** *Party Politics*, vol. 21, issue 6, nov. 2015, p. 957-969.

MCLAUGHLIN, Eric. **Electoral regimes and party-switching: floor-crossing in South Africa's local legislatures.** *Party Politics*, vol. 18, issue 4, jul. 2012, p. 563-579.

MELO, Carlos Ranulfo. **Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro.** In: FABRINO, Mendonça; CUNHA, Eleonora (orgs.). *Introdução à teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MELO, Carlos Ranulfo. **Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados.** *Dados*, vol. 43, n. 2, nov. 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. **Por que chegamos a tanto e que importância isso tem?**

Considerações sobre a fragmentação partidária no Brasil. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (org.). *Presidencialismo de Coalização em Movimento*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019, p. 201-227.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MENEGHETTI, Nicolò et al. *Predicting party switching through machine learning and open data*. *iScience*, vol. 26, issue 7, jul. 2023, article number 107098.

MERSHON, Carol; SHVETSOVA, Olga. **Parliamentary cycles and party switching in legislatures**. *Comparative Political Studies*, vol. 41, issue 1, 2008, p. 99-127.

MERSHON, Carol; SHVETSOVA, Olga. **Party System Change in Legislatures Worldwide: Moving Outside the Electoral Arena**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MERSHON, Carol. **Legislative party switching and executive coalitions**. *Japanese Journal of Political Science*, vol. 9, issue 3, dec. 2008, p. 391-414.

MESSEMBERG, Débora. **O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro**. *Cadernos Aslegis*, Brasília, v. 40, p. 79-107, mai./ago. 2010.

MÜLLER, Wolfgang C., STROM, Kaare. **Policy, Office, or Votes? How political parties in Western Europe Make Hard Decisions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NIELSEN, Marie Kaldahl; ANDERSEN, Ann Møgeltoft; PEDERSEN, Helene Helboe. **Balancing costs of legislative party switching in the Danish parliament, 1953-2015**. *Parliamentary Affairs*, vol. 72, issue 1, jan. 2019, p. 42-58.

NIKOLENYI, Csaba. **Changing patterns of party unity in the Knesset: the consequences of the Israeli anti-defection law**. *Party Politics*, vol. 25, issue 5, sep. 2019, p. 712-723.

NIKOLENYI, Csaba. **Party Switching in Israel: understanding the split of the Labor Party in 2011**. *Contemporary Review of the Middle East*, vol. 6, issue 3-4, sep. 2019, p. 408-422.

NIKOLENYI, Csaba. **The end of kalanterism? Defections and government instability in the Knesset**. *Israel Studies*, vol. 25, issue 2, jun. 2020, p. 95-114.

NOKKEN, Timothy P.; POOLE, Keith T. **Congressional Party Switching in American History**. *Legislative Studies Quarterly*, vol. 29, n. 4, nov. 2004, p. 545-568.

NUHU, Khalid Idris. **The legal implication of political defection on Nigeria’s democracy**. *Sriwijaya Law Review*, vol. 5, issue 2, jul. 2021, p. 247-261.

O'BRIEN, Diana Z.; SHOMER, Yael. **A cross-national analysis of party switching.** *Legislative Studies Quarterly*, vol. 38, issue 1, feb. 2013, p. 111-141.

OECD/European Union/EC-JRC. **Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide.** Paris: OECD Publishing, 2008.

PINTO, Luca. **The Time Path of Legislative Party Switching and the Dynamics of Competition: The Italian Case (1996-2011).** *Journal of Legislative Studies*, vol. 21, issue 3, feb. 2015, p. 323-341.

RADEAN, Marius. **Perfect timing: leveraging the timing of defection to assess the effect of electoral rules on party switching.** *Party Politics*, vol. 28, issue 4, jul. 2022, p. 666-679.

RADEAN, Marius. **Sometimes you cannot have it all: party switching and affiliation motivations as substitutes.** *Party Politics*, vol. 25, issue 2, mar. 2019, p. 140-152.

REED, Steven R.; SCHEINER, Ethan. **Electoral incentives and policy preferences: mixed motives behind party defections in Japan.** *British Journal of Political Science*, vol. 33, issue 3, jul. 2003, p. 469-490.

ROHLFING, Ingo. **Case Studies and Causal Inference: an integrative framework.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

STRØM, Kaare. **Roles as Strategies: Towards a Logic of Legislative Behavior.** In Blomgren, Magnus; Rozenberg, Olivier (eds.). *Parliamentary Roles in Modern Legislatures.* London: Routledge, 2012.

THAMES, Frank C. **Searching for the electoral connection: parliamentary party switching in the Ukrainian Rada, 1998-2002.** *Legislative Studies Quarterly*, vol. 32, n. 2, may 2007, p. 223-256.

VOLPI, Elisa. **Ideology and party switching: a comparison of 12 West European countries.** *Parliamentary Affairs*, vol. 27, issue 1, jan. 2019, p. 1-20.

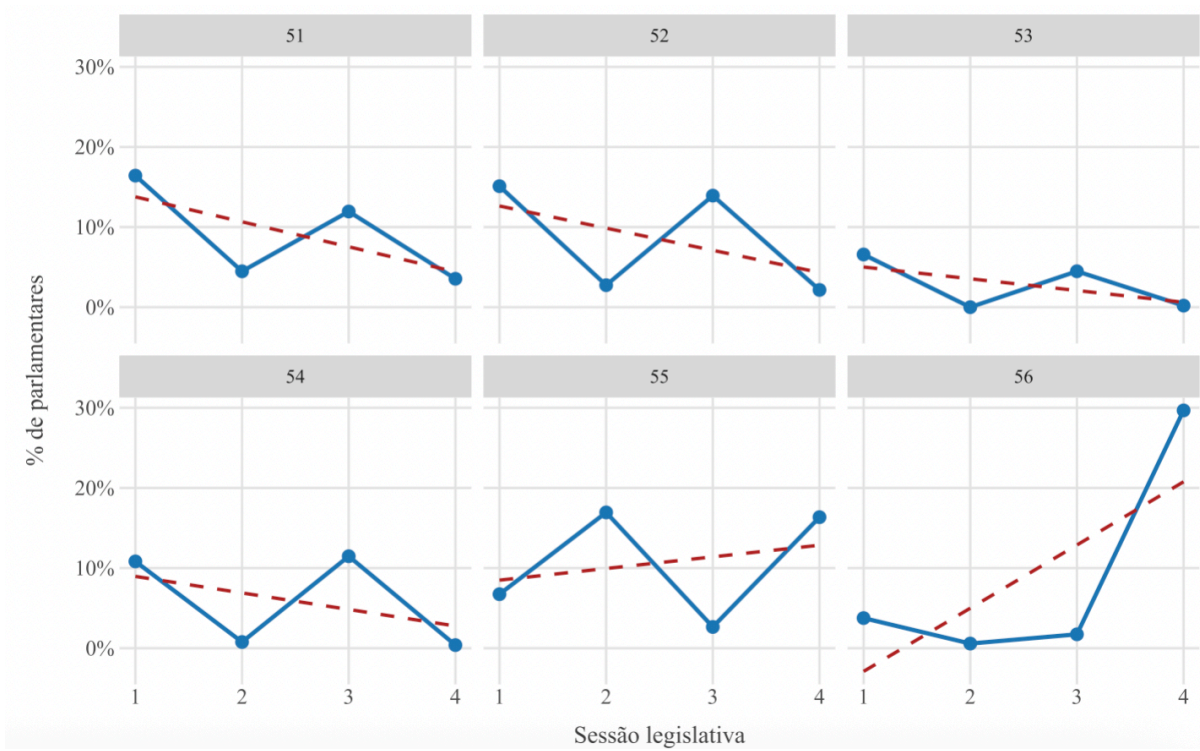
WAHLKE, John C. **The Legislative System: explorations in legislative behavior.** John Wiley, 1962.

YINGA FASHAGBA, Joseph. **Party Switching in the Senate under Nigeria's Fourth Republic.** *Journal of Legislative Studies*, vol. 20, issue 4, oct. 2014, p. 516-541.

YOUNG, Daniel. **An initial look into party switching in Africa: Evidence from Malawi.** *Party Politics*, Vol 20(1), 2015, p. 105-115.

APÊNDICE A – PERCENTUAL DE TITULARES MIGRANTES POR SESSÃO LEGISLATIVA COM LINHA DE TENDÊNCIA

Gráfico 21 – Percentual de titulares migrantes por sessão legislativa com linha de tendência



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados

APÊNDICE B – CRITÉRIOS DE CODIFICAÇÃO DO INDICADOR DE OCUPAÇÃO DE CARGOS

Cargos na Mesa Diretora são eletivos, definidos sempre na primeira sessão do primeiro e terceiro anos de legislatura para mandatos de dois anos. Os ocupantes de cargo na Mesa Diretora – que compreende a Presidência da Câmara, a Primeira e Segunda Vice-presidências e a Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Secretarias – terão, necessariamente, sua posição no índice de protagonismo codificada como 5, pois há vedação regimental para que membros da Mesa ocupem outras posições na legislatura, como lideranças de partido, presidências de comissão ou indicação como membro titular de comissões permanentes (Câmara dos Deputados, 2025). A eleição como membro da Mesa Diretora importa, pois esse grupo chancela diversas decisões administrativas de competência das Casas Legislativas, inclusive de cassação de mandato expedida pela Justiça Eleitoral. Além disso, as posições na Mesa dispõem de uma série de cargos comissionados de livre indicação, estrutura especial na Câmara e no Senado e possibilidade de influenciar nas pautas postas à votação no Plenário.

Presidentes de comissões ou bancadas temáticas são codificados como 4 ou 3, a depender do órgão legislativo que comandem. Presidentes de comissão são responsáveis por conduzir os trabalhos e designar relatorias e pautas de votação nas comissões, dispondo de grande poder na agenda legislativa do Parlamento brasileiro. Nesse sentido, os Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), Finanças e Tributação (CFT), Comissão de Saúde (CSaúde) e Comissão de Educação (CE) são codificados como 4, haja vista a relevância das quatro comissões na estrutura organizacional da Câmara. Todos os projetos de lei com trâmite nas comissões devem passar obrigatoriamente pela CCJC e pela CFT – nesse caso, se houver impacto orçamentário –, sendo, portanto, Comissões com grande poder decisório dentro do Parlamento. As Comissões de Saúde e Educação também são importantes, na medida em que as matérias atinentes aos órgãos contam com piso orçamentário garantido constitucionalmente, além de se constituírem em políticas universais.

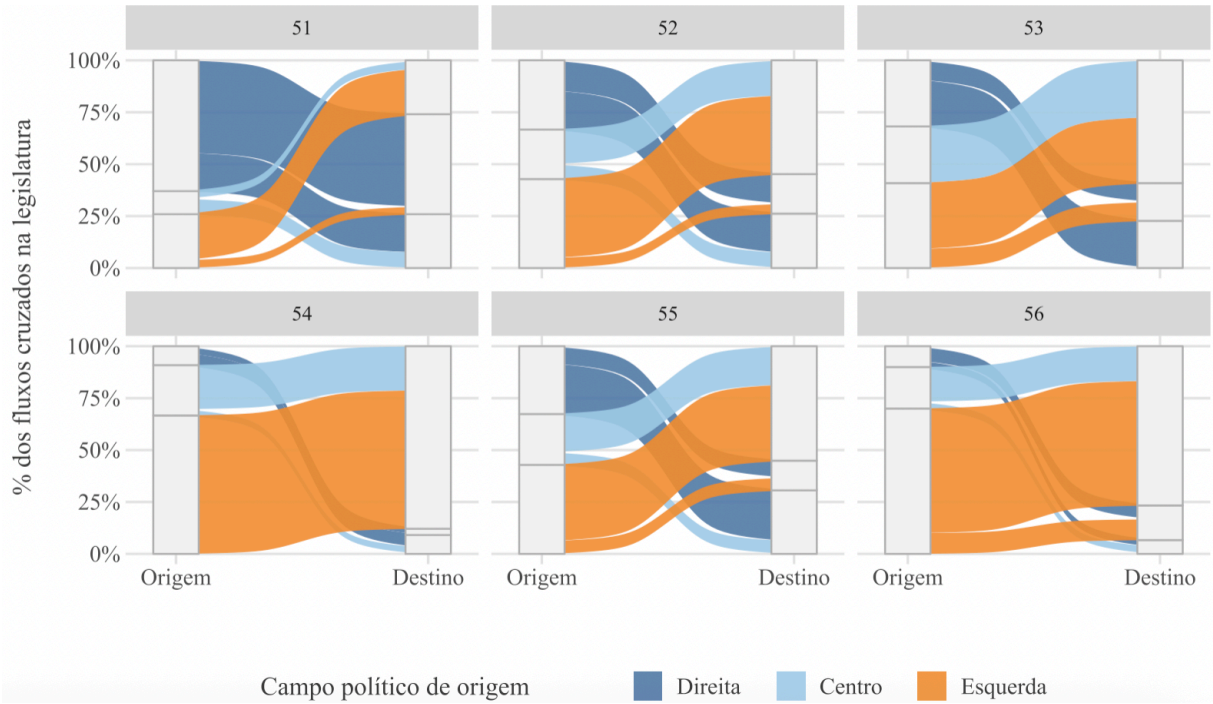
Presidente e coordenadores de outras comissões ou bancadas temáticas, nessa linha, são codificados como 3. Compõem a categoria as Comissões Permanentes, Comissões Especiais, Comissões Diretoras, Comissões Mistas Especiais, Comissões Mistas Permanentes, Comissões Externas, Comissões Representativas do Congresso Nacional, a Coordenadoria da Mulher e as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI). Excepcionalmente, pela relevância da função na estrutura da Comissão, relatores de

CPIs e CPMIs também foram codificados como 3, haja vista que o relatório produto dessas comissões é objetivo-fim da própria Comissão.

Por fim, presença em comissões de prestígio, geralmente reservadas aos representantes com maior experiência e influência dentro do Parlamento, codifica o parlamentar como 2 ou 1 no primeiro indicador. Os membros titulares da CCJC e da CFT são codificados como 2, haja vista serem ponto de parada obrigatório para todas as proposições com trâmite pelas comissões. Os membros titulares da Comissão de Saúde e da Comissão de Educação, por outro lado, são codificados como 1. Parlamentares que não ocuparam posições de destaque no curso da sessão legislativa são codificados como 0 para este indicador.

APÊNDICE C – FLUXO DE MIGRAÇÕES ENTRE CAMPOS IDEOLÓGICOS DISTINTOS POR LEGISLATURA

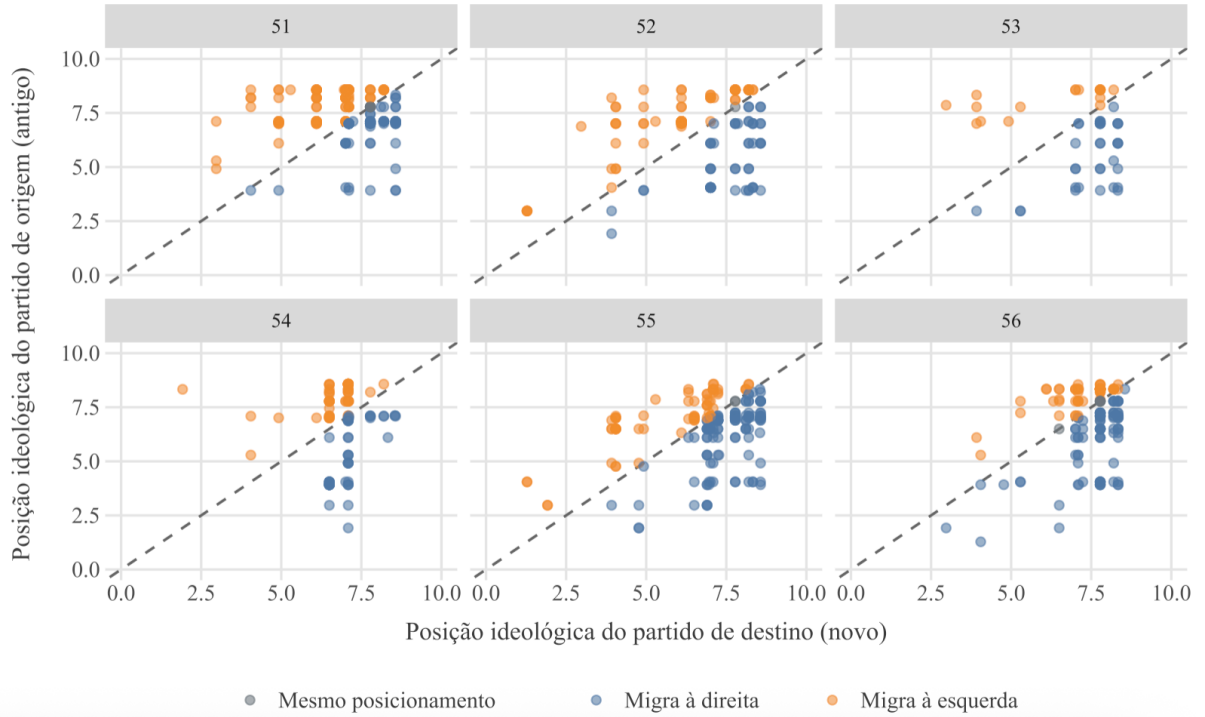
Gráfico 22 – Fluxo de migrações entre campos ideológicos distintos por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação dos campos políticos com base em Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

**APÊNDICE D - SENTIDO IDEOLÓGICO DAS MIGRAÇÕES POR LEGISLATURA
(ESCALA 0-10)**

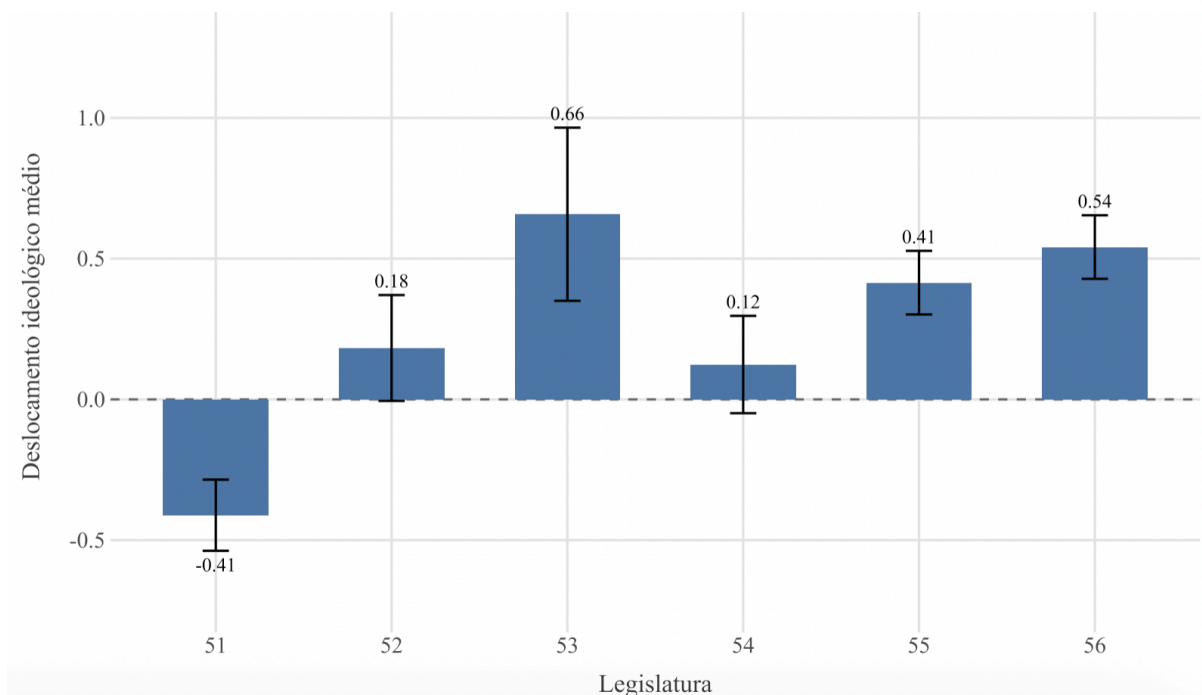
Gráfico 23 – Sentido ideológico das migrações por Legislatura (escala 0-10)



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação na escala ideológica com base em Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

APÊNDICE E – DIFERENÇA MÉDIA NA POSIÇÃO IDEOLÓGICA DO PARTIDO DE ORIGEM E DE DESTINO POR LEGISLATURA (ESCALA 0-10)

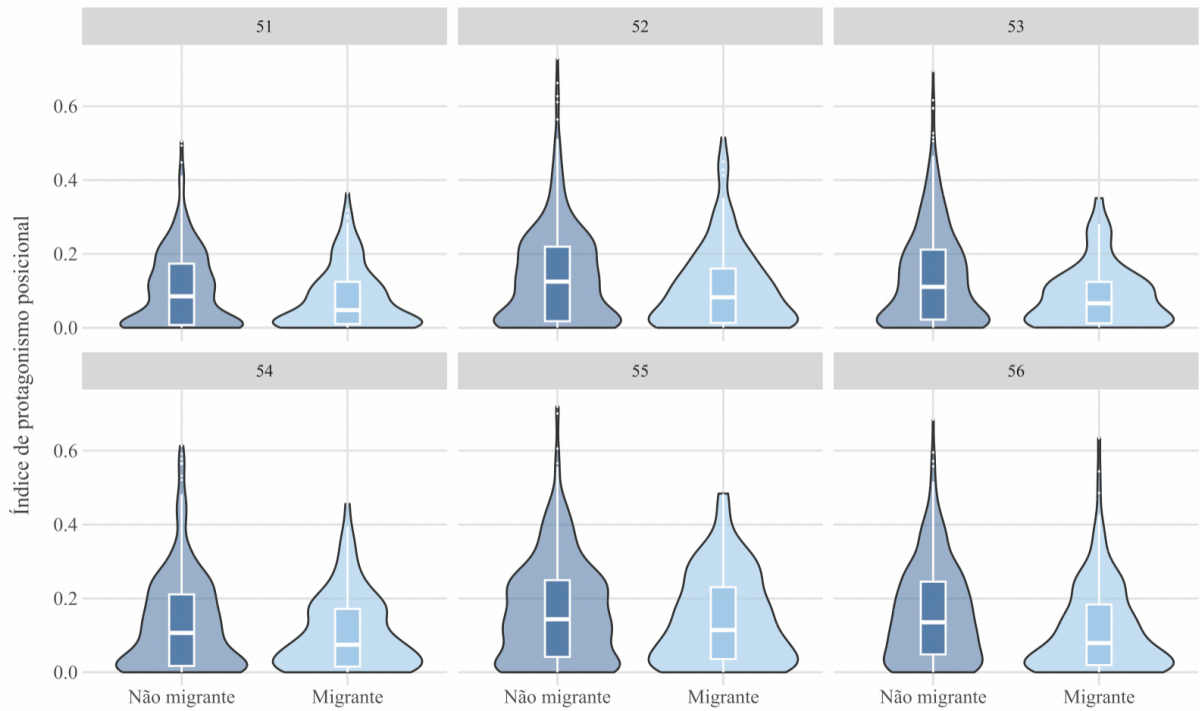
Gráfico 24 – Diferença média na posição ideológica do partido de origem e de destino por Legislatura (escala 0-10)



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados e classificação na escala ideológica com base em Bolognesi, Ribeiro e Cotado (2023).

APÊNDICE F – VIOLINO E BOXPLOT DE COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES QUANTO AO ÍNDICE DE PROTAGONISMO POSICIONAL POR LEGISLATURA

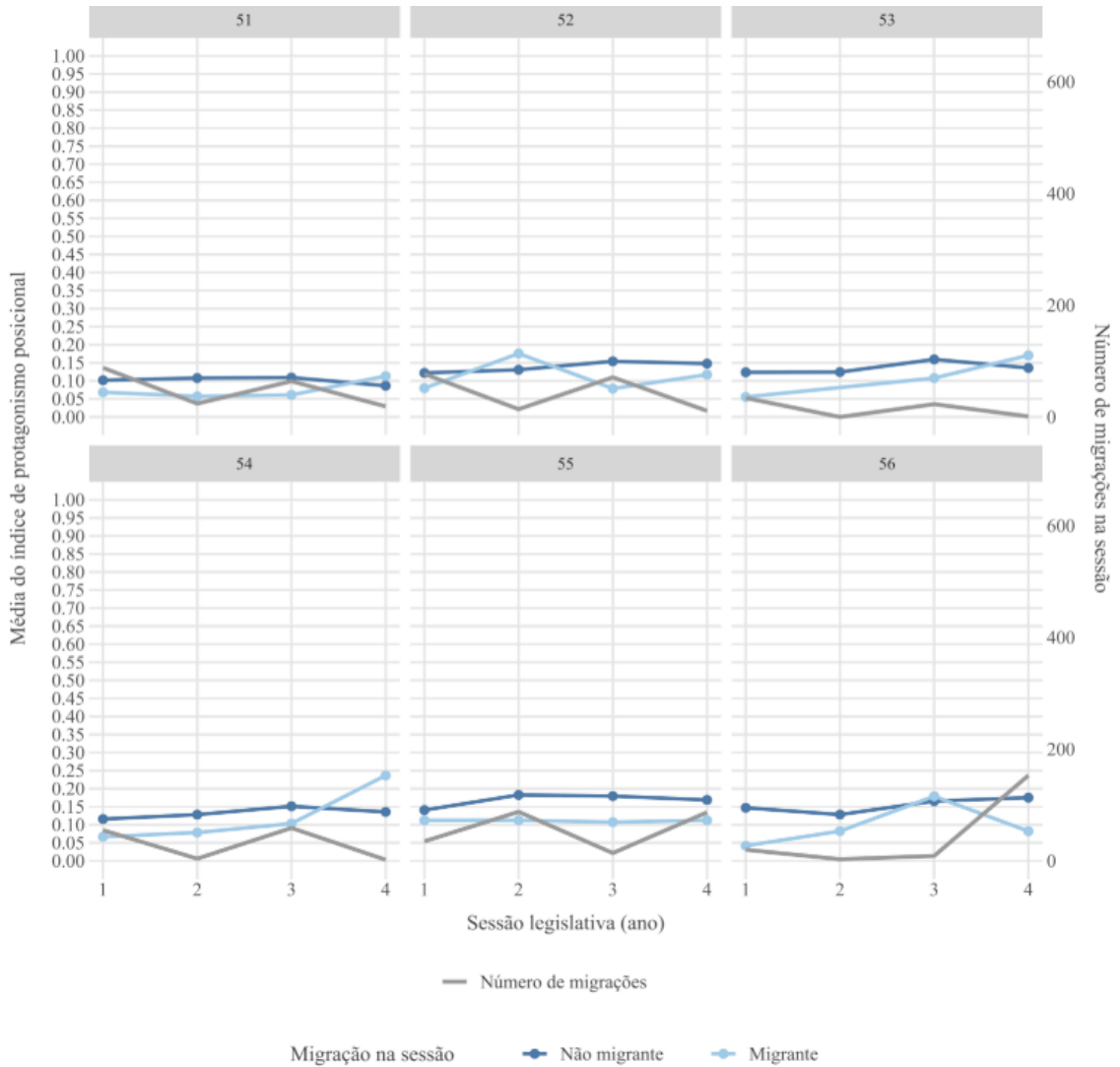
Gráfico 25 – Violino e boxplot de comparação entre migrantes e não migrantes quanto ao índice de protagonismo posicional por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

APÊNDICE G – MÉDIA DE PROTAGONISMO POSICIONAL ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES POR SESSÃO LEGISLATIVA

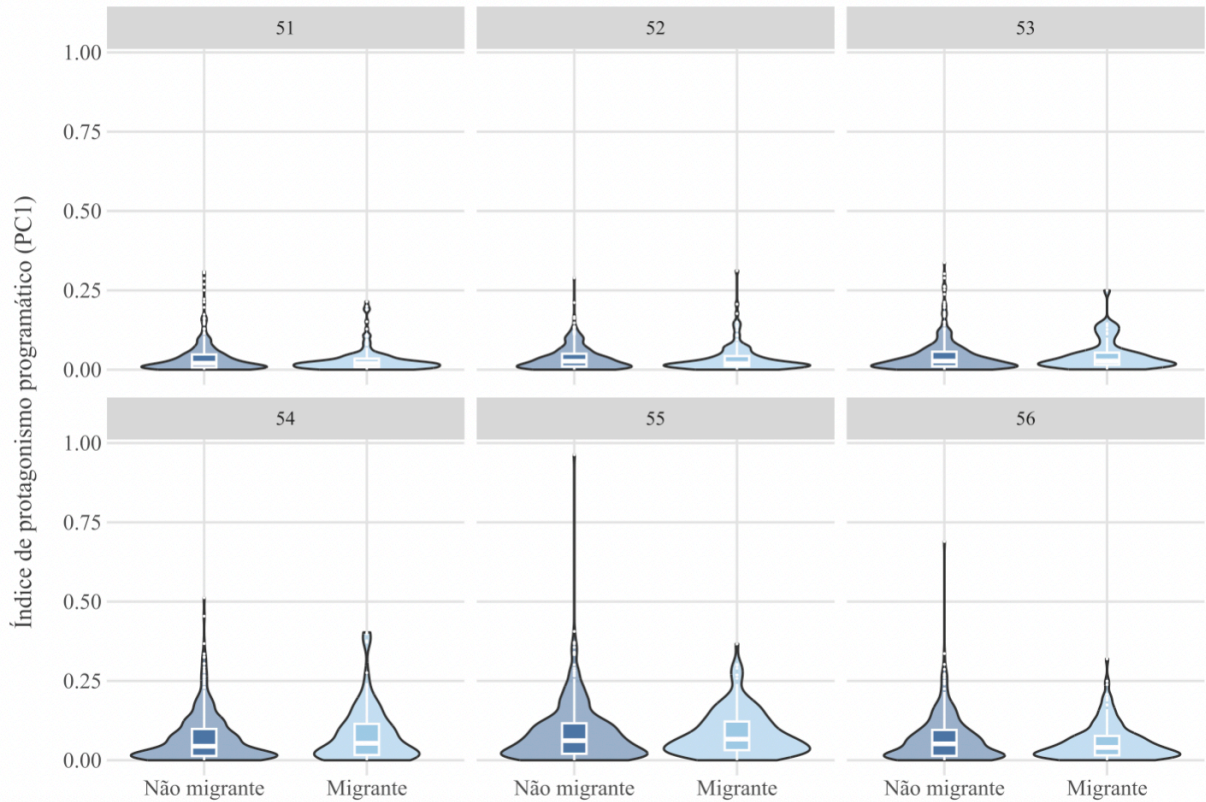
Gráfico 26 – Média de protagonismo posicional entre migrantes e não migrantes por sessão legislativa



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

APÊNDICE H - VIOLINO E BOXPLOT DE COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES QUANTO AO ÍNDICE DE PROTAGONISMO PROGRAMÁTICO POR LEGISLATURA

Gráfico 27 – Violino e boxplot de comparação entre migrantes e não migrantes quanto ao índice de protagonismo programático por Legislatura



Fonte: elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados.

ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Quadro 7 – Classificação ideológica dos partidos brasileiros

Campo político	Partidos
Esquerda	PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT
Centro	CIDADANIA, PPS, PV, REDE
Direita	AVANTE, DC, DEM, MDB, NOVO, PAN, PATRI, PEN, PFL, PHS, PL, PMB, PMDB, PMN, PODE, PP, PPB, PPL, PR, PRB, PRONA, PROS, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDB, PSDC, PSL, PST, PTB, PTC, PTN, PTdoB, REPUBLICANOS, SD, UNIÃO

Fonte: elaboração própria, a partir de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).